

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

BEATRIZ VIDAL LEITE RIBEIRO

**A EXPERIÊNCIA DO RODAS DO SABER NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE:
EXPRESSÕES CULTURAIS E O DIÁLOGO EDUCACIONAL COM A
PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Rio de janeiro

2025

Beatriz Vidal Leite Ribeiro

**A experiência do Rodas do Saber no Vale do Paraíba Fluminense: expressões culturais
e o diálogo educacional com a propriedade intelectual**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Inovação, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Pereira Peralta

Coorientadora: Profa. Dra. Patrícia M. da Silva Barbosa

Rio de Janeiro

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca de Propriedade Intelectual e Inovação – INPI
Bibliotecário responsável Evanildo Vieira dos Santos – CRB7-4861

R484 Ribeiro, Beatriz Vidal Leite.

A experiência do Rodas do Saber no Vale do Paraíba Fluminense:
expressões culturais e o diálogo educacional com a propriedade
intelectual. – 2025.

160 f. ; figs.; gráfs.; quadros. Apêndices. Anexo

Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Academia
de Propriedade Intelectual Inovação e Desenvolvimento, Divisão de
Programas de Pós-Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade
Industrial – INPI, Rio de Janeiro, 2025.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Beatriz Vidal Leite Ribeiro

**A experiência do Rodas do Saber no Vale do Paraíba Fluminense: expressões culturais e
o diálogo educacional com a propriedade intelectual**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Inovação, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Aprovada em 05 de junho de 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Pereira Peralta

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Coorientadora: Profa. Dra. Patrícia M. da Silva Barbosa

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rita de Cássia Pinheiro Machado

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Prof. Dr. Celso Luiz Salgueiro Lage

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Prof. Dr. Claudio João Barreto dos santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu marido, Hélio, por todo o incentivo, dedicação e por acreditar nos meus sonhos. Aos meus filhos, Arthur e Ricardo, que com suas formas particulares de ser e estar no mundo, me ajudaram a expandir meu olhar confirmado que a diversidade é a nossa maior riqueza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, um engenheiro e uma artista plástica, que me deram as ferramentas necessárias para meus primeiros passos nesta jornada.

Agradeço meus avós, Álvaro, Mame e Judith, que foram meus alicerces.

Agradeço a meu irmão Antônio Carlos e sua família pelo acolhimento necessário para este momento.

Agradeço às Mestras e Mestres que me fizeram aprendiz de seus imensos conhecimentos.

Agradeço a todos que compartilharam e enriqueceram o movimento Rodas do Saber. Especialmente à Bernadete que provocou esse movimento e foi a maior incentivadora. A Luiz Carlos, profundo conhecedor das coisas da terra, que incansavelmente comandou as Oficinas de Saberes. E a Adriano Novaes que nos mostrou um Vale do Paraíba Fluminense em toda sua riqueza e contradição, sendo fundamental nesta pesquisa através da parceria com o MUVA.

Agradeço a equipe da secretaria de educação de Rio das Flores, Bárbara, Ludmila, Bianca, Ana Paula, Tetê, Fabiana, Lúcia, Marcela, Carla, Juliana, Diana, Mariana, Suzana e aos professores, funcionários e aos alunos do PAC, pela parceria incondicional, momentos de troca, construção e apoio, sem o qual essa pesquisa não seria possível. A Luan e Vinícius que tornaram possível a participação dos jovens do Projovem e aos jovens que estiveram nas Rodas, compartilhando a visão da nova geração.

Ao Padre José Antônio, diretor do MUVA, que abriu as portas do museu para nossas Rodas e aos educadores, Luiz Fernando e Haliny, que nos receberam com tanto carinho e dedicação.

Um especial agradecimento a Patrícia Trotte e Davison Menezes pela parceria do PI nas Escolas e pelo incentivo para que eu iniciasse o mestrado. Agradeço à amiga e defensora do Vale, Adriana Souza, que promoveu o encontro com o INPI.

E por fim, devo agradecer de forma muito especial à minha querida orientadora Patrícia Peralta por ter me trazido até aqui com sua orientação assertiva, conduzindo e provocando o amadurecimento necessário para superar minhas dificuldades. Agradeço também a Patrícia Barbosa, minha coorientadora, com quem tive o privilégio de caminhar pelos Labirintos da Origem, por sua parceria e companhia valiosas nesta jornada.

Quanto maior se foi tornando a solidariedade entre mente e mãos, tanto mais o *suporte* foi virando *mundo* e a *vida, existência*. O suporte veio fazendo-se *mundo* e a *vida, existência*, na proporção que o corpo humano vira corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza.

Paulo Freire

RESUMO

RIBEIRO, Beatriz Vidal Leite Ribeiro. **A experiência do Rodas do Saber no Vale do Paraíba Fluminense: expressões culturais e o diálogo educacional com a propriedade intelectual.** 2025. 175 f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2025.

A diversidade cultural humana se dá pela capacidade do ser humano em buscar meios para sua sobrevivência nos mais variados ambientes a partir da disponibilidade de recursos naturais. Soma-se a isso as formas de simbolização e expressão que estruturam as relações sociais garantindo a identidade e a coesão dos grupos. Do encontro entre natureza e humano nascem formas originais de ser e estar no mundo. Para que se possa compreender esta diversidade é necessário haver identificação, documentação e registros que possibilitem a salvaguarda e a proteção para preservação da diversidade diante de uma sociedade cada vez mais globalizada e culturalmente massificada. Esta pesquisa teve como objetivo compreender as questões que envolvem as expressões culturais de tradição local, quanto às possibilidades de proteção pelos direitos de propriedade intelectual. Com foco nas identificação, conscientização e valorização, buscou-se compreender como a introdução aos conceitos de propriedade intelectual no universo escolar pode auxiliar nesse processo promovendo o diálogo entre propriedade intelectual, expressões culturais de tradição local e educação, tendo como *locus* o Vale do Paraíba Fluminense. Para tanto, elaborou-se, a partir do referencial teórico, um panorama sobre como as expressões culturais tradicionais vêm sendo compreendidas e as formas de proteção da propriedade intelectual a elas associadas, na América Latina e, em especial, no Brasil. Ampliou-se a discussão tratando o que se pode entender por expressões culturais tradicionais e questões relacionadas. A etapa da pesquisação, realizada na região do Vale do Paraíba Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, baseou-se na metodologia de rodas de conversa, aqui denominadas “Rodas do Saber”. Nela foram identificados elementos da cultura local, tecendo-se um diálogo destes com a propriedade intelectual e com a educação no âmbito do Programa PI nas Escolas desenvolvido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial que visa levar a propriedade intelectual ao público infanto-juvenil por meio das instituições de ensino. Elaborou-se formas de abordar a introdução de conceitos de propriedade intelectual nas escolas utilizando o repertório local, visando promover a salvaguarda dos saberes tradicionais e delinear caminhos para sua proteção. A partir dessa abordagem, concluiu-se que o estudo se insere em um campo de alta complexidade onde a conscientização e o despertar para as potencialidades das expressões culturais locais requer um trabalho contínuo, envolvendo diversas instâncias da gestão pública, bem como de agentes locais. Neste sentido, entende-se que a escola, ao adentrar, de forma sistemática e estruturada, em contato com seu território, explorando, junto com os alunos, as particularidades da localidade de entorno, torna-se um instrumento poderoso de valorização e conscientização de toda a comunidade. Tal iniciativa, quando associada aos conceitos de propriedade intelectual, pode promover a verdadeira inovação social, feita com ética, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, visando a preservação da diversidade cultural local. Para tanto, concluiu-se ser fundamental que os professores estejam embasados tanto dos conceitos de propriedade intelectual como daquele próprio ao patrimônio cultural para, a partir destes, orientarem seus alunos na jornada de conhecimento pelo território.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Expressões Culturais Locais. PI nas Escolas. Rodas do Saber. Vale do Paraíba Fluminense.

ABSTRACT

RIBEIRO, Beatriz Vidal Leite Ribeiro. **The experience of Rodas do Saber in the Fluminense Paraiba Valley: cultural expressions and educational dialogue with intellectual property.** 2025. 175 f. Dissertation (Master's in Intellectual Property and Innovation) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2025.

Human cultural diversity emerges from human beings' capacity to seek means to survive in the most varied environments utilizing the available natural resources. There are, in addition, the different symbolisms and expressions that structure social relations guaranteeing the identity and cohesion of the groups. From the convergence of nature and human originates new ways of being and existing in the world. To understand this diversity, there needs to be identification, documentation and record keeping that make possible the safe keeping and preservation of diversity in an increasingly globalized and culturally homogeneous society. The objective of this research was to understand the questions around cultural expressions of the local tradition concerning the possibility of protection under intellectual property rights. Focused on identifying, educating and valorizing, there was an effort to understand how the introduction to the concepts of intellectual property in the school environment can help in this process, promoting a dialogue between intellectual property, cultural expressions of local traditions and education, having as the locus the Vale do Paraíba Fluminense. Therefore, the research developed, from the theoretical perspective, a panorama of how traditional cultural expressions have been understood and the types of intellectual property protection associated to them in Latin America and especially in Brazil. Expanding the discussion by interrogating the understanding of what are traditional cultural expressions and related questions. The action research, which happened in the Vale do Paraíba Fluminense, in the state of Rio de Janeiro, Brazil, adopting the methodology of conversation circles, here referred to as "Rodas do Saber". In them, it identified local cultural elements, weaving a dialogue between these, intellectual property and education regarding the Program IP nas Escolas developed by the National Institute of Industrial Property, which aims to bring intellectual property to a young audience through educational institutions. The research developed methods to approach the introduction of intellectual property concepts in schools using the local repertoire, aiming to promote the safe keeping of traditional knowledge outlining paths to its protection. From this approach, it concluded that the study is inserted in a highly complex field where education and awareness of the potentialities of the local cultural expressions requires continuous work, involving varied forms of public management, as well as local agents. Therefore, it understands that the school, when approaching, in a systematic and structured way, connected with its locality, exploring, alongside students, the particularities of the surrounding area, becomes a powerful instrument to value and educate the entire community. Such initiative, when associated with the concepts of intellectual property, may promote real social innovation, done ethically, seeking sustainable development for the preservation of the local cultural diversity. Thus, the research concludes to be fundamental that teachers be versed both in the concepts of intellectual property and in the cultural patrimony to, based on these, guide their students in the knowledge journey through the region.

Key words: Intellectual Property; Local Cultural Expressions; IP nas Escolas; Rodas do Saber; Vale do Paraíba Fluminense.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Profissão/função dos participantes do Grupo 1	94
Gráfico 2 — Faixa etária dos participantes do Grupo 1	95
Gráfico 3 — Grau de escolaridade dos participantes do Grupo 1	95
Gráfico 4 — Cidade onde moram os participantes do Grupo 1	96
Gráfico 5 — Tipo de área onde mora os participantes do Grupo 1	96
Gráfico 6 — Local de nascimento dos participantes do Grupo 1	97
Gráfico 7 — Local de nascimento dos pais dos participantes do Grupo 1	97
Gráfico 8 — Local de nascimento dos avós dos participantes do Grupo 1	97
Gráfico 9 — Período de vida que os participantes do Grupo 1 vivem na região	98
Gráfico 10 — Profissão/função dos participantes do Grupo 2	98
Gráfico 11 — Grau de escolaridade dos participantes do Grupo 2	99
Gráfico 12 — Faixa etária dos participantes do Grupo 2	99
Gráfico 13 — Cidade onde moram os participantes do Grupo 2	100
Gráfico 14 — Tipo de área onde moram os participantes do grupo 2	100
Gráfico 15 — Local de nascimento dos participantes do Grupo 2	101
Gráfico 16 — Local de nascimento dos pais dos participantes do Grupo 2	101
Gráfico 17 — Local de nascimento dos avós dos participantes do Grupo 2	102
Gráfico 18 — Período de vida que os participantes do Grupo 2 vivem na região	102
Gráfico 19 — Profissões dos participantes do Grupo 2	103
Gráfico 20 — Dados do questionário da 1ª Roda, Grupo 1, tema comida, item angu	106
Gráfico 21 — Dados do questionário da 1ª Roda, Grupo 2, tema comida, item angu	107
Gráfico 22 — Dados do questionário da 1ª Roda, Grupo 1, tema comida, item broa	107

Gráfico 23 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item broa 107

Gráfico 24 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, item Paçoca de Semana Santa 109

Gráfico 25 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item Paçoca de Semana Santa 109

Gráfico 26 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, item peteca 110

Gráfico 27 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, item peteca 110

Gráfico 28 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, item biscoito de polvilho 112

Gráfico 29 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item biscoito de polvilho 112

Gráfico 30 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, item bolinho de mandioca com carne moída 113

Gráfico 31 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item bolinho de mandioca com carne moída 113

Gráfico 32 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, item café feito com caldo de cana 116

Gráfico 33 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item café feito com caldo de cana 116

Gráfico 34 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, licor de jabuticaba 117

Gráfico 35 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, licor de jabuticaba 117

Gráfico 36 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, pipa de vara de bambu 121

Gráfico 37 — Dados do questionário da 4 ^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, pipa de vara de bambu	121
Gráfico 38 — Dados do questionário da 2 ^a Roda, Grupo 2, tema ofícios, pau-a-pique	122
Gráfico 39 — Dados do questionário da 3 ^a Roda, Grupo 1, tema festejos, Folia de Reis	124
Gráfico 40 — Dados do questionário da 3 ^a Roda, Grupo 2, tema festejos, Folia de Reis	125
Gráfico 41 — Dados do questionário da 3 ^a Roda, Grupo 1, tema festejos, Calango	125
Gráfico 42 — Dados do questionário da 3 ^a Roda, Grupo 2, tema festejos, Calango	125
Gráfico 43 — Dados do questionário da 4 ^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, boneca de sabugo de milho	127
Gráfico 44 — Dados do questionário da 4 ^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, boneca de sabugo de milho	127
Gráfico 45 — Dados do questionário da 4 ^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, fazer brinquedos de barro	128
Gráfico 46 — Dados do questionário da 4 ^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, fazer brinquedos de barro	129
Gráfico 47 — Dados do questionário da 4 ^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, petecas	129
Gráfico 48 — Dados do questionário da 4 ^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, petecas	130

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 — Planejamento inicial de execução dos encontros das Rodas do Saber	63
Figura 1 — Convite e acolhida do grupo de professores no MUVA para a 1 ^a Roda	67
Figura 2 — Exposição do acervo do MUVA para a 1 ^a Roda	68
Figura 3 — Convite e registro da 1 ^a Roda com os idosos do PAC	71
Figura 4 — Registros da 1 ^a Roda com os jovens do Projovem	73
Figura 5 — Convite e registro da oficina de cerâmica da 2 ^a Roda com jovens do Projovem	
	76
Figura 6 — Convite e registro da oficina de cerâmica da 2 ^a Roda com os idosos	79
Figura 7 — Convite da 3 ^a Rodas do Saber com funcionários e professores da E.M. Manoel Duarte.	82
Figura 8 — Convite e registro da 3 ^a Roda dos idosos do PAC no MUVA	85
Figura 9 — Convite e registro da 3 ^a Roda com funcionários e professores do ensino fundamental II, 1º turno da E. M. Manoel Duarte	87
Figura 10 — Convite e registro da 4 ^a Roda com os idosos do PAC	90
Figura 11 — Registro da Roda do Saber Especial com a família da educadora do MUVA	
	92
Quadro 2 — A relação do elemento milho com os temas das Rodas do Saber	111
Quadro 3 — A relação do elemento mandioca com os temas das Rodas do Saber	114
Quadro 4 — A relação do elemento amendoim com os temas das Rodas do Saber	115
Quadro 5 — A relação do elemento cana-de-açúcar com os temas das Rodas do Saber	118
Quadro 6 — A relação do elemento taquara/bambu com os temas das Rodas do Saber	122
Quadro 7 — A relação do elemento taboa com os temas das Rodas do Saber	124
Figura 12 — Boneca de sabugo de milho confeccionada na 4 ^a Roda do Grupo 2	128

Figura 13 — Peteca de embira de bananeira e palha de milho confeccionada na 4^a Roda do Grupo 2 130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
COESCCI	Código Orgânico da Economia Social do Conhecimento, Criatividade e Inovação
CSPCI	Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial
CT	Conhecimentos Tradicionais
DI	Desenho Industrial
DO	Denominação de Origem
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual
ECT	Expressões Culturais Tradicionais
FLORART	Associação de Artesãos de Manoel Duarte
IG	Indicação Geográfica
IGC	Comissão Intergovernamental sobre a Propriedade Intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos Tradicionais e o Folclore
Indecopi	Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Intelectual
IP	Indicação de Procedência
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MUVA	Museu Histórico do Vale
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Alfabetização e Cidadania
PBI	Patrimônio Biocultural Imaterial
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial

PI	Propriedade Intelectual
PI nas Escolas	Programa Propriedade Intelectual nas Escolas
PLANVALE	Plano de Ações Integradas em Prol do Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Café Fluminense
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RBI	Recursos Bioculturais Imateriais
RG	Recursos Genéticos
SME	Secretaria Municipal de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 O UNIVERSO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS	25
1.1 AS ECT E A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	25
1.1.1 Conceitos Chave: Conhecimentos Tradicionais, Expressões Culturais Tradicionais e Recursos Genéticos	26
1.1.1.1 Conhecimentos Tradicionais e Recursos Genéticos	27
1.1.1.2 Expressões Culturais Tradicionais	28
1.1.2 Formas de proteção dos Conhecimentos Tradicionais e das Expressões Culturais Tradicionais por Direitos de Propriedade Intelectual	30
1.1.3 A construção de um sistema internacional de proteção às Expressões Culturais Tradicionais	33
1.2 A SALVAGUARDA DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS E O PAPEL DA UNESCO	35
1.3 POLÍTICA NACIONAL DE SALVAGUARDA DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS	38
1.3.1 A política de documentação e suas contradições	40
1.4 UM BREVE PANORAMA DA PROTEÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA	41
1.5 OUTRAS ABORDAGENS E QUESTÕES RELACIONADAS ÀS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS	48
2 A PESQUISA-AÇÃO NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE E A IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DA EXPRESSÃO CULTURAL DE TRADIÇÃO LOCAL ATRAVÉS DAS RODAS DO SABER	54
2.1 A ORIGEM DO RODAS DO SABER	54

2.1.1 Teoria e prática que alicerçam o movimento Rodas do Saber	55
2.2 PESQUISA-AÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO DAS FLORES	59
2.2.1 Planejamento participativo das etapas da pesquisa-ação	61
2.2.2 Definição dos temas das Rodas do Saber	63
2.3 O DESENVOLVIMENTO DAS RODAS DO SABER NO PERÍODO DE ABRIL A OUTUBRO DE 2023	65
2.3.1 1ª Rodas do Saber, tema: comidas. Título: “Não basta comer, tem que se alimentar: as plantas e comidas que nutriram o Vale do Café”	66
2.3.1.1 1ª Rodas do Saber com Professores da Rede Municipal	66
2.3.1.2 1ª Rodas do Saber com os idosos do PAC	70
2.3.1.3 1ª Rodas do Saber com os jovens do Projovem	71
2.3.2 2ª Rodas do Saber, tema: ofícios. Título: “O saber-fazer, ofícios do Vale do Café: o conhecimento que construiu o Vale do Café”	73
2.3.2.1 2ª Rodas do Saber com jovens do Projovem	73
2.3.2.2 2ª Rodas do Saber com os idosos do PAC	76
2.3.3 3ª Rodas do Saber, tema: festividades. Título: “Folclore e tradições: alegrias compartilhadas no Vale do Café”	79
2.3.3.1 3ª Rodas do Saber com funcionários e professores do ensino fundamental II da E.M. Manuel Duarte (1º turno, manhã)	80
2.3.3.2 3ª Rodas do Saber com funcionários e professores da educação infantil e ensino fundamental I da E.M. Manuel Duarte (2º turno, tarde)	83
2.3.3.3 3ª Rodas do Saber com os idosos do PAC	84
2.3.4 4ª Rodas do Saber, tema: brinquedos e brincadeiras. Título: “Brinquedos, brincadeiras de rua e brincadeiras de quintal: O lúdico no Vale do Café”	86
2.3.4.1 4ª Rodas do Saber com funcionários e professores do ensino fundamental II da E.M. Manuel Duarte (1º turno, manhã)	86

2.3.4.2 4 ^a Rodas do Saber com funcionários e professores da educação infantil e ensino fundamental I da E.M. Manuel Duarte (2º turno, tarde)	88
2.3.4.3 4 ^a Rodas do Saber com idosos do PAC	88
2.3.5 Roda Especial com a família da educadora do MUVA	90
3 ANÁLISE DE DADOS E CONCLUSÕES DA PESQUISA-AÇÃO	93
3.1 CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS PESQUISADOS	93
3.1.1 Características do Grupo 1	94
3.1.2 Características do Grupo 2	98
3.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS JUNTAMENTE COM OS RELATOS NAS RODAS E DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	103
3.2.1 Descrição dos elementos identificados como significativos da identidade local	104
3.2.1.1 Da Cultura Alimentar	105
3.2.1.2 Dos Ofícios	119
3.2.1.3 Dos Festejos	124
3.2.1.4 Das Brincadeiras e brinquedos	127
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS QUANTO A PROTEÇÃO DA PI	131
3.4 DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS DA PESQUISA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DAS FLORES	133
CONCLUSÃO	135
Sugestão de pesquisa futuras	137
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICE A Questionário aplicado com participantes da 1 ^a Roda do Saber	144
APÊNDICE B Questionário aplicado com participantes da 2 ^a Roda do Saber	148
APÊNDICE C Questionário aplicado com participantes da 3 ^a Roda do Saber	151
APÊNDICE D Questionário aplicado com participantes da 4 ^a Roda do Saber	152

APÊNDICE E Entregável 154

ANEXO 155

INTRODUÇÃO

A diversidade cultural humana se dá pela capacidade do ser humano em buscar meios para sua sobrevivência nos mais variados ambientes a partir da disponibilidade dos recursos naturais. Soma-se a isso as formas de simbolização e expressão que estruturam as relações sociais garantindo a identidade e a coesão dos grupos. Do encontro entre natureza e humano nascem formas originais de ser e estar no mundo.

Para que se possa compreender esta diversidade é necessário que se identifique, documente e registre, possibilitando a salvaguarda e a proteção, preservando a diversidade diante de uma sociedade cada vez mais globalizada e culturalmente massificada.

Ao se falar de conhecimentos produzidos na vivência e na convivência no interior das comunidades, está-se tratando de conhecimentos vivos e em constante atualização, o que dificulta sua delimitação. Portanto, corre-se o risco, ao delimitá-los, de se congelar um momento do processo, tomado-o como o todo. Tal delimitação, por um lado, permite suas reprodução e comercialização, dentro de uma lógica que muitas vezes não lhe cabe e, por outro lado, limita a complexidade inerente ao processo de estar em constante transformação, reduzindo-o a um fragmento.

Dentro do universo da Propriedade Intelectual (PI), segunda a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), através da Comissão Intergovernamental sobre a Propriedade Intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos Tradicionais e o folclore (IGC), criada em 2000, as “Expressões culturais tradicionais (ECT) ou ‘expressões de folclore’ são todas as formas tangíveis ou intangíveis pelas quais as coisas são expressas, aparecem ou manifestam conhecimento e cultura tradicionais” (OMPI, 2006, anexo, p.12)¹. Portanto, as ECT são o resultado do intelecto humano que se encontra integrado às atividades lúdicas, estéticas e do trabalho através de sua capacidade criativa. Não são as técnicas, métodos ou regras, pois isto se relaciona aos conhecimentos tradicionais, mas sim, a expressão da criatividade que resulta em produtos tanto tangíveis como intangíveis (Perez, 2011).

Ao utilizar o termo “tradicional” aderido às expressões culturais, a OMPI está tratando de conhecimentos oriundos de comunidades tradicionais. Tais comunidades são

¹ OMPI. **La protection des expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore: objectifs et principes révisés.** WIPO/GRTKF/IC/9/4. Genebra, Suíça, 2006. Disponível em:
https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/fr/wipo_grtkf_ic_9/wipo_grtkf_ic_9_4.pdf Acesso em: 09 out. 2024

entendidas por Rodrigues Jr. (2009 p. 21) a partir da declaração de Friburgo, Art.2(c)², como: “[...] grupo de pessoas que partilha as referências constitutivas de uma identidade cultural em comum, desejando preservá-la e desenvolvê-la”. No Brasil, considera-se comunidades tradicionais os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos e os caiçaras. O referido autor amplia esta questão propondo que existam casos em que grandes contingentes humanos formados a partir da união de determinadas matrizes culturais podem ser considerados tipos étnico-nacionais compartilhando o que ele denominou como “ECTs populares”, ou seja, ECT de um povo.

Ao propor este conceito, Rodrigues Jr. tangencia outro, qual seja, o de cultura popular, muito discutido por Arantes (1982) que o considera um conceito multifacetado, que não se limita à reprodução das tradições, mas abrange a reinterpretação e a reinvenção constante de práticas culturais pelas comunidades populares, estando em permanente negociação com a cultura dominante, podendo ser visto como um espaço de resistência e de afirmação das identidades coletivas.

Ao tratar dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) relacionadas às expressões culturais de comunidades tradicionais, utilizar-se-á tanto os conceitos de “Expressão Cultural Tradicional”, “Expressões do Folclore” ou ainda apenas “Folclore”, apesar do termo folclore ter sido questionado por algumas comunidades por carregar, segundo elas, um contexto pejorativo. A OMPI (2023)³ estabelece ainda que não é a característica de antiguidade que necessariamente concede a um conhecimento os contornos de tradicional e sim a dinâmica de seu desenvolvimento dentro de uma determinada comunidade onde é sustentado e transmitido de geração a geração.

O conceito de folclore, conforme tratado por Brandão (2000), não guarda um sentido pejorativo de algo estagnado ou congelado no tempo. Para o autor, este é um fenômeno social que envolve a transmissão e a transformação de saberes, práticas e valores dentro de uma comunidade. Esse processo, muitas vezes, ocorre de maneira informal e oral, por meio de histórias contadas, canções, rituais e outras formas de expressão popular. O folclore, para ele, está em constante transformação e renovação, influenciado por diversos fatores, como mudanças sociais, políticas e econômicas. Sendo, o folclore, uma parte específica da cultura popular, que se refere a manifestações culturais tradicionais, principalmente aquelas

² Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Direitos-Culturais-Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Friburgo.pdf> Acesso em: 05 fev 2015

³ OMPI. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual**. wipo-pub-rn2023-5-1-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-1-pt-traditional-knowledge-and-intellectual-property.pdf> Acesso em: 03 out. 2024

transmitidas de geração a geração, o mesmo é, em grande medida, associado ao passado e à tradição, mas também está em constante recriação.

Visando compreender tais questões em um contexto específico foi desenvolvida a etapa de pesquisa-ação na região do Vale do Paraíba Fluminense, localizada na região centro sul do estado do Rio de Janeiro, escolhida por sua riqueza cultural e contexto histórico único. Tal região ficou conhecida em função do ciclo de produção de café ocorrido no século XIX, quando foi o centro econômico do Império. Após o declínio dessa produção, muito daquilo que foi fruto de prosperidade caiu em decadência. Não obstante, o território ficou marcado pela produção cafeeira, e tais marcas, hoje, revelam-se tanto positivas como negativas em relação ao patrimônio material e imaterial (Lerner; Miszputen, 2010). Já Muaze (2010) aponta:

O café é um dos períodos da história do Vale, mas não o único. A percepção da cultura do café como amálgama da identidade desta região é, portanto, uma construção que se faz ainda no século XIX, no contexto da ascensão desse produto nas exportações brasileiras (Muaze, 2010, p.294).

No séc. XVIII, antes do ciclo do café, a região foi cortada por caminhos por onde era transportado o ouro das Minas Gerais para o Rio de Janeiro, período em que tropeiros e pequenos sitiantes conviviam com os povos indígenas habitantes da Mata Atlântica ainda intacta. A chegada do café promoveu a derrubada das matas e a introdução, para o trabalho nas fazendas, de um enorme contingente de negros escravizados, originários de diferentes regiões da África, mas também oriundas do declínio do ouro em Minas Gerais e dos engenhos do nordeste brasileiro (Andrade, 1989). Esses trouxeram consigo uma grande diversidade cultural. Ali se somaram aos conhecimentos dos povos originários e dos colonizadores, constituindo uma paisagem sociocultural única.

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as questões que envolvem as expressões culturais de tradição local, quanto às possibilidades de proteção pelos direitos de propriedade intelectual. Com foco na identificação, conscientização e valorização, buscou-se compreender como a introdução aos conceitos de propriedade intelectual no universo escolar pode auxiliar nesse processo promovendo o diálogo entre propriedade intelectual, expressões culturais de tradição local e educação, tendo como *locus* o Vale do Paraíba Fluminense situado no estado do Rio de Janeiro. Por objetivos específicos, a pesquisadora traçou os seguintes no intuito de facilitar o alcance do objetivo geral: 1. Referenciar material teórico sobre Expressões Culturais Tradicionais, suas formas de proteção pelos direitos da PI e outras

questões relacionadas; 2. Sistematizar e proporcionar análise crítica ao material já coletado por meio das Rodas do Saber no período de abril de 2013 a 2019, juntamente com o levantamento do contexto histórico cultural da Região do Vale do Paraíba Fluminense através de revisão bibliográfica. 3. Ampliar o escopo do trabalho através das Rodas do Saber no município de Rio das Flores, pertencente a região do Vale do Paraíba Fluminense, utilizando a metodologia de pesquisa-ação, de maneira a analisar os dados coletados a fim de identificar se há ECT passíveis de proteção pelos direitos da PI; 4. Traçar um diálogo entre PI, a educação e as expressões culturais locais, construindo material paradidático que possa auxiliar na introdução da PI nas escolas, de forma contextualizada.

Para tanto elaborou-se, a partir de referencial teórico, um panorama sobre como as ECT vêm sendo compreendidas e as formas de proteção da PI às elas relacionadas, no âmbito internacional, da América Latina e do Brasil. Ampliou-se a discussão tratando de questões relacionadas às formas de compreender o que se pode entender por ECT, bem como outras questões relacionadas. Tal panorama se fez necessário a fim de subsidiar a etapa de pesquisa-ação onde, em Rodas do Saber, baseadas na metodologia de rodas de conversa, identificou-se elementos da cultura local e teceu-se um diálogo destes com a PI e com a educação.

Para a pesquisa-ação, foi adotada a metodologia descrita por Brandão e Borges (2007), a qual foi aplicada no município de Rio das Flores, um dos menores municípios da região do Vale do Paraíba Fluminense. A escolha desse município se justificou pela sua característica de abranger áreas rurais e urbanas muito próximas, além de contar com fazendas históricas e manter uma relação viva com as tradições locais. O contato com o município ocorreu no contexto do Programa Propriedade Intelectual nas Escolas (PI nas Escolas) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que visa levar a PI ao público infanto-juvenil por meio das instituições de ensino, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Foi estabelecida uma colaboração com o Programa de Alfabetização e Cidadania (PAC), voltado para a alfabetização de idosos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Museu Histórico do Vale (MUVA). Assim, nos encontros participaram jovens, professores da rede municipal de ensino e idosos do PAC. Os encontros aconteceram, em parte, nas instalações do MUVA, cujo acervo possui um caráter social, e, em parte, nas escolas.

Para os encontros foi utilizada a metodologia de rodas de conversa com temas geradores tratada por Freire (2002; 2005). Nas rodas buscou-se identificar saberes locais através de relatos espontâneos dos participantes que se dispuseram a falar daquilo que fazem

e de suas vivências, possibilitando a compreensão da identidade local. Nesta pesquisa os encontros foram chamados de Rodas do Saber, dando continuidade a uma experiência já vivenciada no território entre 2013 e 2019.

Portanto, essa pesquisa se caracteriza por ser exploratória, de cunho iminentemente qualitativo, estruturada a partir da ideia de pesquisa-ação, conforme esta é tratada pela literatura especializada.

No primeiro capítulo, é abordado o referencial teórico relativo ao conceito de ECT e aos conceitos a ele associados. A partir dessa base, constrói-se uma visão abrangente sobre as questões de salvaguarda, preservação, registro e do sistema internacional de proteção da PI, incluindo um breve panorama da repercussão desse sistema na América Latina. Além disso, busca-se explorar outras formas de conceber as ECT, levantando questionamentos acerca das dificuldades e dos riscos envolvidos na salvaguarda e proteção dessas expressões.

No segundo capítulo, é apresentada a metodologia das Rodas do Saber, são detalhadas as etapas da pesquisa-ação realizada em Rio das Flores e os encontros que ocorreram entre abril e outubro de 2023. A descrição dos encontros foi embasada na abordagem de “descrição densa” de Geertz (1989). A partir dessa perspectiva foi observada a relação dos participantes com elementos da identidade local evidenciada por meio de relatos de memórias afetivas e reflexões críticas. Os elementos que apareceram de forma significativa nos relatos foram analisados no terceiro capítulo.

No terceiro capítulo, foram destacados os elementos que possuíam relação com os quatro temas geradores, relacionados às principais áreas da expressão humana, abordados nas Rodas, a saber: Comida, Ofícios, Festejos e Brincadeiras. Considerou-se tais elementos como estruturantes da cultura local pois, a partir deles, se desenvolvem cadeias de bens tanto tangíveis quanto intangíveis. Através de revisão da literatura sobre a vida e a rotina das fazendas de café do século XIX, buscou-se identificar se tais elementos estavam historicamente presentes no território. Por fim, foi analisado se esses poderiam ser considerados ECT passíveis de serem compreendidas como criações intelectuais que pudessem ser protegidas dentro do sistema de PI.

Como produto técnico derivado deste trabalho foi desenvolvido material paradidático, o “Almanaque Rodas do Saber: um diálogo entre as tradições locais e a iniciação à propriedade intelectual”, direcionado a professores das disciplinas integradas de História, Geografia e Ciências e alunos do 3º ano do ensino fundamental I (Apêndice G).

1 O UNIVERSO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS

Este capítulo tem como propósito abordar o conceito de ECT, assim como os elementos conceituais correlatos a esse tema. A importância dessa discussão se justifica pela natureza do objeto de estudo desta dissertação, que se propõe a analisar as questões associadas às expressões culturais da tradição local, em particular no que se refere às possibilidades de sua proteção por meio dos direitos de PI. A pesquisa busca fomentar um diálogo interdisciplinar entre a PI, a educação e as expressões culturais da tradição local, com ênfase na conscientização, identificação e valorização dessas manifestações. Além disso, objetiva-se compreender de que maneira a introdução dos conceitos de PI no contexto escolar pode contribuir para esse processo de preservação, oferecendo subsídios para a promoção de um maior reconhecimento e respeito por essas expressões culturais, tanto no âmbito acadêmico quanto na sociedade em geral. Dessa forma, o capítulo busca oferecer uma análise crítica e fundamentada que permita ampliar a compreensão sobre a importância da proteção das ECT e das questões envolvidas nesse processo.

1.1 AS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS E A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Dentro do universo da PI, as ECT ou Expressões do Folclore fazem parte do que se convencionou chamar como Conhecimentos Tradicionais (CT). Tais conhecimentos foram subdivididos em três áreas distintas estabelecidas pela OMPI. Essa subdivisão buscou tornar viável lidar com as demandas específicas de cada uma; contudo, para as comunidades tradicionais, seus conhecimentos não possuem tal divisão.

As áreas estabelecidas pela OMPI são:

1. Os CT no sentido estrito (conhecimentos técnicos, práticas, aptidões e inovações relacionados com, por exemplo, a biodiversidade, a agricultura e a saúde);

2. ECT (manifestações culturais, tais como música, arte, desenhos, símbolos e interpretações ou execuções); e
3. Recursos genéticos (RG) (material genético com valor real ou potencial encontrado em plantas, animais e microrganismos) associados aos CT” (OMPI, 2023).⁴

Há décadas a OMPI vem buscando formas apropriadas de proteção aos CT visando atender às demandadas de povos indígenas, comunidades locais e governos, principalmente dos países em desenvolvimento que possuem uma grande riqueza em sociobiodiversidade. O caráter dinâmico e de produção coletiva dos CT, cujos autores não são definidos, dificultam o enquadramento destes nos parâmetros convencionais do sistema da PI. O atual sistema teve origem no atendimento às necessidades das sociedades industriais e tecnologicamente desenvolvidas e está pautado, na definição do objeto a ser protegido, na titularidade e na proteção por um período limitado a novas invenções e obras originais (OMPI, 2023)⁵. Tais parâmetros não atendem às características dos CT que são coletivos e “vivos” e, portanto, em constante transformação, dificultando sua delimitação.

1.1.1 Conceitos Chave: Conhecimentos Tradicionais, Expressões Culturais Tradicionais e Recursos Genéticos

Os CT são constituídos, em sua maioria, na relação dos seres humanos com o meio onde vivem, sendo fatores que garantem a sobrevivência ao proporcionarem tanto o alimento quanto os conhecimentos relacionados ao tratamento da saúde. Tais conhecimentos também se desenvolvem em formas de simbolização e expressão da cultura que estruturam as relações sociais garantindo a identidade e coesão aos grupos sociais. É importante observar que não é a característica da antiguidade que necessariamente concede a um conhecimento os contornos de tradicional e sim a dinâmica de seu desenvolvimento dentro de uma determinada comunidade onde é sustentado e transmitido de geração a geração (OMPI, 2023)⁶. Os diferentes aspectos destes conhecimentos são indissociáveis nas sociedades indígenas e

⁴ OMPI. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual**. wipo-pub-rn2023-5-1-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-1-pt-traditional-knowledge-and-intellectual-property.pdf> Acesso em: 03 out. 2024

⁵ Idem

tradicionalis. Porém, quando tratado dentro do universo da PI que, por vezes, encontra dificuldade de lidar com sua complexidade, a divisão se faz presente. Esta reflete a experiência de que são necessárias distintas ferramentas jurídicas que, por sua vez, envolvem distintas questões políticas quando a proteção da PI é aplicada às ECT, por um lado, e os CT técnicos, por outro (OMPI, 2005)⁷.

1.1.1.1 Conhecimentos Tradicionais e Recursos Genéticos

O CT pode ser encontrado numa ampla variedade de contextos, incluindo: conhecimento agrícola, científico, técnico, ecológico e medicinal, bem como conhecimento relacionado com a biodiversidade. Os conhecimentos de maior relevância prática e de maior interesse comercial são os relacionados às áreas da medicina e da agro biodiversidade. Tais conhecimentos são resultado da observação diária do bioma onde vivem as comunidades tradicionais e de onde retiram o subsídio para sua sobrevivência, portanto estão intrinsecamente ligados aos RG. O modo de vida destas comunidades, baseado na livre troca de conhecimento e intercâmbio de variedades agrícolas e medicinais, garantiu, ao longo do tempo, um aprimoramento genético e a multiplicação da biodiversidade, ao mesmo tempo que construiu um profundo conhecimento sobre suas aplicações. Para Rodrigues Jr. (2009):

Deve-se também a esta prática milenar, a emergência da indústria do melhoramento vegetal nos países industrializados no início do século XX e, ironicamente, a própria extensão do regime de direitos de propriedade intelectual (DPI) aos recursos vivos, cuja característica central é a restrição da livre difusão das variedades protegidas (Rodrigues Jr., 2009, p.59).

O autor ainda alerta que, se por um lado, a prática milenar de intercâmbio de conhecimento dificulta a identificação de sua origem, e, portanto, a determinação de seus detentores, por outro, sua interrupção, através das regras de propriedade privada, põe em risco a própria agro biodiversidade que, diante dos desafios impostos pelas mudanças

⁶ OMPI. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual.** wipo-pub-rn2023-5-1-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-1-pt-traditional-knowledge-and-intellectual-property.pdf> Acesso em: 03 out. 2024

⁷ OMPI. **La propriété intellectuelle et les expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore.** wipo_pub_913. Genebra, Suíça, 2005. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/tk/913/wipo_pub_913.pdf Acesso em: 29/07/2024

climáticas, requerem uma constante adaptação das espécies às novas condições, o que é proporcionado em escala pelo sistema de troca de conhecimento.

Os RG são constitutivos de qualquer forma de vida, seja planta, animal ou microrganismo. Tais recursos se destacam do conjunto da natureza quando, através do intelecto humano, passam a fazer parte da estrutura de meios de sobrevivência e da cultura de uma dada sociedade ou mesmo da humanidade. Assim, os recursos genéticos que se diferenciam são aqueles que possuem um conhecimento a eles associado, seja este tradicional ou não, pois os recursos genéticos em si não são PI por não serem criações da mente humana. Todavia, as invenções baseadas em RG ou desenvolvidas a partir do uso desses (e dos respectivos CT) são elegíveis para proteção, através do sistema da PI (OMPI, 2016)⁸.

1.1.1.2 Expressões Culturais Tradicionais

As ECT são parte constitutiva da identidade de uma comunidade e como tal estão em constante recriação. A tradição não é apenas a reprodução sem atualização pois, à medida que é vivenciada no cotidiano das comunidades, novos elementos são acrescidos pela criatividade coletiva, gerando inovação e criação dentro da estrutura tradicional. A criatividade tradicional é marcada por uma interação dinâmica entre as criatividades coletiva e individual (OMPI, 2005)⁹. A OMPI, através da Comissão¹⁰ Intergovernamental sobre a Propriedade Intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos Tradicionais e o folclore (IGC), criada em 2000, considera como características principais das ECT:

- (a) “Expressões culturais tradicionais” ou “expressões de folclore” são todas as formas tangíveis ou intangíveis pelas quais as coisas são expressas, aparecem ou manifestam conhecimento e cultura tradicionais, e incluem as seguintes formas de expressão ou combinações das mesmas:
 - i) expressões verbais, como histórias, feitos épicos, lendas, poesias, enigmas e outras histórias; palavras, sinais, nomes e os símbolos;

⁸ OMPI. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual.wipo_pub_tk_1.pdf**. Genebra, Suíça, 2016. Disponível em: <https://tind.wipo.int/record/40464?ln=en&v=pdf> Acesso em: 09 out. 2024

⁹ OMPI. **La propriété intellectuelle et les expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore.wipo_pub_913**. Genebra, Suíça, 2005. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/tk/913/wipo_pub_913.pdf Acesso em: 29 jul. 2024

¹⁰ A OMPI em 2023 publicou uma série de notas informativas com a revisão de notas anteriores. Tais notas estão disponíveis em diversos idiomas. Na versão em português a nomenclatura “Comissão” é encontrada onde em publicações anteriores, em inglês ou francês, lia-se “Comitê”. Portanto, neste trabalho, será adotada a nomenclatura utilizada nas notas mais recentes disponibilizadas em português, porém manter-se-á, em citações diretas, a versão original dos autores. Disponível em: <https://www.wipo.int/publications/pt/series/index.jsp?id=144> Acesso em: 01 ago. 2024

- ii) expressões musicais, como canções e música instrumental;
 - iii) expressões corporais, como danças, performances, cerimônias, rituais e outras interpretações ou performances, independentemente de estarem ou não fixados num suporte; e
 - iv) expressões tangíveis, como obras de arte e, em particular, desenhos, pinturas (incluindo pinturas corporais), entalhes, esculturas, cerâmica, terracota, mosaicos, marcenaria, forjaria, joias, cestaria, tricô, têxteis, vidrarias, tapeçarias, indumentária; artesanato; instrumentos musicais; e obras arquitetônicas;
- Que são:
- aa) produto da atividade intelectual criativa, em particular criatividade do indivíduo e da comunidade;
 - bb) características da identidade cultural e social de uma comunidade, bem como o seu património cultural; e
 - cc) mantidas, usadas ou desenvolvidas por essa comunidade ou por indivíduos que têm o direito ou a responsabilidade de fazê-lo de acordo com as leis e práticas consuetudinárias dessa comunidade (OMPI, 2006, anexo, p.12)¹¹.

Vale salientar que os termos “expressões do folclore” e “folclore” não são uma unanimidade, apesar de serem utilizados em discussões internacionais e poderem ser encontrados em diversas leis nacionais, tais termos foram questionados por algumas comunidades e governos alegando possuírem uma conotação pejorativa. Deste modo, pode-se encontrar nas publicações da IGC/OMPI tanto o termo “expressões culturais tradicionais” como “expressões de folclore” ou mesmo apenas “folclore”, sendo todos usados de forma equivalente, uma vez que não há qualquer consenso entre Estados, comunidades ou outras partes interessadas sobre a validade ou adequação destes. Portanto, a escolha dos termos segue a orientação dos decisores políticos e das comunidades locais (OMPI, 2005)¹². Este tema será desenvolvido mais a diante. Por ora, priorizar-se-á o uso do termo “Expressões Culturais Tradicionais” (ECT).

As ECT são o resultado do intelecto humano que se encontra integrado às atividades lúdicas, estéticas e do trabalho através de sua capacidade criativa. Não são as técnicas, métodos ou regras, pois isto se relaciona aos CT, mas sim, a expressão da criatividade que resulta em produtos tanto tangíveis como intangíveis (Perez, 2011). Outra característica importante é o fato de as ECT serem “[...] mantidas, usadas ou desenvolvidas por essa comunidade ou por indivíduos que têm o direito ou a responsabilidade de fazê-lo de acordo

¹¹ OMPI. **La protection des expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore: objectifs et principes révisés.** WIPO/GRTKF/IC/9/4. Genebra, Suíça, 2006. Disponível em:
https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/fr/wipo_grtkf_ic_9/wipo_grtkf_ic_9_4.pdf Acesso em: 09 out. 2024

¹² OMPI. **La propriété intellectuelle et les expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore.** wipo_pub_913. Genebra, Suíça, 2005. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/tk/913/wipo_pub_913.pdf Acesso em: 29 jul. 2024

com as leis e práticas consuetudinárias dessa comunidade” (OMPI, 2006, anexo, p.12)¹³, o que significa dizer que cada comunidade estabelece suas próprias regras para garantir a proteção de suas ECT. Isso impõe um desafio à criação de uma regra única e internacional de proteção capaz de dar conta das especificidades da diversidade cultural das comunidades. Portanto,

[...] um foco distinto nas ECT/folclore facilita discussões mais específicas, técnicas e concretas, e envolve mais plenamente as experiências e perspectivas das partes interessadas relevantes, tais como gabinetes governamentais e departamentos que lidam com direitos de autor, cultura e educação; portadores e intérpretes indígenas e tradicionais de tradições culturais e expressões artísticas; e folcloristas, etnomusicólogos, arquivistas (OMPI, 2005, p.10)¹⁴.

Compreender as necessidades específicas das ECT em relação à sua proteção demanda políticas e princípios jurídicos e culturais apropriados.

1.1.2 Formas de proteção dos Conhecimentos Tradicionais e das Expressões Culturais Tradicionais por Direitos de Propriedade Intelectual

A criatividade baseada na tradição tem sido fonte de inspiração para diversas indústrias, tais como moda, entretenimento, artesanato e design. Porém, esta relação nem sempre é saudável para ambas as partes. O DPI pode fornecer, em alguns casos, formas de proteção da criação que proporcionem meios às comunidades tradicionais de lidar com o mercado garantindo que suas tradições não sejam apropriadas indevidamente e nem utilizadas de forma inadequada (OMPI, 2005)¹⁵.

As formas de proteção positiva visam impedir o acesso ilegítimo de terceiros às ECT ou no caso de terceiros fazerem uso destas para fins comerciais sem efetuarem a partilha equitativa dos lucros obtidos. A proteção positiva também permite que as próprias

¹³ OMPI. **La protection des expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore: objectifs et principes révisés.** WIPO/GRTKF/IC/9/4. Genebra, Suíça, 2006. Disponível em:

https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/fr/wipo_grtkf_ic_9/wipo_grtkf_ic_9_4.pdf Acesso em: 09/10/2024

¹⁴ OMPI. **La propriété intellectuelle et les expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore.** wipo_pub_913. Genebra, Suíça, 2005. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/tk/913/wipo_pub_913.pdf Acesso em: 29 jul. 2024

¹⁵ Idem

comunidades constituam empresas artesanais para a exploração ativa das ECT (OMPI, 2023)¹⁶. Por exemplo: “As artes indígenas podem ser protegidas por uma marca de fábrica ou de comércio que identifiquem sua autenticidade como fez a Direção de Artes Maori, na Nova Zelândia, *Te Waka Toi*” (OMPI, 2023)¹⁷. E como “A marca coletiva MGLASS [que] foi registrada pela Comissão Regional da Indústria do Cristal em Portugal, e é utilizada em obras de arte de vidro soprado e de cristal criadas por artesãos na região de Marinha Grande” (OMPI, 2023, p.4)¹⁸. Todos os membros da associação podem usar a marca obedecendo um regulamento de uso que garante os requisitos de distintividade em relação a outros empreendimentos semelhantes.

O atual sistema oferece também proteção para as adaptações contemporâneas do folclore através dos direitos de autor e direitos conexos e ainda para as interpretações e execuções de música tradicional, de dança ou de teatro que podem se enquadrar nas disposições do Tratado da OMPI sobre Interpretações/Execuções e Fonogramas ou do Tratado de Beijing sobre as Interpretações/Execuções Audiovisuais.

Outra forma de proteção são as Indicações Geográficas (IG)¹⁹, em suas formas de Indicação de Procedência (IP), que reconhece a reputação de um produto ou serviço ligados a uma origem. Ou a modalidade Denominação de Origem (DO), que oferece proteção às ECT ao identificarem um produto como originário de uma região geográfica específica cujas características são essencialmente atribuídas a esta origem. Um exemplo é a IG Goiabeiras para panelas de barro ou a IG Região do Jalapão para artesanato de capim dourado, ambas IP brasileiras.

A proteção por Desenho Industrial (DI) só se faz presente em alguns países que incluírem as formas artesanais nessa forma de proteção, como o caso da União Europeia que, em 2020, alterou sua legislação, revisada em 2024, para “tornar a proteção de desenhos ou modelos mais apelativa para os criadores individuais e as empresas, em especial as pequenas

¹⁶ OMPI. **Desenvolvimento de uma Estratégia Nacional sobre Propriedade Intelectual, Conhecimento Tradicional e Expressões Culturais Tradicionais.** wipo-pub-rn2023-5-3-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-3-pt-developing-a-national-strategy-on-intellectual-property-traditional-knowledge-and-traditional-cultural-expressions.pdf> Acesso em: 29 jul. 2024

¹⁷ OMPI. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual.** wipo-pub-rn2023-5-1-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-1-pt-traditional-knowledge-and-intellectual-property.pdf> acesso em: 03 out. 2024

¹⁸ OMPI. **A propriedade intelectual e o artesanato tradicional.** Wipo-pub-rn2023-5-5-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-5-pt-intellectual-property-and-traditional-handicrafts.pdf> Acesso em: 29 jul. 2024

¹⁹ As Indicações geográficas são o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território, em sua espécie Indicação de procedência – o que o difere é o fato de ter se tornado conhecido (reputação) como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço. Já a Denominação de origem – o que se assinala são, qualidades ou características, de produtos ou serviços, que se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Disponível em:

<https://www.gov.br/inpi/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/indicacoes-geograficas> .Acesso em: 29 ago. 2024

e médias empresas” (Parlamento Europeu, 2024)²⁰, o que permitiu a extensão da proteção aos produtos artesanais.

Estratégias, como as relacionadas à documentação, são formas defensivas de proteção, e impossibilitam ou fazem oposição a direitos de patente sobre invenções reivindicadas em que haja utilização de CT (OMPI, 2023)²¹. “A Índia, por exemplo, compilou uma base pesquisável de dados de medicina tradicional que pode ser utilizada como prova da existência de um estado da técnica anterior pelos examinadores de patente quando avaliem pedidos de patente” (OMPI, 2016, p.2)²². Porém, a documentação, muitas vezes, acaba por expor os CT e as ECT ao acesso público por torná-los públicos em bancos de dados, principalmente em formas digitais. É importante assegurar que a documentação dos CT esteja ligada a uma estratégia de PI e não seja levada a efeito em um vácuo político ou jurídico (OMPI, 2016)²³.

Diante destes desafios alguns países têm produzido legislações especiais para a proteção das ECT. O Panamá instituiu um sistema de registro para as ECT, ao passo que a Estrutura Regional do Pacífico para a Proteção de Conhecimentos Tradicionais e de Expressões de Cultura outorga aos “titulares tradicionais” o direito de autorizarem ou de proibirem o uso do folclore e de receberem uma parcela dos lucros resultantes de exploração comercial (OMPI, 2023)²⁴. Todavia, qualquer proteção específica conferida no âmbito da legislação nacional pode não ser aplicável em outros países, razão pela qual muitos têm defendido a necessidade de criação de um instrumento jurídico internacional (OMPI, 2016)²⁵.

1.1.3 A construção de um sistema internacional de proteção às Expressões Culturais Tradicionais

²⁰ Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 14 de março de 2024, sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção legal de desenhos ou modelos (reformulação) (COM(2022)0667 – C9-0395/2022 – 2022/0392(COD)). Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2024-0165_PT.pdf acesso em: 26 ago. 2024

²¹ OMPI. **A propriedade intelectual e o artesanato tradicional.** Wipo-pub-rn2023-5-5-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-5-pt-intellectual-property-and-traditional-handicrafts.pdf> Acesso em: 29 jul. 2024

²² OMPI. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual.** wipo_pub_tk_1. Genebra, Suíça, 2016. Disponível em: <https://tind.wipo.int/record/40464?ln=en&v=pdf> Acesso em: 09 out.2024

²³ Ibid

²⁴ OMPI. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual.** wipo-pub-rn2023-5-1-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-1-pt-traditional-knowledge-and-intellectual-property.pdf> acesso em: 03/10/2024

²⁵ OMPI. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual.** wipo_pub_tk_1. Genebra, Suíça, 2016. Disponível em: <https://tind.wipo.int/record/40464?ln=en&v=pdf> Acesso em: 09/10/2024

A construção do sistema internacional de proteção às ECT/folclore teve início em 1967, em Estocolmo, quando da revisão da Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886. Tal revisão, em seu Artigo 15.4, forneceu um mecanismo para a proteção do direito de autor das obras inéditas e anônimas. A intenção deste artigo foi fornecer proteção internacional para as ECT/folclore (OMPI, 2005)²⁶. Desde então, as discussões se desenrolaram estabelecendo novas legislações²⁷. Porém, percebeu-se a necessidade de criar um espaço onde os debates sobre a proteção da PI dos CT pudessem se desenvolver de forma contínua e coordenada. Em 2000, foi criada na OMPI a IGC que, desde então, está sob o comando do secretariado daquela instituição e vem ao longo das últimas décadas coordenando os trabalhos sobre esta questão. O caráter transversal das discussões envolve uma diversificada participação englobando institutos de PI dos Estados Membros que ocupam posições com funcionários dos governos que são peritos nas áreas relacionadas ao meio ambiente, agricultura, comércio, relações exteriores, alimentação, saúde e cultura, além de outras áreas. Além destes, há a participação de observadores credenciados compostos por entidades intergovernamentais competentes e muitas Organizações Não Governamentais (ONGs) (OMPI, 2023)²⁸. A participação dos detentores dos CT tem sido de fundamental importância para ampliar os debates. Segundo a OMPI:

A IGC foi idealizada como parte de um empreendimento mais vasto e estruturado [...], destinado a evoluir rumo a um sistema de PI moderno e receptivo, capaz de integrar formas não ocidentais de criatividade e inovação, de ser abrangente em termos de beneficiários e de ser totalmente

²⁶ OMPI. **La propriété intellectuelle et les expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore.** wipo_pub_913. Genebra, Suíça, 2005. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/tk/913/wipo_pub_913.pdf Acesso em: 29 jul. 2024

²⁷ Em 1976, foi adotada a Lei Modelo de Tunes sobre Direitos Autorais para os Países em Desenvolvimento. Esta inclui proteção *sui generis* para expressões do folclore. Em 1982, um grupo de peritos acordado entre OMPI e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desenvolveu um modelo do tipo PI das ECT: as **Disposições Modelo OMPI-UNESCO**, 1982. Em 1984, a OMPI e a UNESCO acordaram conjuntamente um grupo de especialistas sobre a proteção internacional de expressões do folclore por propriedade intelectual. Um projeto de tratado baseado nas Disposições Modelo de 1982 estava à sua disposição. No entanto, a maioria dos participantes considerou prematuro estabelecer um tratado internacional naquela altura. Em **Dezembro de 1996**, os Estados-Membros da OMPI adoptaram o **Tratado da OMPI sobre Prestações e Fonogramas (WPPT)**, que prevê proteção também para os artistas intérpretes ou executantes de uma expressão de folclore. Em **Abril de 1997**, o “Fórum Mundial UNESCO-OMPI sobre a Proteção do Folclore” foi realizado em Phuket, Tailândia. Durante **1998 e 1999**, a OMPI realizou **missões de averiguação** em 28 países para identificar as necessidades e expectativas relacionadas com a PI dos detentores de conhecimentos tradicionais ('FFMs') (OMPI_PUB_913, p.3).

²⁸ Comité Intergovernamental da OMPI sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore. wipo-pub-rn2023-5-2-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-2-pt-the-wipo-intergovernmental-committee-on-intellectual-property-and-genetic-resources-traditional-knowledge-and-folklore.pdf> Acesso em: 29 jul. 2024

compatível com os objetivos de desenvolvimento e de preservação do meio ambiente, (OMPI, 2023, p.3)²⁹.

A IGC cumpre um papel de coordenação dos debates e orientação para a construção das políticas internacionais e regionais. Ademais, estabelece, através de suas publicações, uma constante comunicação com o público em geral elaborando folhetos e notas informativas com linguagem simplificada e didática. O folheto nº 1³⁰ foi publicado em 2005 e a ele se seguiram outras publicações similares com desdobramento de temas específicos. Em 2016, foi publicada uma série de dez notas informativas onde o conteúdo das publicações anteriores foi subdividido e reorganizado. Apesar do tempo decorrido entre as publicações, a nova série não apresentou acréscimos ou atualizações significativas. Tais notas informativas se encontram disponíveis em português³¹. Em 2023 foi editada uma nova série de dez notas informativas, novamente não apresentando alteração significativa de conteúdo, sendo que estas também estão disponíveis em português³². Neste trabalho, no âmbito da OMPI, foram utilizadas estas publicações como fonte juntamente com os relatórios das sessões da IGC. Verificou-se que grande parte dos autores pesquisados também se utilizaram destas publicações para suas pesquisas.

A nota informativa número 02 de 2023 traz um breve resumo e avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela IGC:

Desde a sua primeira sessão, em 2001, os resultados alcançados pela IGC incluem também certos elementos “intangíveis”, como:

- a) Inclusão e consulta: a IGC estabeleceu novas normas de inclusão e consulta;
- b) Clareza e compreensão: termos muito抗igos usados na área de PI, tais como “proteção”, “originalidade”, “novidade” e “domínio público”, estão sendo revistos;
- c) Conteúdo e contexto: a IGC estuda atualmente maneiras inovadoras e suas generis (especiais, específicas) de proceder.

Mediante estreita coordenação com outros fóruns competentes, o trabalho contribuiu para conferir uma nova dinâmica ao empenho da OMPI, lado a lado com outros membros do sistema das Nações Unidas e órgãos intergovernamentais (OMPI, 2023, p.6-7)³³.

²⁹ idem

³⁰ OMPI. **La propriété intellectuelle et les expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore.** wipo_pub_913. Genebra, Suíça, 2005. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/tk/913/wipo_pub_913.pdf Acesso em: 29 jul. 2024

³¹ Disponível em: <https://tind.wipo.int/?ln=en> colocando o código da publicação wipo_pub_tk . Colocar na sequência o número da nota a pesquisar. Exemplo: wipo_pub_tk_1, wipo_pub_tk_2, wipo_pub_tk_3, até wipo_pub_tk_10. Acesso em: 29 jul. 24

³² Disponível em: <https://www.wipo.int/publications/pt/series/index.jsp?id=144> acesso em: 22 ago. 2024

³³ ibid p.6-7

Conforme previsto em sua formação, a IGC vem se empenhando na atualização dos conceitos e procedimentos tradicionalmente utilizados na área de PI.

A pandemia da Covid impôs novos desafios, porém os trabalhos da IGC não foram interrompidos, haja vista a publicação da nova série de notas informativas, em 2023, que está disponível em diversos idiomas, o que propicia o acesso a um maior número de envolvidos nos debates. Os debates envolvendo os RG e os CT a eles associados levaram a Assembleia Geral da OMPI, em junho de 2022, a convocar uma Conferência Diplomática a fim de concluir um instrumento jurídico internacional: “[...] incluindo uma possível exigência de divulgação e a possibilidade de ampliar o uso, por parte dos examinadores de patentes, de bancos de dados informativos sobre recursos genéticos e sobre os conhecimentos tradicionais a eles associados” (OMPI, 2023, p.6-7)³⁴. A citada Conferência Diplomática aconteceu em Genebra nos dias 13 a 24 de maio de 2024 e o tratado³⁵ resultante foi considerado um marco histórico.

1.2 A SALVAGUARDA DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS E O PAPEL DA UNESCO

Nas discussões sobre as questões relacionadas às ECT, a OMPI contou com a parceria da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência especializada das Nações Unidas (ONU), que trabalha internacionalmente para promover a cooperação intelectual nas áreas da educação, da ciência, da cultura, da informação e das ciências naturais. Ao longo das últimas décadas, a parceira da OMPI-UNESCO estabeleceu parâmetros que ajudaram a direcionar as políticas públicas internacionais³⁶.

³⁴ **O Comitê Intergovernamental da OMPI sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore.** wipo-pub-rn2023-5-2-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-2-pt-the-wipo-intergovernmental-committee-on-intellectual-property-and-genetic-resources-traditional-knowledge-and-folklore.pdf> Acesso em: 29 jun. 2024

³⁵ Para fins deste trabalho, tal tratado não será analisado, por um lado, por seu teor não ser o foco do trabalho, por outro, por ter acontecido em momento avançado desta pesquisa, cabendo então apenas citá-lo a título de atualização e referência para outras pesquisas. A Conferência diplomática aconteceu de 13 a 24 de maio de 2024 e suas resoluções estão disponíveis em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/gratk_dc/gratk_dc_7.pdf Acesso:16 ago2024

³⁶ “Os Estados membros da OMPI e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) desenvolveram, em 1982, uma série de disposições-tipo destinadas às legislações nacionais para servir de fonte de inspiração para os países interessados. Em 1996, o Tratado da OMPI sobre Interpretações ou Execuções e sobre Fonogramas incluiu a proteção dos direitos dos artistas intérpretes ou executantes de expressões do folclore” (OMPI, 2023, p.1). Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-2-pt-the-wipo-intergovernmental-committee-on-intellectual-property-and-genetic-resources-traditional-knowledge-and-folklore.pdf> Acesso em: 29 jun. 2024

A UNESCO cumpre um importante papel na salvaguarda das ECT, estabelecendo direcionamentos para os Estados Parte. A proteção da PI só pode ser efetiva no caso das ECT quando estas são salvaguardadas e devidamente estruturadas para que seus detentores tenham acesso aos mecanismos de proteção.

Depois de décadas de debates em parceria com a OMPI, a UNESCO, em 2003, em sua 32^a Conferência Geral, reunida em Paris, adotou a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (CSPCI) que entrou em vigor em 20 de abril de 2006.

A Convenção, ratificada pelos Estados Parte³⁷, visa estabelecer parâmetros para a criação de legislações nacionais e para ampliar os debates internacionais. Em seu Artigo 1º apresenta suas finalidades cujo foco está na construção de um entendimento das principais necessidades em relação ao Patrimônio Cultural Imaterial (PCI): Salvaguarda, respeito, conscientização de sua importância e a necessidade de cooperação e assistência internacional.

Em seu Artigo 2º, que trata sobre “Definições”, apresentam-se os contornos de Patrimônio Cultural Imaterial:

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:
 a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
 b) expressões artísticas;
 c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
 d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
 e) técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2006, p.4).

³⁷ Foi ratificada pelo Brasil e entrou para o ordenamento jurídico nacional através do Decreto 5.753 de 12 de abril de 2006.

Percebe-se que as definições adotadas na Convenção para o PCI são semelhantes às adotadas pela OMPI para as ECT. Os caminhos trilhados conjuntamente nos diversos debates ao longo dos anos que antecederam à formação da IGC da OMPI e da Convenção da UNESCO apontam semelhanças e convergências que servirão de base a propósitos diferentes, mas que se complementam. É importante frisar que o sentido de proteção da PI está associado ao valor comercial das ECT, o que difere da preservação e da salvaguarda, sendo estas, os propósitos da CSPCI. A salvaguarda envolve a identificação, a documentação, a transmissão, a revitalização e a promoção do PCI, com fito de assegurar que as ECT não desapareçam e sejam mantidas e promovidas (OMPI, 2023)³⁸.

A CSPCI tratou ainda em seu Artigo 12º da necessidade de documentação do PCI, sendo apontado o inventário como o instrumento de registro a ser desenvolvido por cada Estado Parte segundo seu próprio sistema de salvaguarda. Tais inventários devem ser atualizados regularmente. Os inventários visam tornar tais patrimônios públicos em nível internacional. Porém em termos de PI, apesar de a documentação ser um importante instrumento, é necessário que se tenha atenção para que essa, principalmente em meios digitais, não exponha os patrimônios, tornando-os mais acessíveis e vulneráveis a utilizações contrárias à vontade dos seus titulares, prejudicando os esforços para protegê-los no sentido da PI.

O Artigo 13º da CSPCI dispõe sobre medidas no sentido de assegurar a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do PCI, devendo cada Estado Parte empreender esforço para:

- a) adotar uma política geral visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade e integrar sua salvaguarda em programas de planejamento;
- b) designar ou criar um ou vários organismos competentes para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território;
- c) fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa, para a salvaguarda eficaz do patrimônio cultural imaterial, e em particular do patrimônio cultural imaterial que se encontre em perigo;
- d) adotar as medidas de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira adequadas para:
 - i) favorecer a criação ou o fortalecimento de instituições de formação em gestão do patrimônio cultural imaterial, bem como a transmissão desse patrimônio nos foros e lugares destinados à sua manifestação e expressão;

³⁸ Desenvolvimento de uma Estratégia Nacional sobre Propriedade Intelectual, Conhecimento Tradicional e Expressões Culturais Tradicionais. wipo-pub-rn2023-5-3-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-3-pt-developing-a-national-strategy-on-intellectual-property-traditional-knowledge-and-traditional-cultural-expressions.pdf> Acesso em: 29 jul 2024

- ii) garantir o acesso ao patrimônio cultural imaterial, respeitando ao mesmo tempo os costumes que regem o acesso a determinados aspectos do referido patrimônio;
- iii) criar instituições de documentação sobre o patrimônio cultural imaterial e facilitar o acesso a elas (CSPCI, 2006, p.8).

A salvaguarda do PCI requer uma estrutura de organismos que garantam desde sua permanência na sociedade como algo que tenha função e, portanto, permaneça vivo e significativo, até seu estudo e registro através de pesquisas cuja metodologia possa dar conta das especificidades de cada manifestação cultural. A garantia de um espaço destinado ao PCI com o devido respeito, proteção jurídica e subsídios necessários é também destacada como fundamental para uma efetiva salvaguarda, preservação, transmissão, revitalização e promoção deles.

As instâncias de educação e conscientização foram descritas no Artigo 14º, salientando a importância de promover, informar e envolver as novas gerações em programas de fortalecimento de vínculos com a identidades das comunidades e com os espaços de memória e a relação destas com o ambiente natural onde tais expressões se manifestam.

Portanto, na CSPI, encontram-se os parâmetros para a garantia da permanência do PCI e sua continuidade que são pré-requisitos para que possam, em uma segunda instância, requerer a sua proteção jurídica no universo da PI, uma vez que o objetivo desta proteção é garantir que a inovação intelectual e a criatividade incorporadas nos CT e nas ECT não sejam utilizadas para fins inadequados.

Assim, “proteção”, “preservação” e “salvaguarda” podem ser complementares, porém é importante que se tenha atenção para que, principalmente, os processos de documentação não exponham os CT e as ECT a riscos de perderem seu direito de proteção da PI ao tornarem públicos tais conhecimentos.

1.3 POLÍTICA NACIONAL DE SALVAGUARDA DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS

No Brasil, as primeiras iniciativas no sentido do entendimento e preservação do patrimônio cultural nacional datam das décadas de 1920 e 1930, quando houve uma preocupação com o desaparecimento de obras artísticas e arquitetônicas ligadas ao barroco e

à igreja católica. O patrimônio imaterial ligado ao folclore e à cultura popular só entrou em debate a partir de 1960 e 1970 dentro do âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Carvalho, 2004). Em 1988, a preocupação com a salvaguarda e preservação do patrimônio cultural imaterial se faz presente na Constituição Federal que, em seu Artigo 215, parágrafo 1º, estabelece que: “§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Brasil, 1988).

Ainda na Constituição Federal, a salvaguarda das manifestações culturais tradicionais passa a ser efetivamente compreendida como uma parte importante da formação do Brasil enquanto nação, de sua identidade, salientando a consciência de que seu povo é constituído por diversas matrizes culturais. Os parâmetros do que se comprehende por patrimônio cultural brasileiro são estabelecidos no artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – As formas de expressão;
- II – Os modos de criar, fazer e viver;
- III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Em seu parágrafo 1º, este mesmo artigo ainda estabelece que:

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Brasil, 1988).

Dessa forma, a Constituição brasileira aponta a necessidade de salvaguarda e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Assim como foi visto antes, estas são condições necessárias para que as ECT continuem existindo. Porém, a salvaguarda e a preservação, não são suficientes para garantir proteção das ECT quando são usadas comercialmente, sendo que, em alguns casos, o uso comercial é o que lhes garante a sobrevivência. Sem o devido retorno financeiro decorrente da exploração comercial das ECT, estas tendem a desaparecer. Porém, ao expô-las de forma desprotegida e submetidas a uma

lógica que não lhes cabe, tais ECT podem se deformar ou mesmo perecer. O equilíbrio entre essas duas condições vem sendo o desafio encontrado na construção da salvaguarda, preservação por meio das políticas do patrimônio e mesmo por meio da discussão do uso da proteção da PI.

1.3.1 A política de documentação e suas contradições

Os debates acerca da preservação de bens culturais do povo brasileiro, tradicionalmente identificados como “folclore” e “cultura popular”, levaram a um novo enfoque sobre o conceito de patrimônio:

O progressivo amadurecimento e o desenvolvimento dessa orientação para fatos da cultura não material que identificam os diversos grupos da sociedade brasileira vieram a resultar, recentemente, na elaboração de diretrizes oficiais voltadas para o reconhecimento e acautelamento do que vem sendo chamado de Patrimônio Imaterial: conhecimentos tradicionais, modos de fazer, rituais, festas, manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, mercados, feiras, santuários, praças e espaços sociais que congregam práticas culturais coletivas (Carvalho, 2004, p.44).

Em 2000, o Decreto presidencial nº 3.551, de 4 de agosto, instituiu a política de registro de bens culturais de natureza imaterial, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI):

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (Brasil, 2000).

O Decreto deixa clara a relação destes bens com a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira e prevê a possibilidade de serem criados outros livros que deem conta de bens culturais que não se enquadrem nos livros citados.

O processo de pesquisa que identifica e documenta os saberes e fazeres da cultura popular acontece dentro da dinâmica destas expressões que possuem um tempo e espaço próprios e que se manifestam através de agentes cujo conhecimento está impresso nos corpos, atos e memórias, sendo este processo entendido como intervenções. Portanto, o registro destas expressões requer atenção, pois não se pode imobilizar e condenar à repetição o “patrimônio vivo” (Carvalho,2004).

Para Rodrigues Jr. (2009), a política nacional de inventários acompanha a abordagem da UNESCO que está centrada na criação de inventários de artefatos, bens e paisagens culturais, o que acaba por dissociar os bens culturais de suas fontes tanto humanas quanto biológicas. Segundo o citado autor: “Essa abordagem conduz ao enriquecimento de bancos de dados, em paralelo ao extermínio paulatino das fontes que os geraram e alimentaram” (Rodrigues Jr., p.25).

Portanto, o processo de inventário encontra o desafio de, ao registrar tais PCI, não os condenar a uma imobilidade, fixando sua forma, o que, por um lado, permitiria sua reprodução, e não a vivência por futuras gerações e, por outro lado, tiraria deles a vitalidade de se adaptarem, a partir de seu uso, respondendo às necessidades das comunidades nas quais estão inseridos. A documentação oferece, ainda, risco de expor tais patrimônios à apropriação e reprodução por terceiros que não os membros das comunidades (Carvalho, 2004).

Após serem dispostas as informações anteriores que dão conta dos esforços internacionais acerca da proteção dos CT e ECT, bem como da proteção voltada ao PCI, no próximo tópico, cabem algumas observações sobre o panorama da proteção dos ECT nos países da América Latina.

1.4 UM BREVE PANORAMA DA PROTEÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Os países da América Latina, principalmente os Andinos, possuem características semelhantes ao Brasil quanto à riqueza da sociobiodiversidade e ao desenvolvimento econômico. Sendo considerados países em desenvolvimento, encontram-se em situação menos privilegiada no cenário internacional sofrendo com a pressão dos países ditos desenvolvidos. Portanto, a preocupação, desses países, com a proteção da PI dos CT vem demandado a estruturação de políticas nacionais *sui generis*, uma vez que, como visto anteriormente, o atual sistema internacional de proteção da PI não abrange a diversidade de situações que envolvem tais conhecimentos.

No cenário internacional a Bolívia teve um papel fundamental no debate da proteção das ECT quando, em 24 de abril de 1973, através de seu Ministério de Relações Exteriores e de Cultos, apresentou uma carta à UNESCO solicitando proteção, dentro do sistema de direitos de autor, das obras do folclore, dando início ao debate que originou a noção de patrimônio cultural imaterial (Guevara, 2011).

Para el gobierno boliviano, estos instrumentos, como otras convenciones establecidas por la UNESCO, apuntaban a asegurar la protección de los objetos tangibles, pero no de las formas de expresión como la música y la danza, que en esta época eran frecuentemente comercializadas de manera clandestina y exportadas bajo la forma de transferencias culturales para fines lucrativos (Guevara, 2011, p.160).

Para o autor, o que se buscava na época era a possibilidade de uma comercialização justa das obras do folclore o que acarretou uma concepção de propriedade relacionada a bens intangíveis.

El análisis de la oportunidad en la cual esta petición fue formulada, nos conduce, sin embargo, a concluir que el discurso político que apuntó a reconocer el valor patrimonial del folklore no habría sabido construirse sin una no menos considerable motivación económica (Guevara, 2011, p. 162).

Tal motivação econômica introduz a lógica de bens escassos, até então, alheia às ECT, conforme descreve Carboni e Coelho (2013):

Por se basearem em informação, os bens imateriais (neles incluídas as expressões culturais tradicionais) não são bens naturalmente escassos, o que é condição essencial para que lhes possa ser atribuído valor econômico. Pelo fato de a propriedade intelectual conferir um direito de uso exclusivo ao seu titular, a sua principal função econômica é a transformação de bens não escassos (como as expressões culturais) em bens escassos (Carboni, Coelho, 2013, p.1).

Para que um bem intangível possa ser comercializado, ele necessita ser transformado em mercadoria, cristalizando sua forma, para que essa possa ser multiplicada e replicada, o que deforma sua essência como expressão humana em constante atualização. A adoção de mecanismos de proteção que conferem o direito de uso exclusivo podem distorcer o sentido das ECT em suas comunidades ao introduzir a lógica de autoria.

A demanda apresentada pela Bolívia, segundo Guevara (2011), visava um posicionamento político frente ao cenário internacional. Assim, as ECT foram introduzidas no debate da PI buscando a diferenciação deste país frente ao cenário internacional.

El folklore ha sido así concebido como un medio de acción política de los Estados y se ha constituido como una herramienta de identificación y de diferenciación a lo largo de la historia. El reconocimiento del valor patrimonial del folklore solicitado por Bolivia se trató, en parte, de una estrategia política de integración al mundo moderno preservando una cierta idea de autenticidad de su cultura (Guevara, 2011, p. 164).

As questões que envolvem as tradições e a construção da identidade dos Estados-nação foi tratada por Eric Hobsbawm (1997). O autor introduz o conceito de “tradição inventada” descrita como “[...] aquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (Hobsbawm, 1997, p. 21). O autor salienta que tanto a “tradição” quanto a “tradição inventada” ganham um caráter de invariabilidade quando são tomadas como referência da identidade de uma comunidade ou nação.

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume” vigente nas sociedades ditas “tradicionalis”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente” (Hobsbawm, 1997, p. 10).

A partir da iniciativa da Bolívia muitas questões surgiram em relação a proteção das ECT, gerando debates, que se estendem há décadas, envolvendo a identificação, a transformação em mercadoria, a construção da noção de identidade e a fixação como realidade imutável. Porém, não obstante os debates, as buscas por formas de proteção dos CT dentro do universo da PI seguem construindo caminhos. Segundo Urquidi (2012), a Bolívia foi mais uma vez pioneira ao incluir em sua Constituição a proteção dos CT:

La nueva Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia del año 2009 incorpora en rango constitucional la protección de la propiedad intelectual y garantiza la convivencia de dos sistemas de protección del conocimiento; por una parte protege el conocimiento individual y por otra el conocimiento tradicional colectivo, ambos por la vía del registro de la propiedad intelectual (Urquidi, 2012, p.166).

O autor analisa que, apesar de prevista na Constituição, a proteção dos CT através de um sistema de registro ainda necessita de uma lei para regulamentá-la. São apresentados, por ele, exemplos de uso da marca coletiva e denominação de origem para a proteção das ECT na Bolívia, dentre eles a de “COMART TUKUYPAJ”:

[...] concedida a la Comunidad de Productores de Artesanías para Todos, que aglutina a decenas de organizaciones originarias de artesanos con identidad cultural de Santa Cruz, Potosí, La Paz, Oruro, Sucre; para distinguir productos, tales como: tejidos, maderas, textiles, fibras, cuero, cerámica y otros. (Urquidi, 2012, p.2).

Os exemplos demonstram que existem formas de garantir a proteção das ECT, porém seria necessário um estudo mais aprofundado para entender se tais formas garantem a integridade e o sentido da produção dessas dentro das comunidades ou se produzem a deformação delas para se adaptarem a essa forma de proteção.

Assim como na Bolívia, o Peru vem adotando o sistema de registro dos CT e tem nas marcas coletivas a principal forma de proteção dos direitos de PI. Nesse país o responsável pelos direitos de PI é o Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual (Indecopi). No Seminario Subregional “*Marcas colectivas como herramientas de competitividad*” realizado por este órgão em 2018, o então presidente, do dito órgão, descreveu as marcas coletivas como:

Una marca colectiva significa la agrupación de un grupo de gente que trabaja en un mismo ámbito, que producen o que elaboran artesanalmente o de una manera más industrial, pero con su propio conocimiento, entregando todo aquello de lo que son capaces de hacer de manera asociativa, y eso es creatividad, porque implica la reducción de costes y el mayor ingreso (Indecopi, 2018, p. 13).

Fica claro o intuito comercial do Instituto sob as marcas coletivas, porém dentro desta visão é reforçada, pelo Indecopi, a importância da conservação das características dos produtos tradicionais como forma de garantir seu valor de mercado.

[...] las marcas colectivas están muy vinculadas a lo que es la producción tradicional o la producción ligada a un origen muy concreto, eso qué significa, que normalmente la gente que se dedica al producto, que lo conoce bien, intenta conservarlo porque sabe que es una fuente de riqueza (Indecopi, 2018, p. 13).

O Indecopi é responsável pelo registro dos CT e posterior emissão de certificados, garantindo os direitos referentes ao depósito de patentes com base em CT. Porém, segundo Gutierrez (2022), não se constata um efetivo retorno de benefícios para as comunidades através deste mecanismo. Para ela, as marcas coletivas vêm mostrando maior eficácia para os povos tradicionais peruano:

[...] contribuyendo no solo a su desarrollo social sino también económico, mejorando sus condiciones de vida, así como también se protege los nombres de las comunidades ante terceros que intentan registras sus marcas haciendo referencia a pueblos indígenas (Gutierrez, 2022, p.63).

No Equador a Constituição da República de 2008, em seus artigos 321 e 322, reconhece a titularidade dos direitos coletivos de PI em favor das comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, afro-equatorianos e Montubios³⁹. Em alguns casos, reconhecendo também seu caráter comunitário e a impossibilidade de exercício de propriedade individual sobre eles por terceiros fora das comunidades (Pérez e Castro, 2023). Para regulamentar as disposições da Constituição foi editado, em 2016, o Código Orgânico da Economia Social do Conhecimento, Criatividade e Inovação (COESCCI) que estabelece não só os direitos de PI típicos, mas também, um sistema *sui generis*. Neste, extrai-se a seguinte passagem

*En esta legislación, además de establecerse normas típicas del sistema de propiedad intelectual clásico, se incorporó la protección de los derechos colectivos de las comunidades sobre sus conocimientos tradicionales, en base a un sistema *sui generis*, con ciertas similitudes a la propuesta para un Tratado Internacional por la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual* (Pérez e Castro, 2023, p.2).

³⁹ Os Montubios equatorianos são um povo mestiço de origem camponesa que vive nas zonas rurais das províncias costeiras do país. Estão espalhados pelas províncias de Guayas, Los Ríos, El Oro e Manabí, e em menor proporção em outras áreas. Disponível em: <https://casadelacultura.gob.ec/postnoticias/montubios/> Acesso em: 05 mar. 2025

Para Pérez e Castro (2023), apesar da legislação Equatoriana ser bastante avançada, existem, na prática, desafios para sensibilização da população em geral quanto aos direitos relacionados aos CT, assim como de seus portadores para o depósito voluntário de seus conhecimentos como forma de garantir seus direitos.

Na Colômbia, o governo colombiano, através da Artesanias de Colômbia, vem desenvolvendo o projeto “Implementação de Direitos de Propriedade Intelectual das Artesanias Emblemáticas da Colômbia”. Este projeto tem como objetivos:

-Dotar al sector artesanal de las herramientas legales en Propiedad Intelectual.- Implementar el uso de marcas colectivas, de certificación y denominaciones de origen.

- Fortalecer la innovación y comercialización de las artesanías emblemáticas para su posicionamiento en el mercado nacional e internacional (Artesanías de Colombia, 2011).

O projeto preconiza etapas de execução junto às comunidades detentoras de conhecimentos que envolvem: 1. Sensibilização e gestão, 2. Capacitação e formação, 3. Estudo técnico e jurídico, 4. Proteção jurídica, 5. Promoção comercial e mercado, 6. Acompanhamento e evolução. Tais etapas visam informar sobre as diferentes formas de proteção, analisar a mais adequada para cada comunidade, estudar as possibilidades de mercado e adequações necessárias para cada situação (Artesanías de Colombia, 2011). Além das marcas coletivas, de certificação e das indicações geográficas, ainda está previsto, dentro da Artesanias de Colômbia, a proteção por direito de autor: “*La relación entre la artesanía y el derecho de autor se establece en la medida en que ésta incorpore una creación artística original, que refleje la personalidad del autor*” (Artesanías de Colombia, 2010, p, 2).

Porém, a política pública Artesanías de Colombia, segundo Barrera et al (2014), ao submeter as ECT à lógica da PI, principalmente em relação à titularidade e à patrimonialização, cria situações que merecem ser analisadas:

Al considerar las creaciones artesanales indígenas como “obras folclóricas y tradicionales de autores desconocidos”, la Ley 23 de 1982 establece que estas pertenecen al dominio público. Pero esta misma ley [Ley 23 de 1982, sobre derechos de autor, artículo 189] contempla que “el arte indígena, en todas sus manifestaciones, inclusive, danzas, canto, artesanías, dibujos y esculturas pertenece al patrimonio cultural”, lo que afecta aún más el ejercicio de control, disposición y uso objetual artesanal de los pueblos indígenas. Actualmente, los pueblos indígenas, sus autoridades y

especialmente sus creadores carecen de información suficiente acerca de la titularidad de las marcas colectivas, las denominaciones de origen y la patrimonialización de sus manifestaciones culturales, al ser sometidos a estos modelos foráneos (Barrera et al, 2014, p.6).

Os autores apresentam também questões referentes à aproximação de designers que visam a adequação dos produtos ao mercado e que neste intuito descharacterizam os desenhos originais que, para as comunidades, são carregados de significados. Para tanto, os autores, apresentam a crítica feita por Alfredo Molano⁴⁰:

Alfredo Molano presenta una crítica a los diseñadores que trabajan con pueblos indígenas artesanales –como es el caso de los Wayuu– pues en su actividad profesional suscitan que “los dibujos originales que representan sus caminos, sus clanes, sus muertos, la vulva de la vaca, los intestinos de burro, el hígado de la tortuga, serán reemplazados por cuadritos, rayitas, bolitas, adornitos brillantes y, por supuesto, llevarán estampada la firma del autor (...) un robo cultural simple y llano. Como tantos otros. (Molano, 2009, p. 39 apud Barrera et al, 2014, p.1).

Portanto, se faz necessária uma abordagem nova quando se trata da aproximação das ECT com o mercado consumidor, cuja lógica, enxerga o resultado do saber-fazer artesanal como simples mercadoria. Para exemplificar a cosmovisão que envolve as ECT, Muñoz Rojas et al (2019) apresentam a descrição feita pela Corte Constitucional da Colômbia⁴¹ a respeito da arte de tecer do povo Ika ou Arhuaco:

Para los Ika, el tejido es una actividad que trasciende la mera fabricación de telas de algodón para la elaboración del vestido, convirtiéndose en una actividad de carácter moral con profundas consecuencias de carácter metafísico. Los Ika consideran que, al tejer una tela, están tejiendo “la tela de su vida”, como quiera que el tejido constituye una actividad metafórica en la cual los hilos de algodón son como los pensamientos que, poco a poco, se organizan y se entrelazan con la red de relaciones sociales en la que se encuentra inserto el tejedor. Para los Ika, “tejer es pensar” y “pensar es vivir”, razón por la cual “quien no piensa no vive”. A través del tejido, los pensamientos se organizan y se insertan dentro de un orden universal. Así, tejiendo y pensando, se logra el equilibrio entre los opuestos, dando cumplimiento a la “Ley de la Madre. (Muñoz Rojas et al, 2019, p.241-242).

⁴⁰ Molano, A. (noviembre 22, 2009). Mochilas al viento, El Espectador, 39.

⁴¹ Corte Constitucional de Colombia. Sentencia SU-510 de 1998. M.P.: Eduardo Cifuentes Muñoz.

1.5 OUTRAS ABORDAGENS E QUESTÕES RELACIONADAS ÀS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS

O desenvolvimento das ECT se dá na vivência e na relação das comunidades com seu ambiente. Os recursos disponíveis moldam as formas de se alimentar, organizar, celebrar, construindo uma visão única do mundo retratada nas diversas formas de expressão. Esta relação estreita foi abordada por Rodrigues Jr. (2009) que apresenta o conceito de Patrimônio Biocultural Imaterial (PBI):

O termo patrimônio Biocultural imaterial (PBI) decorre de uma associação parcial de forma e conteúdo dos termos “Patrimônio biocultural”, empregado no código de Ética da Sociedade Internacional de Etnobiologia (SIE), e “Patrimônio Cultural Imaterial”, utilizado pela CSPCI (Rodriguez Jr., 2009, p.43).

Para o autor “[...] a limitação do termo “patrimônio cultural imaterial” decorre da exclusão de seu escopo os recursos biológicos, que representam uma parcela importante do patrimônio intelectual conservado pelas comunidades tradicionais” (Rodrigues Jr., 2009, p.44). Para ele, o patrimônio biocultural imaterial (PBI) é composto por três grandes grupos de recursos bioculturais imateriais (RBIs), a saber: recursos da diversidade biológica (biodiversidade), CT e ECT.

Os RBIs possuem quatro dimensões comuns que os unem: i. Sua natureza informacional (dimensão imaterial), ii. As fontes humanas que os geraram e conservam (dimensão humana), iii. O arcabouço cultural diferenciado, que direciona as comunidades locais a se conduzirem de maneira a desenvolvê-los incessantemente e conservá-los para as gerações futuras (dimensão cultural); e iv. O substrato natural que sustenta a vida física e cultural das comunidades locais (dimensão ambiental) (Rodrigues Jr., 2009, p.45).

Ao incluir a dimensão ambiental, Rodrigues Jr. (2009) amplia e reforça a relação das ECT com o ambiente onde essas se dão. Tal relação é recíproca, pois, uma vez que a dimensão ambiental onde o conhecimento é gerado sofre degradação, o conhecimento também se perde e vice-versa, a preservação ambiental se dá a partir da importância que o ambiente tem em sustentar as formas de expressão de uma comunidade. Quando um dos elos desta relação se rompe, a cadeia inteira se deteriora. Cabe então perceber que para a proteção das ECT, é preciso entendê-las em suas múltiplas dimensões.

Se as comunidades tradicionais perdem sua coesão e se distanciam dos biomas, em que seus RIBs foram concebidos, seus conhecimentos sobre os atributos dos recursos da biodiversidade se perdem permanentemente; e tudo aquilo que não se conhece é considerado descartável pelo homem moderno. O destino das ECT, na hipótese de desaparecimento dos grupos que as criaram, não é menos dramático: com a perda dos vínculos com a natureza, os grupos humanos deixam de reproduzir suas ECT, as quais geralmente retratam as relações das comunidades tradicionais com a biodiversidade e o mundo espiritual (Rodrigues Jr., 2009, p.49).

A preservação da relação das comunidades com as ECT também sofre ameaça pela constante exposição das novas gerações às culturas de massa que as aproximam dos desejos materialistas ocidentais.

As gerações mais jovens destes grupos estão deixando as áreas rurais e as florestas, em busca de melhores perspectivas de vida nos centros urbanos. A imigração destrói as possibilidades de conservação do PBI, sem o interesse das gerações mais jovens de recebê-los, conservá-los e continuamente utilizá-los e desenvolvê-los, os conhecimentos conservados pelas gerações mais velhas se extinguirão, quando de sua morte (Rodrigues Jr., 2009, p.49).

A partir de tais colocações, percebe-se a relação estreita entre a degradação ambiental e a sociocultural. Com isso, o fluxo de transmissão de conhecimento de geração a geração é desestruturado, o que acarreta uma descontinuidade na manutenção das ECT tornando-as desconhecidas e, portanto, descartáveis ou desnecessárias diante de um sistema estruturado a partir de valores comerciais de consumo. Tal sistema não leva em conta a função imaterial das ECTs relacionadas à diversidade cultural que constrói a pluralidade de formas de compreensão do ser no mundo.

Outra questão levantada pelo autor referente às características das ECT é que, muitas vezes, as mesmas ECT são compartilhadas por diferentes grupos por se originarem a partir de matrizes culturais semelhantes. Rodrigues Jr. (2009) expõe a questão da titularidade de certos RBIs que se desenvolveram em comunidades cujos contextos naturais e culturais são similares. Isso acontece, pois faz parte da cultura das comunidades tradicionais partilharem seus conhecimentos e recursos, ou ainda porque alguns grupos descendem de um mesmo tronco étnico comum, como poderá ser observado quando da análise do caso desta pesquisa. Há casos em que tais conhecimentos podem se desenvolver de forma independente, porém paralela, em função da semelhança de ambiente e contexto cultural. Assim, a titularidade pode caber a pequenos grupos, mas também pode permear grandes contingentes humanos.

O autor nos apresenta uma classificação dos povos “extraeuropeus”, que foi proposta por Darcy Ribeiro e que auxilia na compreensão de como um RBI pode ser compartilhado por um numeroso grupo humano. O interesse, neste caso, está no grupo nomeado como Povos Novos definido por Darcy Ribeiro como resultantes da:

Conjunção e da deculturação e caldeamento de matrizes étnicas africanas, europeias e indígenas. São aqui designados como povos novos em atenção à sua característica fundamental de *species novae*, enquanto matrizes formadoras e porque representam antecipações do que virão a ser, provavelmente, os grupos humanos de um futuro remoto, cada vez mais mestiçados e aculturados e, desse modo, uniformizados racial e culturalmente (Ribeiro, 2007, p.80 apud Rodrigues Jr., 2009, p. 310).

O Brasil é, segundo Ribeiro (2007), o principal representante deste grupo. Nos Povos Novos é possível se identificar CT e ECT compartilhados nacionalmente, sendo os mesmos resultantes da disseminação do patrimônio cultural de seus grupos formadores. Para Rodrigues Jr. (2009), tais RBIs podem ser denominados “CT e ECT populares”.

São muitas as situações que envolvem a titularidade das ECT compartilhadas por grupos diferentes ou por grandes contingentes humanos. Perez (2011) apresenta o caso do folclore Andino, que tendo raízes na cultura do povo Inca tem sua expressão no Equador, Peru, Bolívia e Argentina. As atuais fronteiras não existiam para os antepassados Incas, porém essas impõem, atualmente, questões quanto a definição de direito de PI das manifestações do folclore oriundas desta raiz ancestral.

Para a compreensão dos diversos fatores que envolvem a formação das ECT, sua dinâmica, sua relação com o meio, seu compartilhamento, sua transmissão e manutenção, é necessário entender como se construiu a noção de folclore/ECT/Cultura popular. Perez (2011), ao tratar do que se entende por folclore, define que as expressões das culturas tradicionais são consideradas populares porque possuem suas origens no povo e por ele são transmitidas e desenvolvidas. Mas nem tudo que é produzido pelo povo ou que a ele se destina deve ser entendido como folclore, como o caso da cultura de massa. Portanto, o folclore é uma dentre tantas expressões que compõem a diversidade cultural humana⁴².

⁴² Segundo a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, UNESCO (2005) em seu Artigo 4, 1. “Diversidade Cultural refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados”. (UNESCO, 2005, p.4)

No livro **O que é folclore**, Carlos Rodrigues Brandão (1982) apresenta as origens do “Folclore”⁴³ e as formas de compreender este conceito ao longo do tempo. O autor trata das aproximações e afastamentos entre folclore e Cultura Popular.

Uma das características mais críticas do folclore é a tradicionalidade. Não há folclorista que não fale nela, não há folclorista que não precise explicá-la. Mas até hoje sempre se teve uma atitude entre romântica e desconfiada para com o que é tradicional. Tem cheiro do conservador, do velho e defasado. No entanto, estudos de alguns antropólogos têm recentemente demonstrado que muitas vezes uma cultura popular tradicional assim é justamente porque há nisso um forte e dinâmico teor de resistência política às inovações impostas pelo colonizador ou pelas classes dominantes (Brandão, 1982, p.40).

Ao tratar-se as ECT como uma expressão popular, oriunda do povo e destinada ao povo, está-se lidando com a complexidade que envolve o conceito de cultura popular, tal como exposto por Arantes (1981), e mesmo com o o de folclore, como trazido por Brandão (1982). Ao se adjetivar a cultura nomeando-a como “popular” está-se contrapondo à cultura que não é produzida pelo povo, qual seja, a cultura da elite. Segundo o autor, a figura de uma “cultura popular” que engloba e generaliza toda a diversidade de ECT reflete o processo de dominação da elite, “O que é identificado e escolhido como elemento constitutivo das tradições nacionais é recriado segundo os moldes ditados pelas elites cultas e, com nova roupagem, desenvolvido, digerido e devolvido a todos os cidadãos” (Arantes, 1981, p.18).

Portanto, é importante ter atenção ao se usar “cultura popular” no singular pois, a generalização, cristaliza sob tal classificação “o que é” e “o que não é”, negando a pluralidade e a constante transformação do conhecimento tradicional vivo. Ainda segundo o autor:

[...] essas maneiras de pensar a cultura pressupõem ou que ela seja passível de cristalização, permanecendo imutável no tempo a despeito das mudanças que ocorrem na sociedade, ou, quando muito, que ela esteja em eterno “desaparecimento”. [...] Cultura é um processo dinâmico; transformações (positivas) ocorrem, mesmo quando intencionalmente se visa congelar o tradicional para impedir a sua “deterioração”. É possível preservar os objetos, os gestos, as palavras, os movimentos, as características plásticas exteriores, mas não se consegue evitar a mudança de significado que ocorre

⁴³O termo folclore nasce da fusão de duas palavras folk (povo) e lore (saber), “ele apareceu pela primeira vez em uma carta que um inglês, William John Thoms, escreveu para a revista *The Atheneum*, de Londres, em agosto de 1856.” (Brandão, 1982, p.26).

no momento em que se altera o contexto em que os eventos culturais são produzidos (Arantes, 1981, p.22).

Tais discussões a respeito dos termos mais adequados a serem usados encontram ressalva na Carta do Folclore Brasileiro constante nos Anais VIII Congresso Brasileiro de Folclore realizado em Salvador, em 1995, em seu Capítulo 1: “Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO”. Portanto, ao utilizar-se as diversas formas de se nomear as expressões humanas, é importante entender como cada termo foi definido historicamente e as discussões que os envolvem.

Quando se trata de manter viva a diversidade da expressão humana, Leite (2005), ao tratar do artesanato tradicional e sua vulnerabilidade frente ao dilema “entre preservar e consumir”, apresenta problemáticas que se relacionam não só com o artesanato, mas com todo o universo das ECT. Ele apresenta duas perspectivas que chamou de *tradicionalista* e *mercadológica*, sendo a primeira “[...] a que entende ser o artesanato uma arte de fazer tradicional que deve ser preservada mediante a manutenção dos lastros sociais⁴⁴ nos quais são produzidos [...]” e a segunda “[...] a que defende certas inovações estéticas na produção artesanal como meio de inseri-lo no mercado e assegurar sua reproduzibilidade, ainda que em um estado alterado da tradição.” (Leite, 2005, p.28). O autor resume o dilema entre as duas perspectivas:

Se mantiverem rigidamente os lastros culturais mais tradicionais de sua “arte de fazer”, os artesãos asseguram os nexos simbólicos constitutivos do seu ofício, mas arriscam-se a se desconectar do mercado, inviabilizando a necessária inserção econômica do artesanato. Se para sobreviver economicamente do seu produto artesanal necessitam adaptar esse produto ao mercado, flexibilizando conceitos e valores, correm o risco de perder os sentidos mais tradicionais que fazem de sua arte uma expressão cultural de vida (Leite, 2005, p.30).

Na busca de uma resposta a este dilema, o autor sugere que se possa entender o artesanato não como um mero produto, mas como um processo presente no modo de produção e que reflete o modo de vida de quem produz. Portanto, o artesanato não é apenas o produto resultante, mas todo o conjunto de práticas e modos de vida onde o produto é uma parte. Da mesma forma como Leite (2005) descreveu esta questão em relação ao artesanato,

⁴⁴ Para o autor, lastros sociais se relacionam a *modos de vida* entendidos como: “Por *modos de vida* entendo aqui o conjunto de práticas sociais compartilhadas que orienta condutas cotidianas, através das quais as pessoas se organizam para garantir sua sobrevivência física e social, e que demarca ideias de *pertencimento* a uma dada comunidade.” (Leite, 2005, p.28).

poder-se-ia entendê-la em relação às demais formas tradicionais de expressão onde o resultado da expressão, material ou não, não é desvinculado do contexto e do modo de vida daqueles que as produzem. Assim, a expressão não é uma mercadoria em si, mas o resultado de um processo simbólico e vivo.

A transformação das ECT em mercadoria obedece a lógica que visa enquadrar um bem, naturalmente não escasso, como um bem escasso, passível de proteção pela PI (Carboni, Coelho, 2013). O atual sistema de proteção da PI encontra dificuldade em estabelecer formas adequadas de proteção às ECT, que respeitem seus limites e garantam sua preservação em sua integridade. Porém, como foi apresentado, existem exemplos de sucesso no uso de direitos de PI, e as discussões, visando a elaboração de formas mais adequadas, permanecem.

Para que esses debates ganhem representatividade, e que a sociedade possa participar ativamente, é necessário que ela esteja informada e tenha produzido reflexões críticas sobre as questões que envolvem a salvaguarda, a preservação e a proteção das ECT. Tais reflexões só poderão ser produzidas se as ECT estiverem vivas e significativas no contexto das comunidades. Portanto, as ações de preservar e proteger caminham juntas. Ambas são estreitamente ligadas e fazem parte, em última instância, da garantia da diversidade cultural da humanidade através da sobrevivência das ECT nas localidades.

Diante do exposto, ao abordar o conceito de ECT e as questões relacionadas à sua salvaguarda e à sua proteção, buscou-se construir um panorama a partir do qual se possa ter embasamento para adentrar uma realidade específica, qual seja, o Vale do Paraíba Fluminense. A etapa de pesquisa-ação desenvolvida no âmbito deste trabalho e que será tratada nos capítulos que se seguem, teve, em um primeiro momento, o propósito de conhecer a realidade local e identificar quais elementos podem ser considerados constitutivos dessa identidade local. E no segundo momento verificar o grau de reconhecimento e estruturação destes, tendo em vista uma possível proteção pela PI.

2 A PESQUISA-AÇÃO NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE E A IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DA EXPRESSÃO CULTURAL DE TRADIÇÃO LOCAL ATRAVÉS DAS RODAS DO SABER

Neste capítulo, é apresentada a metodologia das Rodas do Saber, e as origens da dinâmica adotada nos encontros em Roda de conversa. São detalhadas as etapas da pesquisa-ação realizada em Rio das Flores, abrangendo os encontros ocorridos entre abril e outubro de 2023. A descrição desses encontros é embasada na abordagem de Descrição Densa de Geertz (1989). A partir dessa perspectiva, foram identificados elementos que podem ser considerados geradores de diversas formas de expressão da cultura tradicional local. A descrição dos encontros nas Rodas procura salientar a relação dos participantes com tais elementos, evidenciada por meio de relatos de memórias afetivas e reflexões críticas.

2.1 A ORIGEM DO RODAS DO SABER

O movimento Rodas do Saber, iniciado em 2013, foi uma mobilização de moradores do Vale do Paraíba Fluminense com o propósito de trocar conhecimento e experiências sobre as tradições locais. O movimento teve como foco o estudo, a prospecção, a valorização e o resgate das tradições locais a partir da proposta apresentada, em 2012, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que visava a construção, de forma participativa, de um plano de desenvolvimento local sustentável. Para a construção do dito plano foi promovida uma série de encontros onde foram reunidos diversos segmentos locais divididos em cinco eixos de trabalho a saber: identidade, turismo e gastronomia, café, outras cadeias produtivas e comunicação e marketing. Tais eixos trabalharam suas temáticas de forma a apresentar propostas de ação. Foi dentro do eixo identidade, considerado um eixo guarda-chuva, por tratar de uma temática que permeava os demais, que aconteceram os encontros que deram origem ao movimento Rodas do Saber.

Como resultado da série de reuniões do MAPA foi construído o Plano de Ações Integradas em Prol do Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Café Fluminense

(PLANVALE)⁴⁵. Em 2014, este foi apresentado no Evento Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas⁴⁶. Tal apresentação contou com o Projeto Rodas do Saber como uma das ações do eixo identidade, do qual essa pesquisadora foi eleita coordenadora.

É importante frisar que a Região do Vale do Paraíba Fluminense estava, há alguns anos, estruturando sua vocação para o turismo histórico alicerçado nas fazendas do ciclo do café⁴⁷ e que em 2005 havia sido constituída a Região Turística do Vale do Café abrangendo quinze municípios⁴⁸ da região. Por este motivo vê-se a nomenclatura Vale do Café sendo utilizada associada a produtos e serviços da região, inclusive com variações como foi o caso do PLANVALE onde consta Vale do Café Fluminense.

O movimento Rodas do Saber realizou durante seis anos, de abril de 2013 a abril de 2019, encontros mensais orientados por temas sugeridos pelos participantes, contando com rodas de conversa, oficinas de saber-fazer e pesquisa de campo, chamadas de “Expedições do Tropeiro”. O registro destas Rodas do Saber encontra-se no apêndice A.

2.1.1 Teoria e prática que alicerçam o movimento Rodas do Saber

Os encontros do Rodas do Saber contaram com a participação voluntária de profissionais ligados à instituições como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), representantes das Secretarias Municipais do ambiente, agricultura e desenvolvimento rural, empresários do setor de turismo, membros da Academia de Letras de Vassouras, do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, representantes do Museu Casa da Hera, representantes das

⁴⁵ O PLANVALE disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/10/4.-MAPA-Celso.pdf> acesso em:12 mar. 2024.

⁴⁶ O evento internacional de indicações geográficas e marcas coletivas “[...] teve como objetivo promover e divulgar os conceitos e experiências das Indicações Geográficas e Marcas Coletivas brasileiras e internacionais, além de gerar negócios diretos e indiretos para os diversos elos das cadeias de valor envolvidas. Foram parceiros do Sebrae na realização do evento: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Institut National de la Propriete Industrielle (França), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa)”. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/evento-internacional-de-indicacoes-geograficas-e-marcas-coletivas/> acesso em:12 mar. 2024.

⁴⁷ No período de 1998 a 2003, a TurisRio coordenou, com o apoio de outros parceiros, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT no âmbito do Estado do Rio de Janeiro [...] A partir de 2004, o Ministério do Turismo promoveu a implantação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, passando a destacar o conceito da regionalização em relação à organização e planejamento da atividade turística. Em 2005, o Ministério do Turismo disseminou processo de revisão da regionalização turística em todo o país. Deste modo, um novo mapa foi desenhado para o estado, tendo sido o mesmo referendado pelo Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo. disponível em: <https://www.turisrio.rj.gov.br/projetos.asp> Acesso em: 12 mar. 2024.

⁴⁸ Municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

manifestações culturais de tradição, educadores, representantes dos artesãos da região, produtores rurais, assim como a presença da população em geral. A identidade local, temática central do eixo identidade, foi tratada de forma ampliada através de múltiplos pontos de vista através do compartilhamento de conhecimentos.

O Vale do Paraíba Fluminense foi, no século XIX, o maior centro de produção de café do mundo o que imprimiu grandes mudanças na região.

Desde fins do século XVIII, o Vale do Paraíba fluminense foi se transformando de uma região com grandes quantidades de matas virgens ou parcialmente povoadas, território de tribos indígenas diversas, em imensos e modernos cafezais; passando de lugar pouco explorado a centro econômico do Império (Muaze, 2011, p. 297).

Após o declínio do café no final do séc. XIX restaram na região os registros deste tempo sob forma de bens edificados, casarões, igrejas, monumentos que permanecem como testemunhos daquele momento da história. Contudo, destaca-se que a vida se deu dentro e fora das paredes destas edificações. Os protagonistas desta história deixaram descendentes e tradições passadas de geração em geração que permanecem na região. Diferente dos bens materiais, a relação entre as pessoas e destas com o território gera bens imateriais constituídos a partir das necessidades de sobrevivência e organização das pessoas em uma dada região.

Portanto, o espaço não é artificial aos agentes históricos ou se apresenta, simplesmente, como um elemento natural, físico. Ele é um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território. Seus sentidos são construídos e revelam muito sobre as formas de sentir e pensar das sociedades que os designam, descrevem e organizam (Muaze, 2011, p. 297).

Muaze (2011) salienta ainda que a identidade da região como maior produtora de café do Brasil do séc. XIX foi construída paulatinamente:

A associação da região do Vale à produção e exportação do café foi realizada paulatinamente, à medida que o fruto da rubiácea se alastrou pelas terras banhadas pelo Paraíba dando uma identidade comum às diferentes localidades. Essa colocação simples é importante para que consideremos a

cultura e exportação do café uma fase da história econômica e social da região, talvez a mais importante, mas não a única. Nas primeiras décadas do Oitocentos, o café ainda disputava espaço com algumas culturas de subsistência e com a cana-de-açúcar, principal gênero das exportações brasileiras até, pelo menos, a década de 1830 (Muaze, 2011, p.297).

A trajetória histórica da região, desde sua preservação com matas intocadas como forma de criar uma barreira ao contrabando do ouro até a derrubada das mesmas para a ocupação com o café, deixou na região formas de ser características constituindo uma identidade única. Assim, o objetivo do Eixo Identidade foi compreender quais elementos constituíam tal identidade.

A identidade, por sua imaterialidade, é um tema complexo e de difícil delimitação. Ao subdividi-lo em temas, possibilita-se tratar de forma mais concreta os múltiplos elementos que compõem o que se pode nomear como identidade local. Portanto, nas reuniões iniciais do Eixo Identidade, foram elencados temas historicamente constituídos a partir do conhecimento técnico dos profissionais das diversas áreas, da vivência destes no território como moradores e nativos da região, além de revisão bibliográfica. Foram tratados temas como: 1. Tropeirismo e os caminhos antigos. 2. A presença indígena na região. 3. Os negros escravizados. 4. A produção de café. 5. As fazendas históricas, além de elementos ligados à cultura local, como celebrações, manifestações culturais tradicionais, saberes e fazeres e comidas típicas. Nos encontros do Rodas do saber, abertos à população, os temas geradores foram trabalhados segundo a pedagogia de Paulo Freire:

A investigação temática, que se dá no domínio do humano e não no das coisas, não pode reduzir-se a um ato mecânico. Sendo processo de busca, de conhecimento, por isto tudo, de criação, exige de seus sujeitos que vão descobrindo, no encantamento dos temas significativos, a interpretação dos problemas (Freire, 2005, p.116).

O envolvimento com os temas geradores suscitava nos participantes a consciência de sua inserção na história vivida. Para tanto, foi utilizada a dinâmica de Rodas de Conversa em que relatos orais compartilhados e reflexões possibilitam a decodificação do sentido denso de identidade e revelam, a partir da percepção de vivências comuns, o sentido de pertencimento ao território. Tinha-se como objetivo o resgate de saberes locais, não tipificados e não incluídos na história hegemônica; contava-se com métodos embasados na

história oral, nas dinâmicas locais e mesmo nas abordagens da micro história. Entendendo que, segundo Etienne François (1998), a História Oral é inovadora:

[...] primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos ‘dominados’, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), a história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma ‘história vista de baixo’ (...), atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas ‘objetivas’ e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente ‘micro histórica’ (François, 1988, p.4).

Muitas tradições passam de geração a geração perdendo seu sentido original, mas ao serem compartilhadas, provocavam reflexões que desnaturalizavam e desnudavam o contexto em que se originaram. “Como todas as atividades humanas, a memória é *social* e pode ser *compartilhada* (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história ‘social’) [...] Ela só se torna memória *coletiva* quando é abstraída e separada da individual [...]” (Portelli, 1998, p. 127).

Assim, os encontros foram alicerçados na dinâmica da pesquisa participante onde a grande temática da investigação, a identidade, encontra ressonância na concretude dos elementos ligados às tradições e ao dia a dia.

O ponto de origem da *pesquisa participante* deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Mesmo que a ação de pesquisa e as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma *vida social*, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma *vida social* (Brandão, 2007, p.54).

Os relatos compartilhados da história vivida e o estudo dos registros históricos proporcionam aos participantes uma visão ampliada do território. Assim como descreve Holliday:

Dessa visão surge uma compreensão articulada entre prática e teoria: em cada processo social encontram-se “conectados” de forma particular todos os fios de relação com a prática social e histórica. Mas estas relações não

são visíveis à percepção imediata é preciso encontrá-las e localizar cada prática numa visão de totalidade. É a teoria que nos permite realizar essa interpretação. Porém a finalidade deste empenho não termina na conclusão teórica. É necessário voltar novamente à prática, agora sim com uma compreensão integral e mais profunda dos processos e suas contradições, a fim de dar sentido consciente à prática e orientá-la numa perspectiva transformadora (Holliday, 2006 p.49).

Os encontros nas Rodas do Saber proporcionaram aos participantes uma visão ampliada da história vivida no território e sua relação com os contextos individuais e coletivos. Possibilitou a compreensão de forma contextualizada dos registros bibliográficos dando sentido ao patrimônio material presente na região, fortalecendo o pertencimento e a identidade local. Tal experiência orientou a etapa de pesquisa-ação deste trabalho.

2.2 PESQUISA-AÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO DAS FLORES

A partir da experiência relatada e das bases teóricas utilizadas, a etapa de pesquisa-ação deste trabalho teve como objetivo um retorno ao Vale do Paraíba Fluminense, desta vez no município de Rio das Flores, para buscar compreender se o conjunto de elementos da identidade local prospectados nos encontros do Rodas do Saber, no período de 2013 à 2019, estava presente naquele município, como era inserido no currículo escolar e como poderia ser introduzido, junto às escolas, o estudo da PI relacionado ao universo das tradições locais.

Rio das Flores⁴⁹ está situado no limite do Estado do Rio de Janeiro com o Estado de Minas Gerais e é um dos quinze municípios pertencentes à Região Turística Vale do Café. Durante o ciclo do café, no início do séc. XIX, foi importante núcleo de produção, conforme descreve Alberto Lamego em seu livro “O homem e a Serra” (1963):

Nas elevadas altitudes desta zona salientada pela serra das Abóboras, vai o café encontrar um *optimum* para a proliferação. Grandes fazendas abatem a floresta, e, a rubiácea, com a pujança que lhe permite o clima e o solo virgem, desenvolve-se numa expansão extraordinária. Imensas fortunas são extraídas das encostas dessas serranias, indo multiplicar a prosperidade do velho município de Valença e fulgurar em coroas e brasões de titulares entre os mais ilustres da aristocracia agrária imperial. São ali entre outras, as propriedades dos barões de RIO DAS FLORES, de SANTA JUSTA, de

⁴⁹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-flores/historico> acesso em:24 maio 2024.

SANTA CLARA, MONTE VERDE, do conde de BAEPENDI. Até ali se espalham os vastos domínios do barão de IPIABAS, senhor de terras em várias freguesias valencianas, não longe de Pôrto das Flores fica o afamado solar do Paraíso do visconde do RIO PRÊTO (Lamego, 1963, p.174).

A pujança atraiu uma população vinda de Minas Gerais em busca de oportunidades após o fim do ciclo do ouro (Andrade, 1989). Porém, com o declínio da produção cafeeira, a partir do final do séc. XIX, o município teve sua população muito reduzida em consequência das transformações ocorridas no campo. Segundo Lamego (1963):

Ao mesmo tempo, não obstante a sua extraordinária fertilidade, o esgotamento das velhas terras já tão exploradas desde o Império seria fatal. E, em 20 anos apenas, iremos registar um dos mais notáveis exemplos do despovoamento de uma zona serrana pela transformação das atividades agrícolas (Lamego, 1963, p.175).

Atualmente, Rio das Flores possui uma população de 8.954 habitantes⁵⁰, pouco maior do que em 1940, conforme aponta Lamego (1963).

Viu reduzida à metade a sua população em 1940, quando apenas totaliza 7 832 almas para o município inteiro e apresenta a insignificante parcela de 1 119 habitantes para os núcleos urbanos, não contando a sede municipal mais de 557. Santa Teresa é hoje o município de menor população no Estado do Rio, e os motivos responsáveis por esse extraordinário declínio demográfico deveriam ser para o governo objeto de cuidada vigilância, não só para corrigir as falhas de um regime agrário que conduz ao despovoamento, mas também, e sobretudo, para que, as mesmas causas não venham atingir igualmente outros municípios fluminenses, onde outrora se verificava um elevado número de habitantes, alimentados pela economia agrícola dos cafezais. De acordo com a nova nomenclatura vigorante a partir de 10 de janeiro de 1944, Santa Teresa passou a denominar-se Rio das Flores (Lamego, 1963 p.174).

O reduzido crescimento populacional é o reflexo da pouca industrialização do município, sendo vocacionado ao turismo cultural e ecológico. Desta forma, Rio das Flores, foi identificado como um município que apresentava as características desejadas para esta etapa da pesquisa.

⁵⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-flores/panorama> Acesso em: 24 maio 2024

O contato com o município foi feito junto à Secretaria Municipal de Educação (SME), viabilizado através do Programa “PI nas Escolas” do INPI⁵¹. Esta aproximação buscava ampliar o conhecimento sobre a PI e sua interação com o currículo escolar. Os primeiros encontros dos representantes do INPI⁵² com a secretaria de educação buscaram apresentar o universo da PI dando atenção aos ativos que guardam uma especial relação com o território e as ECT. Feita esta introdução à PI, foi apresentado o objetivo da pesquisa e a possibilidade de ser desenvolvida naquele município. A equipe da secretaria de educação demonstrou interesse e foi firmada uma parceria para o início da pesquisa-ação.

2.2.1 Planejamento participativo das etapas da pesquisa-ação

O planejamento da pesquisa-ação foi construído de forma participativa em encontros que contaram com a presença da secretaria municipal de educação de Rio das Flores, da assessora pedagógica, da assessora pedagógica responsável pelo Projeto de Alfabetização e Cidadania (PAC) e das coordenadoras responsáveis pela educação infantil, ensino fundamental I e II. Participaram ainda o representante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e dois profissionais do setor educativo do Museu Histórico do Vale (MUVA). A citada construção visou o protagonismo local e a viabilidade da pesquisa dentro do universo da rede municipal de ensino.

Ficou acordado que a pesquisa seria desenvolvida com professores do ensino fundamental I das disciplinas integradas de história, geografia e ciências, jovens do Projovem e idosos do PAC. A escolha dos professores do segmento do fundamental I (1º ao 5º ano) foi motivada pelo fato de, em sua maioria, serem moradores e nativos do município. O foco da pesquisa junto ao grupo de professores foi compreender a relação destes com o conjunto de elementos ligados à identidade local, a partir de suas vivências pessoais no território, buscando perceber se esses estavam presentes na rotina de sala de aula e ainda se estes

⁵¹ O Programa PI nas Escolas é organizado pelo INPI com o apoio de ampla rede de voluntários na condição de mentores, apoiadores e parceiros institucionais e representa os esforços assertivos do INPI direcionados a levar a propriedade intelectual ao público infanto-juvenil.

Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/a-academia/projetos/programa-pi-nas-escolas>. Acesso em: 17 out 2023.

⁵²Os encontros aconteceram de forma presencial em 24 de maio de 2022 com os representantes do INPI, representantes da secretaria de educação de Rio das Flores. Em 17 de agosto de 2022, de forma virtual, foi feito um encontro de sensibilização que contou com a presença da equipe da secretaria de educação e representantes do INPI, direcionado aos professores da rede municipal de ensino com palestra proferida sobre Introdução a PI.

conheciam os conceitos da PI. A inclusão dos grupos, tanto do Projovem como dos idosos do PAC, teve o intuito de construir um universo representativo de diferentes gerações

A pesquisa contou ainda com a parceria do MUVA, situado no centro de Rio das Flores, cujos representantes do setor educativo participaram das reuniões de planejamento contribuindo com a percepção sobre a relação do acervo com a identidade local. O MUVA⁵³ é um museu social cujo acervo é composto, em sua maioria, por peças relacionadas aos ofícios e ao cotidiano da população local, grande parte foi doada por moradores, sendo, portanto, carregadas de histórias e de valor afetivo (Novaes, 2021). Durante as reuniões, a equipe do museu sugeriu incluir nos encontros do Rodas uma visita ao acervo do Museu, prontificando-se em montar uma exposição com as peças que se relacionassem com o tema a ser tratado. Tais visitas poderiam enriquecer os encontros e auxiliar na sensibilização dos grupos, além de proporcionar uma aproximação dos sujeitos da pesquisa com o Museu, importante instrumento de salvaguarda da memória local.

A etapa seguinte de planejamento foi estruturar a forma como se daria a dinâmica da pesquisa, levando em consideração a rotina escolar e a disponibilidade dos professores e alunos. Tal atenção seria fundamental para viabilizar a execução das Rodas do Saber dentro do horário das atividades escolares, o que garantiria a presença dos envolvidos. Segundo a equipe da SME, os professores poderiam ser liberados para participar das Rodas na parte da tarde, assim como os jovens do Projovem. Porém, para os idosos, as Rodas teriam que ser à noite, no horário das aulas. Havia sido cogitada, a possibilidade dos encontros, em Rodas do Saber, serem intergeracionais, unindo os três grupos, contudo, tal proposta mostrou-se inviável. Por fim, chegou-se à periodicidade de uma Roda por bimestre, perfazendo quatro Rodas, sendo cada grupo pesquisado separadamente.

2.2.2 Definição dos temas das Rodas do Saber

⁵³ Criado em 1966, o então Museu de Rio das Flores, foi idealizado pelo Pe. Sebastião da Silva Pereira com o objetivo preservar e disseminar a história da região do Vale do Rio Preto (entre RJ e MG). Pe. Sebastião foi um homem visionário para época com grande sensibilidade para a preservação da história e da memória da região. O Museu funcionou inicialmente na sacristia da Igreja Matriz de Santa Tereza D'Ávila e na Casa Paroquial até o ano de 1972. Em 1974 foi construída a sua sede própria anexada a Igreja Matriz. Devido às questões burocráticas e administrativas, o Museu de História Regional e Arte Sacra Pe. Sebastião da Silva Pereira teve suas atividades suspensas ficando fechado ao público em função de uma reestruturação geral pela qual está passando desde março de 2020, que inclui a revisão do seu Estatuto e a elaboração do Plano Museológico, a fim de tornar suas atividades mais modernas e atraentes para o público. Em 03 de outubro de 2022 ocorreu a eleição da atual diretoria. No mesmo ano, o Museu recebeu a denominação de “MUVA - Museu Histórico do Vale” (Novaes, 2021).

Utilizando como base o conjunto de elementos da identidade local prospectados nas Rodas do Saber, que aconteceram anteriormente, pôde-se estabelecer temas para cada uma das quatro Rodas. A escolha dos temas foi de suma importância para que os encontros fossem significativos e tivessem um propósito claro. Para tanto, buscou-se uma convergência com o ciclo de temáticas já estruturadas dentro do currículo escolar auxiliando na sensibilização, uma vez que já estavam sendo tratadas em sala de aula e em alguns momentos, fora das escolas, como o caso das datas comemorativas. As coordenadoras da SME alertaram para a delicadeza de temas que envolvessem crenças religiosas o que poderia ser de difícil aceitação, causando desconforto e distanciamento de alguns participantes da pesquisa. Portanto, os temas geradores das Rodas foram estruturados de forma a abordar a identidade local sem tocar nos pontos ligados à religiosidade.

Os temas das quatro Rodas foram definidos em: Comidas, Ofícios, Festejos e Brincadeiras. Cada Roda ganhou um título convidativo visando o engajamento dos pesquisados. É importante salientar que foi usada, no título das Rodas, a nomenclatura da região turística Vale do Café, pois havia a percepção, até o início da pesquisa, de ser a mais usual em função da forte divulgação que se fazia desta. Porém, o fato de se estar no ambiente escolar mostrou que tal nomenclatura não é a mais adequada, sendo restrita ao setor turístico. Contudo, manter-se-á, neste relato, a forma original como a pesquisa se deu, sendo utilizada a forma adequada, Vale do Paraíba Fluminense, no produto deste trabalho destinado às escolas.

Assim, obedecendo o calendário escolar, foram estabelecidos os temas, dia e mês de execução de cada Roda, sendo que o dia das duas últimas Rodas não puderam ser definidos deixando-se para um momento posterior, conforme o Quadro 1, disposto na sequência.

Quadro 1 — Planejamento inicial de execução dos encontros das Rodas do Saber (continua)

RODAS DE PROSPECÇÃO – RODAS DO SABER: A IDENTIFICAÇÃO DOS SABERES LOCAIS DE RIO DAS FLORES E DO VALE DO CAFÉ		
Cronograma de execução		
1ª Rodas do Saber		
Tema: Comidas	Idosos PAC	Jovens Projovem
Título: “Não basta comer, tem que se alimentar: as comidas típicas do Vale do Café”		
Professores e funcionários	Idosos PAC	Jovens Projovem
04 de abril (tarde)	04 de abril (noite)	14 de abril (manhã e tarde)
Local: MUVA	Local: E. M. Santa Tereza	Local: MUVA
2ª Rodas do Saber		

<p>Tema: Ofícios Título: “O saber-fazer, ofícios do Vale do Café: o conhecimento que construiu o Vale do Café”</p>		
Professores e funcionários	Idosos PAC	Jovens Projovem
05 de junho (tarde) Local: MUVA	05 de junho (noite) Local: E. M. Santa Tereza	02 de junho (manhã e tarde) Local: MUVA
<p>3ª Rodas do Saber Tema: Festejos Título: “Folclore, Festejos e Tradições: Patrimônio Imaterial, alegrias compartilhadas no Vale do Café”</p>		
Professores e funcionários	Idosos PAC	Jovens Projovem
(data a definir) de agosto (tarde) Local: MUVA	(data a definir) de agosto (noite) Local: E. M. Santa Tereza	(data a definir) de agosto (manhã e tarde) Local: MUVA
<p>4ª Rodas do Saber Tema: Brincadeiras Título: “Brinquedos, brincadeiras de rua e brincadeiras de quintal: o lúdico no Vale do Café”</p>		
Professores e funcionários	Idosos PAC	Jovens Projovem
(data a definir) de outubro (tarde) Local: MUVA	(data a definir) de outubro (noite) Local: E. M. Santa Tereza	(data a definir) de outubro (manhã e tarde) Local: MUVA

Fonte: Elaboração própria

Para auxiliar na organização dos encontros e servir de apoio no território, foi montado um grupo de colaboradores. Este grupo se manteve em contato através do aplicativo Whatsapp para troca de informação e planejamento das Rodas.

Para a coleta de dados, foram estruturados questionários baseados nos elementos da identidade local. Tais questionários foram prospectados nas Rodas do Saber realizadas anteriormente, bem como em materiais advindos da revisão bibliográfica (Apêndices 2 a 4). Estes foram encaminhados para os colaboradores do grupo de apoio para serem aplicados antes de cada Roda. Os questionários tiveram por objetivo perceber a familiaridade dos participantes com os elementos relacionados ao tema de cada Roda. Utilizou-se uma linguagem de fácil compreensão, tendo em vista os diferentes graus de escolaridade dos grupos. Os quatro temas: comidas, ofícios, festejos e brincadeiras buscaram dar conta do universo do cotidiano dos participantes. Cada tema não se fechou em si, mas foi uma porta de entrada, relacionando-se com os demais. Tal metodologia, baseada em Paulo Freire (2005), permite abordar a complexidade de um tema principal a partir da fragmentação deste em elementos mais simples, que se unem novamente construindo uma visão ampliada.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DAS RODAS DO SABER NO PERÍODO DE ABRIL A OUTUBRO DE 2023

Para os registros dos encontros das Rodas do Saber, utilizou-se a abordagem de descrição densa, conforme tratada por Geertz (1989), visando analisar e interpretar a relação dos participantes com os temas tratados. Para o autor (Geertz, 1989), a descrição densa vai além da simples descrição de ações ou eventos, buscando compreender as camadas de significado que essas guardam com uma cultura específica. O autor usava a descrição densa para propor uma interpretação mais rica e detalhada das práticas culturais, onde os pesquisadores não apenas observam o que as pessoas fazem, mas também procuram entender *como* elas fazem e *por que* fazem de determinada forma, sempre levando em consideração o contexto histórico, social e simbólico (Geertz, 1989).

Ao se lidar com elementos da identidade local, é de suma importância analisar como os participantes se relacionam com eles e o quanto significativos são na constituição da cultura local. Segundo Geertz (1989):

Procurar o comum em locais onde existem formas não-usuais ressalta não, como se alega tantas vezes, a arbitrariedade do comportamento humano [...], mas o grau no qual o seu significado varia de acordo com o padrão de vida através do qual é informado. Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. [...] Isso os torna acessíveis; colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade (Geertz, 1989, p. 24).

Assim, observar-se-á a forma como os participantes relatam suas particularidades e como estas se entrelaçam no relato coletivo construindo algo que se possa identificar como comum a todos.

Ao longo da execução da pesquisa-ação foram necessárias alterações no calendário e nos grupos previstos. Porém, tais alterações não comprometeram o andamento da pesquisa.

2.3.1 1^a Rodas do Saber, tema: comidas. Título: “Não basta comer, tem que se alimentar: as plantas e comidas que nutriram o Vale do Café”

O propósito do tema “comidas” foi investigar o conhecimento e a relação dos pesquisados com o universo dos alimentos, desde o plantio, preparo, utensílios, hábitos, origens, memórias afetivas. Entender se as tradições relacionadas às comidas têm sido preservadas, além de verificar se essas estão inseridas, pelos professores, no planejamento de aula e, se sim, de que forma. Observou-se ainda se os entrevistados tinham conhecimentos dos diferentes ativos de PI relacionados ao tema.

2.3.1.1 1^a Rodas do Saber com Professores da Rede Municipal

A data originalmente prevista para o encontro foi modificada em razão da disponibilidade dos professores, o que resultou na realização do evento no dia 3 de abril de 2023, na área de guarda do acervo do MUVA, situado no prédio anexo à Igreja Matriz, no centro de Rio das Flores. O encontro contou com a presença de dez professores das disciplinas Integradas de História, Geografia e Ciências do Ensino Fundamental I, que atuavam em cinco escolas distribuídas pelos quatro distritos do município, a saber: Rio das Flores (sede), Manuel Duarte (2º distrito), Taboas (3º distrito) e Abaracamento (4º distrito). Essa distribuição geográfica garantiu uma representatividade significativa das diversas áreas do território municipal. Além dos professores, o encontro teve a participação de colaboradores da Secretaria de Educação, do Projovem e do PAC, ampliando a diversidade dos envolvidos no evento. Para fomentar a participação, a Secretaria de Educação elaborou um convite que circulou entre os professores, possibilitando a inclusão de outros interessados, como ilustrado na Figura 1, onde vê-se o momento de acolhida dos participantes pelos educadores do MUVA.

Figura 1 — Convite e acolhida do grupo de professores no MUVA para a 1^a Roda



Fonte: Elaboração própria (2023)

Ao chegarem, foi imediatamente perceptível o forte vínculo do grupo com o acervo exposto, um vínculo que parece derivar da familiaridade com os objetos, que, por serem do cotidiano e originários de doações feitas por moradores locais, ressoam com experiências compartilhadas pela comunidade. Na sequência, foi apresentada a proposta da pesquisa, destacando sua conexão com a região, o INPI e o Programa PI nas Escolas. Durante o primeiro momento de sensibilização, a assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SME) abordou a integração da pesquisa-ação das Rodas com as disciplinas do currículo escolar e como essa proposta poderia enriquecer o projeto cultural em desenvolvimento na Rede Municipal de Educação, cujo foco estava voltado aos artistas locais e suas narrativas.

O educador do museu, então, deu início à visita guiada pela exposição montada especialmente para a Roda, que incluía objetos como um fogão a lenha de ferro, uma estante com itens do cotidiano, como moringa, gamela, peneira e abano, e, ao lado, um pilão, uma pedra de moinho, uma roda de carro de boi, uma engenhoca para ralar mandioca, uma esteira de taboa, entre outros artefatos (Figura 2). Apesar de seu porte modesto, a exposição revelou-se profundamente significativa, oferecendo uma base valiosa para a reflexão sobre o tema proposto. A roda de carro de boi, por exemplo, evocou memórias de um tempo em que esse objeto era utilizado para o transporte de leite, sendo sua estrutura fechada por esteiras de taquara, utilizadas também nas coberturas de casas simples. A esteira de taboa, por sua vez, remeteu ao costume das mulheres antigas, que ali se sentavam para debulhar milho e catar feijão, além de ser utilizada como cama nas residências mais humildes.

Figura 2 — Exposição do acervo do MUVA para a 1ª Roda



Fonte: Elaboração própria (2023)

O contato com as peças selecionadas evocou nos participantes memórias afetivas, desencadeando relatos sobre suas histórias pessoais. Esses relatos individuais, por sua vez, encontraram eco nos demais, gerando um sentimento de identificação coletiva. Um exemplo claro dessa ressonância foi o caso da pedra de moinho, que remeteu ao moinho de pedra localizado na estrada que liga o centro do município ao distrito de Manuel Duarte, onde, no passado, cada morador podia levar o milho que plantava para ser moído. As lembranças compartilhadas se referiam, predominantemente, ao período de infâncias e juventudes dos professores, uma realidade que estava mais diretamente ligada à vivência de seus pais⁵⁴.

Similarmente, a talha de barro, ainda presente em residências que utilizam água de mina, e as moringas, familiares a todos, também foram mencionadas como elementos de uma cultura comum. É relevante notar que os relatos dos professores não se referiam ao conhecimento formal adquirido nos estudos acadêmicos, mas sim ao universo pessoal e vivencial de cada um. Nesse sentido, percebe-se que os professores se posicionaram mais como membros de uma comunidade local do que como profissionais da educação, compartilhando conhecimentos tácitos, provenientes da experiência direta, em detrimento dos conhecimentos estruturados e sistematizados encontrados nos livros. Quando questionados sobre o uso deste conhecimento em sala de aula, os professores, demonstraram não encontrar uma relação destes com suas áreas de atuação, não os inserindo em suas práticas.

Objetos como o pilão foram associados a tradições transmitidas de geração em geração, como o preparo da paçoca durante a Semana Santa. Essa tradição, que foi compartilhada nas rodas de conversa realizadas no município de Vassouras, revelou uma

⁵⁴ Uma das professoras relatou ter convivido, quando criança, com o moinho na própria casa, mas que este se perdeu.

peculiaridade em Rio das Flores: a utilização de fubá torrado, em substituição à farinha de mandioca. A troca de saberes sobre essa prática abordou aspectos da rotina local, revelando conhecimentos sobre o plantio do milho, as formas de moagem no moinho de pedra e os diferentes usos das várias gramaturas de milho, tanto na culinária quanto na alimentação animal. Foi mencionada ainda a peneira de taquara, utilizada para peneirar o fubá e, também, para abanar o arroz e o café. O valioso compartilhamento de saberes demonstrou que, embora, inicialmente, os participantes tenham associado os objetos a um passado distante, estes ainda se encontravam inseridos de alguma forma no cotidiano e foram capazes de despertar memórias significativas⁵⁵.

Após a visita ao espaço do acervo do MUVA, o grupo se deslocou para o salão do Centro Cultural, um ambiente cedido pela prefeitura, destinado às futuras instalações do museu. Nesta segunda parte do encontro, foi realizada uma roda de conversa focada nas comidas tradicionais e na rotina alimentar local. Durante os relatos, emergiu uma clara distinção entre os professores nativos da região e um único professor, originário da área urbana do Município de Paraíba do Sul, também situado no Vale do Paraíba Fluminense. Tal professor não se identificava com os relatos ligados à vivência rural e demonstrava desconhecimento sobre muitas das tradições mencionadas. Um exemplo significativo foi sua reação de repulsa ao descobrir que algumas receitas locais, como a canjica salgada com galinha, utilizavam a mesma quirera de milho destinada à alimentação animal. O contraste ficou evidente quando este professor manifestou uma visão particular sobre a origem dos alimentos, enquanto os professores locais expressavam uma naturalidade e aceitação em relação ao uso desses ingredientes. Os relatos indicaram que, para os professores nativos, os laços com a vida rural eram profundos, existindo, para eles, um sentimento de perda relacionado às gerações mais jovens, que não vivenciam mais as tradições e as práticas desse contexto. Essa diferença de percepção destacou as transformações culturais e a desconexão crescente entre as novas gerações e o modo de vida, que outrora era uma parte fundamental da rotina local.

A roda de conversa foi concluída dentro do horário planejado, respeitando as necessidades dos professores que dependiam do transporte público para retornar. No entanto, os professores que não precisavam utilizar o transporte público optaram por permanecer após

⁵⁵ Como a Roda aconteceu no período da Semana Santa, alguns professores já estavam se preparando para o feitio da paçoca, cuja tradição é ser feita na casa da matriarca da família. A educadora do museu convidou para acompanhar o feitio em sua casa no distrito rural de Abaracamento. Esta visita aconteceu no dia 15 de abril e será relatada posteriormente.

o encerramento, demonstrando um interesse claro em aprofundar e compartilhar seus conhecimentos. Esse comportamento revelou o envolvimento genuíno do grupo com o tema discutido, destacando o compromisso com a troca de saberes e a disposição para expandir as reflexões sobre o assunto abordado.

2.3.1.2 1ª Rodas do Saber com os idosos do PAC

A roda de conversa com os idosos ocorreu no mesmo dia, porém à noite, na Escola Municipal Santa Tereza, onde eles frequentavam suas aulas regulares. A realização da atividade no período noturno impossibilitou a visita ao MUVA, mas os educadores do museu sinalizaram a possibilidade de agendar uma visita noturna em outra oportunidade. Participaram desta etapa da roda a diretora geral da escola, a orientadora pedagógica e a professora da turma, composta por vinte idosos, dos quais apenas onze estavam presentes. No início da roda, foi apresentada a proposta da pesquisa, muito bem recebida pelos idosos, que demonstraram grande interesse em compartilhar suas histórias e saberes. O grupo se revelou altamente participativo, com seus relatos sendo constantemente complementados pelos demais, criando uma atmosfera vibrante e colaborativa. Esse comportamento evidenciou que os conhecimentos compartilhados eram genuínos, profundamente enraizados nas vivências pessoais e coletivas dos participantes, impregnados de significados construídos ao longo de suas trajetórias de vida.

Muitos dos relatos da Roda dos professores foram confirmados nesta e enriquecidos com detalhes adicionais, como o caso do moinho de pedra na estrada para Manoel Duarte, que todos conheciam, inclusive o proprietário, já falecido. Os idosos mostraram que as memórias das tradições vinham de suas infâncias, mas continuavam presentes ao longo de toda a vida. Alimentos derivados do milho, como o angu, e suas diversas formas de preparo, permanecem parte importante da rotina diária. Além disso, demonstraram grande intimidade com a rotina rural, desde o plantio até a colheita, incluindo o uso do fogão a lenha e os cuidados na construção deste, bem como o manuseio da engenhoca para produzir caldo de cana, denominado "garapa".

Também possuíam vasto conhecimento sobre a conservação de alimentos por métodos tradicionais, como a carne de porco conservada na gordura dentro de latas. No relato sobre

esse processo, destacaram a importância dos temperos e da fritura na própria gordura, mencionando que o sabor diferenciado da carne vem do porco recém abatido e que, atualmente, há escassez de carne fresca. As histórias de vida compartilhadas enriqueceram ainda mais os relatos, evidenciando que as tradições são elementos fundamentais na construção da identidade e memória locais. Contudo, os idosos apontaram que as mudanças no modo de vida atual são a principal causa da perda de muitas dessas tradições, destacando o impacto da modernização e do distanciamento da vida rural no desaparecimento de práticas ancestrais.

Foi compartilhada uma enorme riqueza de alimentos como o broto de bambu⁵⁶, a pimenta de macaco⁵⁷, a abóbora d'água⁵⁸ que, enquanto verde, pode ser comida e quando madura se presta para fazer cuias. O palmito de taboa⁵⁹ preparado com frango e o colorau de urucum⁶⁰ que são conhecimentos ancestrais herdados dos povos indígenas.

Na Figura 3 vê-se o grupo que se reuniu para um registro formal juntamente com o convite produzido pela equipe de comunicação da SME.

Figura 3 — Convite e registro da 1ª Roda com os idosos do PAC



Fonte: SILVEIRA, Ludmila Cruz da [fotografia]. Rio das Flores, 2023.

2.3.1.3 1ª Rodas do Saber com os jovens do Projovem

⁵⁶ Disponível em: <https://bambusc.org.br/wp-content/uploads/2009/05/e-book-bambu-broto-comest%C3%ADvel.pdf> Acesso em: 08 jan 2025.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1140063/pimenta-de-macaco-xylopia-aromatica> Acesso em: 08 jan 2025.

⁵⁸ Nome científico: *Lagenaria siceraria* (Kinupp, 2014, p.348)

⁵⁹ Nome científico: *Typha domingensis* Pers (Kinnup, 2014, p.694).

⁶⁰ Nome científico: *Bixa orellana* L. Disponível em: <https://hortodidatico.ufsc.br/urucum/> Acesso em: 11 jan. 2025

A 1^a Roda com os jovens do Projovem aconteceu no dia 14 de abril no espaço de guarda do acervo do MUVA. Participaram onze jovens com idade média de dezessete anos e a equipe administrativa do Projovem. O grupo foi recebido pelos educadores do MUVA com a mesma exposição que havia sido preparada para os professores. Os jovens não sabiam da existência do MUVA e nem conheciam a história de seu fundador, o Padre Sebastião. Não houve, em um primeiro momento, uma identificação e nem familiaridade com o acervo, apenas uma jovem reconheceu peças semelhantes às existentes na casa de sua avó. Eles se colocaram em uma postura de indiferença, mantendo pouco contato visual com os educadores do Museu. Falou-se sobre o objetivo da pesquisa, sobre o INPI e os diferentes ativos de PI, explicando o que são as ECT e sua importância na valorização da identidade local. Os jovens não possuíam conhecimento sobre o universo da PI. Também ficou claro o distanciamento que os jovens sentiam em relação ao Museu descrito como um lugar de “guardar elementos históricos”. Os educadores do Museu buscaram mostrar que as peças que estavam ali, um dia, fizeram parte do cotidiano das famílias locais e que pertencem à história individual, mas também coletiva. Aos poucos, conseguiram relacionar com o universo dos avós, relatando terem aprendido, com estes, algumas tradições das quais demonstravam orgulho⁶¹. O que se observou é que os jovens que tiveram contato com a tradição através dos avós possuíam memórias afetivas, porém não relacionavam estas à identidade local.

O universo dos alimentos relatados nas Rodas dos professores e dos idosos teve pouca ressonância junto aos jovens. Estes também não demonstraram conhecimento e interesse sobre a rotina rural, relacionada, por eles, aos mais velhos e a um modo de vida ultrapassado.

Após o encerramento da Roda, assim como aconteceu com os professores, alguns jovens permaneceram conversando e buscando ampliar a troca. Foi importante perceber a mudança de postura desses quando, ao se criar um espaço de troca, despertaram interesse em conhecer mais sobre as tradições locais, buscando relacionar estas com suas histórias pessoais.

⁶¹ Uma jovem que aprendeu com a avó a fazer pé de moleque fez questão de explicar a receita e o processo de feitura. Outro jovem demonstrou tristeza ao relatar que o avô era trançador de taquara, mas que ele era pequeno quando ele faleceu. Por isso, não pode aprender o ofício do avô, mas que gostaria de aprender se tiver oportunidade.

Figura 4 — Registros da 1^a Roda com os jovens do Projovem



Fonte: SILVA, Carlos Vinícius D. da [fotografia], Rio das Flores, 2023.

2.3.2 2^a Rodas do Saber, tema: ofícios. Título: “O saber-fazer, ofícios do Vale do Café: o conhecimento que construiu o Vale do Café”.

O propósito deste tema foi investigar, junto aos pesquisados, o que conheciam e como se identificavam com os ofícios relacionados com história da região. O reencontro com os objetos do acervo do Museu suscitou um olhar voltado, agora, para os sujeitos que os fizeram, visando colocar em discussão os agentes dos saberes, seus ofícios e como atuaram e atuam no território. Quem são? Por que faziam ou fazem? Os ofícios ainda permanecem? Qual o universo destes, das ferramentas à matéria-prima? O porquê de serem usados certos materiais em um determinado momento histórico e eles serem substituídos.

Em função de compromissos ligados ao final do semestre letivo, os professores não puderam participar desta 2^a Roda, sendo as Rodas realizadas com os jovens e idosos.

2.3.2.1 2^a Rodas do Saber com jovens do Projovem.

A 2^a Roda do Saber foi realizada em junho no espaço de guarda do acervo do MUVA estando presentes onze jovens do Projovem acompanhados pelo educador e pela auxiliar administrativa do programa. O grupo foi recebido pelos educadores do Museu que prepararam uma nova exposição com o recorte temático dos ofícios. Objetos como as esteiras

de taboa e cestos de taquara, a talha e as telhas de barro e a pedra de moinho foram revisitadas através dos ofícios de trançadores, mestres de olaria e operadores de moinho. Os jovens reconheceram os ofícios, relacionando alguns a parentes das gerações mais velhas, porém não se colocaram como possíveis agentes desses ofícios, salvo o caso do jovem, citado anteriormente, que se identificava com o ofício de trançador do avô. Tradicionalmente passados de geração em geração, esses ofícios, diante da descontinuidade deste processo tradicional, não são mais oferecidos como opção para os jovens que, com isso, perdem relação com a realidade destes.

A análise das peças de arte sacra, presentes no contexto das capelas de fazendas de café, oferece uma reflexão sobre os ofícios dos escravizados que as criaram. Essas obras não são apenas objetos de devoção religiosa, mas também testemunhos das habilidades dos mestres carpinteiros que, mesmo após a abolição, permaneceram no território, continuando a exercer seus ofícios. Tais práticas artesanais não se limitam à sua produção material, mas trazem à tona questões sobre a autoria e os direitos desses artistas, cujas contribuições permanecem, muitas vezes, invisíveis ou marginalizadas.

A região, originalmente moldada pelas necessidades das fazendas, passou por profundas transformações econômicas e sociais. A decadência das propriedades cafeeiras resultou na adaptação de alguns ofícios que, antes voltados para o setor agrícola, agora atendem às novas demandas locais. No entanto, outros, como o trabalho de arreiro de tropas de mula e os tropeiros, desapareceram, evidenciando os efeitos das mudanças que marcaram essa transição. Nesse processo de transformação, os objetos expostos, agora analisados com os jovens, servem como pontes entre o passado e o presente. Eles não apenas identificam as necessidades de outrora, mas buscam também compreender como as demandas atuais reconfiguram esses saberes.

Um exemplo emblemático dessa reflexão é o tear, doado pela proprietária de uma antiga fazenda de café. Ele se torna um símbolo da evolução do ofício têxtil, que acompanhou o crescimento da industrialização na região, especialmente com a presença da indústria têxtil em Valença e o polo de confecção em Rio das Flores. A interação com os jovens, ao discutir essa transição, não apenas os conecta ao passado, mas também os provoca a pensar nas possibilidades de emprego atuais, além de aprofundar a compreensão dos conceitos de industrialização, invenção e a evolução das tecnologias.

A memória histórica se entrelaça ainda mais quando os jovens associam o nome de Santos Dumont, batizado na Igreja Matriz de Rio das Flores, à curiosidade que o jovem inventor sentiu ao observar os maquinários das fazendas de café, instigado pela busca por inovação. Contudo, apesar dessas reflexões, os jovens não se percebem como agentes dos ofícios ou produtores de conhecimento, o que revela uma desconexão entre o passado de suas famílias e seu papel no presente.

A oficina de modelagem em argila, planejada como uma maneira de posicioná-los como sujeitos do "saber-fazer", visou justamente resgatar essa conexão, permitindo que se apropriem de um ofício presente na região há gerações devido à abundância da matéria-prima. Foram selecionadas peças de barro, como um convite para refletir sobre a tradição artesanal das fazendas, onde se produziam tijolos e telhas, marcados com o selo das propriedades como indicativo de sua origem. A talha de cerâmica artesanal, cuja técnica de construção é a mesma usada para criar moringas e outros utensílios, remete à herança dos povos originários, ligando passado e presente de maneira indelével. Ao reconhecerem os filtros de barro, uma invenção genuinamente brasileira, patenteada e modelada em torno nas indústrias manufatureiras (Bellingieri, 2004), os jovens experienciaram um momento de conscientização sobre a criação e a importância de preservar e inovar a partir dos saberes tradicionais.

Na oficina de modelagem em argila foi apresentada a técnica utilizada pelos povos originários e presente na cerâmica artesanal (Figura 5). Eles aprenderam a fazer uma cuia, a peça básica a partir da qual se pode produzir diversos utensílios como panelas, moringas e talhas. Falou-se sobre as Panelas de Goiabeiras no Espírito Santo que possuem o reconhecimento de IG. Os jovens mostraram desenvoltura com o barro, criando peças personalizadas, atuando como agentes produtores, se colocando no papel do fazedor e criador, revelando o potencial do material em ativar o lado criativo destes. Este protagonismo possibilitou abordar novamente a questão dos direitos de autor. Ao mesmo tempo que modelavam, falam de si próprios, evidenciando que o saber-fazer artesanal vai além da produção de peças, sendo uma forma de expressão.

Figura 5 — Convite e registro da oficina de cerâmica da 2^a Roda com jovens do Projovem



Fonte: SILVA, Carlos Vinícius D. da. [fotografia], Rio das Flores, 2023.

2.3.2.2 2^a Rodas do Saber com os idosos do PAC

A Roda realizada em junho na E. M. Santa Tereza, com a participação de treze idosos, a orientadora, a assessora e duas professoras, foi um momento de resgatar e refletir sobre as memórias vividas por aqueles que, em sua rotina rural, estavam imersos em ofícios que, hoje, não são mais exercidos com a mesma intensidade. A conversa foi uma retomada do que havia sido compartilhado na Roda anterior, com o objetivo de evidenciar os saberes ligados a esses ofícios. Entre os ofícios mencionados, estavam os de retireiro, balaieiro, trançadores, plantadores, doceiras e cozinheiras — todos imersos na vivência do campo. No entanto, ao refletirem sobre esses ofícios, os idosos não os reconheciam como "profissões", mas como saberes fundamentais para a sobrevivência, práticas indispensáveis para o sustento diário.

Quando questionados sobre o motivo de não exercerem mais tais ofícios, as respostas apontaram para as facilidades do mundo moderno, onde os produtos estão prontos e acessíveis nas lojas. Essa mudança de hábitos gerou um debate sobre os plásticos e a crescente dependência de materiais industrializados, trazendo à tona a importância de preservar os saberes locais, que se baseiam em matérias-primas naturais, não poluentes e sustentáveis. Aos poucos, os idosos foram resgatando a percepção de que, em sua juventude, na rotina da vida rural, todos sabiam fazer um pouco de tudo, ou muito de algo, em uma prática comunitária e compartilhada que garantiu sua sobrevivência e bem-estar.

Entre os muitos ofícios mencionados, destacaram-se as técnicas tradicionais de construção, como a do pau a pique e do adobe, que, hoje, são valorizadas sob o conceito de

bioconstrução. No entanto, os fazedores tradicionais, na sua maioria, não reconhecem esse movimento contemporâneo como uma reinterpretação ou valorização de seus próprios conhecimentos ancestrais. Eles compartilharam com naturalidade inovações e ajustes técnicos nas práticas tradicionais, como a mistura de esterco no barro para evitar rachaduras e o uso de esterco sobre o chão de terra batida para torná-lo liso e livre de poeira. A técnica de usar tabatinga (barro branco) para dar acabamento nas casas, especialmente nas cozinhas, com o objetivo de manter as paredes limpas e livres da fuligem do fogão à lenha, também, foi mencionada como um saber que, embora simples, demonstra um profundo entendimento do ambiente e dos materiais disponíveis.

Além disso, os idosos relembraram a confecção de colchões de palha ou capim, como o capim barba de bode, capim rabo de burro, capim mumbuca⁶², ou ainda com folhas de bananeira ou palha de milho. Eles falaram com familiaridade sobre os trançados de taboa e taquara, usados para criar esteiras, balaios, cestos e cestas, itens essenciais no cotidiano rural. Lembraram também dos entregadores de pão, que ainda hoje utilizam grandes cestas de bambu, uma prática que, apesar de não estar diretamente relacionada à produção, carrega consigo a continuidade de uma tradição local. Esses relatos não apenas revelam o conhecimento técnico e prático dos idosos, mas também destacam uma visão do mundo que, embora seja moldada por um passado rural, ainda se conecta com as demandas e transformações do presente.

Durante a Roda, foi mencionado o ofício de violeiro, especialmente a confecção das violinhas de taquara, um saber tradicional que conecta os artesãos à natureza ao utilizar a própria taquara para fazer as cordas, finas lascas retiradas de sua casca. Essas violas, com sua sonoridade peculiar, são elementos fundamentais na música da região e possuem um significado cultural profundo. A viola acompanha o calango⁶³, uma tradição musical que, como um desafio poético, é bem conhecida por todos os presentes. Essa prática envolve uma troca de versos, uma espécie de "desafio verbal", onde um dos idosos inicia uma estrofe e

⁶² Os nomes foram fornecidos pelos participantes e não foi possível fazer uma pesquisa aprofundada para relacionar os nomes populares com as espécies correspondentes.

⁶³ “No Calango, os agentes sociais que o praticam veem uma oportunidade, através de muita irreverência, de ação e contestação política, cantando o seu cotidiano e dando a sua opinião sobre a situação da comunidade através de versos cantados e desafios”. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e14a02.pdf>
Acesso em: 27 maio 24

outro responde⁶⁴, criando uma dinâmica de improvisação e brincadeira que reflete tanto a habilidade quanto a criatividade presentes na vida rural.

Embora o calango seja uma prática intimamente ligada à identidade cultural da comunidade, como se pôde perceber quando os versos foram puxados com naturalidade, a sua presença nas festas da região não é tão comum como no passado. A prática, que já foi mais vibrante, parece ter diminuído com o tempo, possivelmente pela transformação das festas e celebrações locais, mas o fato de ser lembrada e praticada pelos idosos revela o quanto ela ainda faz parte do imaginário coletivo da região, conectando as gerações passadas com o presente. O calango, mais do que uma simples brincadeira, é uma forma de manter viva uma memória cultural, uma maneira de se afirmar como grupo e preservar uma tradição que, embora em declínio, continua sendo reconhecida como parte essencial da vida rural.

Após o primeiro momento de troca na Roda, a oficina de modelagem em barro proporcionou um reencontro com o passado, despertando lembranças afetivas de suas infâncias. O toque do barro trouxe à tona memórias de quando, ainda crianças, modelavam figuras de burrinhos, cavalinhos e panelinhas com o barro retirado das margens dos córregos. Essas figuras, feitas com as próprias mãos e a terra que estava à disposição, não eram apenas brinquedos, mas símbolos de uma conexão íntima com a natureza e a criatividade, uma expressão das infâncias.

Apesar de não se lembarem de pessoas na região que fabricassem panelas de barro, os idosos conheciam bem as olarias de tijolos e telhas, elementos fundamentais na construção das casas e nas práticas diárias. As moringas, filtros de barro e talhas, objetos comuns no dia a dia, também eram familiares e evocavam a importância do barro como material de utilidade, não apenas de lazer. Ao aprenderem a fazer as cuias (Figura 6), uma prática simples, mas cheia de significados, demonstraram uma grande criatividade e entusiasmo. O reencontro com o barro, mesmo com as dificuldades impostas pela idade, foi um momento de redescoberta de um material carregado de história pessoal e coletiva. A oficina, além de resgatar essas memórias, permitiu que se experimentasse novamente a sensação de criar com as mãos e com a terra, restabelecendo uma conexão com saberes antigos.

⁶⁴ Uma idosa mostrou-se muito animada, seu jeito de falar os versos era muito rápido, quase incompreensível. Ela explicou que este é o jeito mineiro, que aprendeu com seu pai, e que quanto mais rápido, mais habilidoso é o calangueiro.

Figura 6 — Convite e registro da oficina de cerâmica da 2^a Roda com os idosos



Fonte: SILVEIRA, Ludmila Cruz da [fotografia]. Rio das Flores, 2023.

2.3.3 3^a Rodas do Saber, tema: festividades. Título: “Folclore e tradições: alegrias compartilhadas no Vale do Café”.

O propósito deste tema foi conhecer os festejos coletivos e as interações da comunidade quando se reuniam para celebrar e/ou brincar. Entender se tais tradições se mantêm vivas e se estão presentes na rotina escolar.

Nesta terceira Roda, o grupo inicial dos professores não permaneceu. A necessidade de deslocamento de suas escolas nos distritos para o centro e as diferentes rotinas escolares tornaram a reunião do grupo inviável.

Para dar continuidade à pesquisa com os professores, a equipe da secretaria de educação propôs que essa se concentrasse em uma única escola, sendo sugerida a Escola Municipal Manoel Duarte, localizada no distrito de mesmo nome. A Roda aconteceria na própria escola e envolveria professores tanto do fundamental I (1º ou 5º ano) quanto do fundamental II (6º ao 9º ano), além de funcionários. Entendendo-se que esta seria a forma de viabilizar a continuidade da pesquisa com os professores e que não prejudicaria a proposta inicial deste estudo, a pesquisa seguiu neste novo modelo. Os professores foram divididos em dois grupos em função dos horários de aula, manhã e tarde.

Manoel Duarte é um distrito de Rio das Flores situado nas margens do Rio Preto, divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os moradores estão em permanente trânsito entre os dois estados, sendo que muitos moram em um e trabalham no outro ou ainda

têm filhos que estudam no outro estado. A ligação entre estados é feita por uma a pequena ponte que pode ser atravessada a pé. Portanto, a influência mineira é bastante presente.

Também os jovens do Projovem não puderam dar continuidade, pois tiveram o ciclo de permanência no programa encerrado. Havia a expectativa de dar prosseguimento com um novo grupo. Porém, os trâmites burocráticos de seleção não aconteceram em tempo hábil.

A pesquisa com o grupo de idosos seguiu normalmente.

2.3.3.1 3^a Rodas do Saber com funcionários e professores do ensino fundamental II da E.M. Manuel Duarte (1º turno, manhã)

A Roda aconteceu em agosto, no turno da manhã. Participaram 13 professores, um funcionário, duas diretoras, a representante da SME, além dos educadores do MUVA.

Por ser um grupo novo, a Roda começou com a apresentação do propósito da pesquisa e como essa se deu até aquele momento. O educador do Museu fez uma breve explanação sobre ele. Nenhum dos professores conhecia o Museu, apesar da maioria ser nascida e criada em Rio das Flores, evidenciando a pouca interação da escola com tal aparelho público de cultura. Como o grupo não participou das duas primeiras Rodas, os temas relacionados aos alimentos e ofícios foram tratados junto com o tema festividades, sendo os relatos das Rodas anteriores confirmados como pertencentes à cultura local. As peças do acervo, trazidas pelos educadores, ajudaram a retomar o tema dos alimentos, como a pá de mexer doces feitos no tacho da fornalha⁶⁵ que foi relacionada ao doce de abóbora e à goiabada cascão.

Verificou-se a familiaridade com cabaça de abóbora d'água, uma herança dos povos originários, assim como o coité, os trançados de taboa e as peneiras de taquara⁶⁶. A educadora do Museu complementou a apresentação do MUVA falando dos diversos conhecimentos e tecnologias e como as peças expostas ajudavam a entender as mudanças ocorridas na região. Pode-se falar sobre os direitos de PI, a importância dos mesmos e como estão presentes no

⁶⁵ Descrito como fogão à lenha de uma única boca onde se encaixa um tacho para feitura de doces, farinha e cozimento de alimentos.

⁶⁶ Uma professora, moradora do distrito, falou que o pai de oitenta e dois anos trabalhou boa parte de sua vida como trançador de taquara e bambu.

dia a dia. Os professores não estavam familiarizados com o conceito da PI, reconhecendo apenas marcas e patentes da forma como são tratadas no senso comum.

Falou-se da manifestação local chamada “Mulinha e Roseira”, típica de Manoel Duarte, onde as figuras, uma mula e uma vaca, eram construídas com balaios de taquara. Tal manifestação já não existe mais. No entanto, a mesma ocorreu há alguns anos por iniciativa da Associação de artesãos de Manoel Duarte (FLORART), em uma tentativa de resgate, sendo que, até pouco tempo, havia uma mulinha exposta na dita associação. Foram citados os blocos de sujo que saiam nos três dias antes do carnaval, cujas fantasias eram confeccionadas com uma fronha na cabeça onde se abria buracos para os olhos e a boca. Muitos também lembravam e compartilhavam suas experiências. Pode-se perceber que algumas lembranças eram muito significativas e o entusiasmo de compartilhar era grande. Houve a reflexão sobre a perda destas vivências para as gerações mais novas e como poderiam ser resgatadas a partir da escola. Algumas professoras relataram já terem desenvolvido atividades em sala de aula a partir das tradições locais, mas que não é uma rotina.

Foi mencionado que, em Manoel Duarte, a Praça dos Santos Reis ainda se mantém como um ponto de encontro simbólico das folias de Reis, embora a tradição já não tenha a mesma frequência de antes. As folias de Reis, tanto a Folia dos Santos Reis, que seguia até o dia 6 de janeiro, como a Folia de São Sebastião, que se estendia até o dia 20 do mesmo mês, eram momentos de grande celebração e participação comunitária. Lembraram das folias chegando às casas, com suas cantorias cheias de devoção e alegria. Após a cantoria, o ritual de entrar nas casas para abençoar o lar e o altar, seguido de um jantar oferecido aos foliões, era um gesto de acolhimento e fé que fortalecia os laços comunitários. As jornadas das folias, que seguiam noite adentro, eram mais do que uma simples manifestação religiosa, eram momentos de união social e cultural, tecendo as relações entre as famílias e entre as gerações.

A forte ligação com o estado de Minas Gerais ficou evidente nos relatos, quando se destacou a participação de foliões dos dois estados, que atravessavam a ponte sem distinção, como se a geografia não fosse um obstáculo para a vivência compartilhada dessas tradições. Esse intercâmbio entre os estados reforçava a ideia de que as folias de Reis, mais do que uma festa local, eram uma manifestação cultural transfronteiriça, ligando as pessoas por meio de práticas comuns e celebratórias.

Também foi citado o Baile de Reis, que acontece no encerramento das festividades, no próprio dia de Reis, como um ponto de culminância da jornada das folias. Embora o clima de celebração ainda esteja presente, o que mais chamou a atenção foi o crescimento das folias mirins, o que representa uma renovação das tradições. Esse novo entusiasmo dos jovens, motivados pelas máscaras e pelas acrobacias, ao se vestirem de palhaços e se engajarem nos desafios de versos, mostra uma tentativa de manter viva a cultura, mas também de dar-lhe um novo fôlego, trazendo a juventude para o centro das celebrações.

Porém, foi também notado que, embora a tradição das folias de Reis e manifestações como o Calango, de desafio verbal típico da região, ainda existam, há uma percepção de que essas manifestações têm diminuído. O Calango, com seu ritmo e troca de versos, assim como as folias de Reis, tem enfrentado um processo de apagamento, refletindo talvez as mudanças nas práticas culturais e nas formas de sociabilidade da comunidade. Apesar disso, a memória coletiva desses rituais persiste, revelando tanto o valor cultural dessas práticas quanto as transformações que elas sofreram ao longo do tempo.

A elaboração, pela SME, dos convites para as Rodas demonstra o vínculo construído e o compromisso com a pesquisa (Figura7).

Figura 7 — Convite da 3^a Rodas do Saber com funcionários e professores da E.M.

Manoel Duarte



Fonte: SILVEIRA, Ludmila Cruz da [fotografia]. Rio das Flores, 2023.

2.3.3.2 3^a Rodas do Saber com funcionários e professores da educação infantil e ensino fundamental I da E.M. Manuel Duarte (2º turno, tarde)

A Roda aconteceu no mesmo dia na parte da tarde. Participaram 11 professores das turmas de Educação Infantil e fundamental I, a diretora da escola e duas representantes da SME. Ficaram expostas na escola as peças do acervo do Museu, porém, os educadores não puderam comparecer. Da mesma forma como na parte da manhã, foi feita a apresentação da pesquisa e da parceria com o MUVA, sobre o qual alguns professores já tinham ouvido falar e outros já haviam visitado quando criança. Contudo, recentemente, ninguém havia ido e não conheciam sua história, nem a característica de museu social. Dando sequência ao encontro, cada participante se apresentou, e constatou-se que o grupo era, em sua maioria, de Rio das Flores. Apenas dois professores eram de Paraíba do Sul, município da região do Vale do Paraíba Fluminense, e estavam há pouco tempo na rede municipal de ensino Rio das Flores.

As trocas, que começaram com a cabaça de abóbora d'água, rapidamente criaram uma conexão profunda entre o grupo e suas próprias experiências de vida. Muitas histórias surgiram, revelando os múltiplos usos dessa planta, que desde os povos originários tem sido utilizada como utensílio, alimento e até instrumento musical. A cabaça mostrou-se um símbolo de continuidade de saberes tradicionais, conectando o passado ao presente. Uma reação semelhante aconteceu com a peneira e com a paçoca socada no pilão, objetos e práticas que carregam consigo uma memória coletiva enraizada no cotidiano da roça.

Quando se falou da manifestação Mulinha e da Roseira, uma professora, nascida em Manoel Duarte, compartilhou suas lembranças dessa manifestação cultural, que, como muitas outras, tem raízes nas práticas da vida rural. Discutiu-se então a origem dessa tradição, reconhecendo-a como parte intrínseca da cultura local, em que a vida girava em torno da roça e os cuidados com os animais eram essenciais. As crianças, a caminho da escola, passavam dentro do curral e se viam, muitas vezes, em situações de perigo, com o boi correndo atrás delas, exigindo atenção constante para evitar acidentes. Essas brincadeiras, por sua vez, eram o reflexo de uma realidade cotidiana, repetindo em suas formas o que se vivia na prática.

Outro momento de grande identificação aconteceu ao se falar sobre a cola de farinha. A memória afetiva de uma avó ensinando como fazer a cola foi evocada, assim como a autonomia que as mães procuravam transmitir aos filhos ao ensiná-los a produzir algo tão

simples, mas fundamental no dia a dia. Essas práticas, aparentemente comuns, são carregadas de um significado profundo de autossuficiência e de manutenção de tradições familiares.

Porém, houve um contraponto com o relato de um professor de Paraíba do Sul, que, por não ser local, manifestou uma estranheza diante das vivências compartilhadas, pois suas experiências não estavam tão imersas nesse contexto rural. Isso gerou uma reflexão mais ampla sobre as diferenças entre a vida urbana e rural, e como os conceitos de abundância e escassez são vivenciados de forma distinta em cada contexto. A vida rural, muitas vezes retratada de maneira pejorativa, foi discutida à luz do senso comum que associa o uso de recursos locais à falta de conhecimento, enquanto a cidade é exaltada como o centro do desenvolvimento e das oportunidades. Tal reflexão também abarcou o contraste entre o consumo de alimentos processados e a produção de alimentos por meio da agricultura familiar local. Isso trouxe à tona questões de sustentabilidade, destacando a relevância de valorizar os saberes e práticas locais, muitas vezes negligenciados, mas essenciais para um futuro mais sustentável. Este momento de reflexão foi crucial para reforçar a importância da cultura e do conhecimento que se preserva nas comunidades rurais, muitas vezes invisibilizados pela narrativa dominante, mas fundamentais para a construção de um futuro mais equilibrado e justo.

2.3.3.3 3^a Rodas do Saber com os idosos do PAC

A Roda com os idosos aconteceu em agosto de 2023 no acervo do MUVA, com uma programação que incluiu uma visita noturna ao Museu, uma experiência que despertou tanto nostalgia quanto entusiasmo entre os participantes. A visita contou com a presença de onze idosos, a orientadora, as assessoras da SME e as professoras do PAC, e foi conduzida por um educador do Museu, que guiou o grupo por entre as peças que tanto significavam para a memória coletiva da comunidade (Figura 8). Muitas idosas relataram, com carinho, terem conhecido o Padre Sebastião, uma figura importante que, para elas, simbolizava a continuidade de uma vivência religiosa e comunitária profundamente enraizada na história local.

As peças do acervo não foram apenas objetos em exibição, mas potentes gatilhos de memórias e histórias compartilhadas nas Rodas anteriores. Ao observar as exposições, os idosos revisitaram suas próprias histórias e lembranças. As Festas Juninas, ligadas à igreja e repletas de barracas de comidas típicas, como pé de moleque, bolinho de mandioca com carne moída, canjica, bolo de mandioca e arroz doce, voltaram à tona como momentos de celebração e união. Muitas delas relembraram com alegria o hábito de assar batata-doce na fogueira, uma prática simples, mas carregada de significado afetivo, que refletia a conexão com a terra e com as tradições familiares.

Outro momento marcante foi quando falaram das festas agropecuárias do período leiteiro, quando as animadas conversas e danças nos galpões de bambu ecoavam noite adentro. O galpão, com sua estrutura simples e acolhedora, era o espaço onde o forró se estendia até o amanhecer, e essa lembrança foi evocada com grande animação, refletindo a vitalidade e o entusiasmo das festas que uniam toda a comunidade.

A visita também trouxe à tona a memória da procissão náutica de Nossa Senhora Aparecida, um evento religioso único que acontece no dia 12 de outubro. Os barcos navegam pelo Rio Preto, levando a imagem de Nossa Senhora até o distrito de Porto das Flores. Na sequência, os fiéis atravessam a ponte levando a imagem e seguem em procissão até a Igreja de Nossa Senhora, em Manoel Duarte, trazendo consigo uma forte carga simbólica de fé e devoção. O movimento dos barcos, a travessia do rio e a celebração da imagem de Nossa Senhora são marcos de uma religiosidade popular.

A conversa também percorreu as jornadas das Folias de Reis, os blocos de carnaval e as escolas de samba, tradições que, apesar do tempo, continuam a manter viva a cultura e as práticas comunitárias da região. A alegria de visitar o museu e de ver tantas peças que evocavam memórias afetivas ficou clara nos rostos dos idosos, que reconheciam em cada objeto um pedaço de sua história. O museu, mais do que um espaço de exposição, foi um ponto de encontro com o passado, onde as memórias afetivas e as vivências coletivas se entrelaçaram, proporcionando um retorno às raízes e ao legado cultural que eles carregam com tanto carinho.

Figura 8 — Convite e registro da 3^a Roda dos idosos do PAC no MUVA



Fonte: Elaboração própria (2023)

2.3.4 4ª Rodas do Saber, tema: brinquedos e brincadeiras. Título: “Brinquedos, brincadeiras de rua e brincadeiras de quintal: O lúdico no Vale do Café”

Esta Roda teve o propósito de conhecer as formas de interação lúdica na região visando conhecer maneiras de brincar das diversas gerações. Conhecer os brinquedos, brincadeiras e a relação com o estilo de vida rural. Como as tradições do brincar estão inseridas na rotina escolar e como essas auxiliam para ampliar a percepção da identidade local.

2.3.4.1 4ª Roda com funcionários e professores do ensino fundamental II da E. M. Manoel Duarte (1º turno, manhã)

A Roda de conversa, realizada em outubro, contou com a participação de oito professores e uma das diretoras da escola, e teve como objetivo explorar as memórias afetivas e culturais referentes às brincadeiras da infância. De acordo com os relatos dos participantes, o questionário recebido antes da atividade estimulou o resgate de lembranças relacionadas a essas brincadeiras, incluindo a peteca feita de embira de bananeira, uma prática esquecida pelas novas gerações, que atualmente utilizam as petecas industrializadas. Durante a roda, o professor de educação física comentou sobre a peteca enquanto modalidade esportiva e mencionou que, na Universidade Federal de Viçosa, havia treinamentos dessa prática. A conversa também abordou o Badminton, modalidade olímpica derivada da peteca, o que gerou reflexões sobre a relação entre saberes locais e globais.

Os participantes relataram a existência de um projeto escolar em que as petecas foram confeccionadas pelo pai de uma professora, utilizando palha de milho. Para o grupo, foi planejada uma oficina de troca de saberes, com foco na confecção de petecas de embira de bananeira. Após a confecção, foi organizada uma dinâmica de jogo, o que provocou um

grande engajamento entre os participantes, que se levantaram espontaneamente para brincar. Durante a atividade, recordaram expressões como “não deixe a peteca cair”, “a peteca está com você” e “passe a peteca”, além de discutirem as origens indígenas da peteca e o aspecto coletivo do jogo, que estimula a união.

Outra brincadeira evocada foi a “cama-de-gato” (Figura 9), também herança dos povos originários, que gerou uma nova troca de saberes, sendo os conhecimentos compartilhados enquanto brincavam. Os participantes refletiram sobre o prazer de fabricar seus próprios brinquedos e a autonomia que esse processo proporciona. Também houve discussões sobre as mudanças de comportamento causadas pelas novas tecnologias e pelas relações sociais, que têm contribuído para a perda de tradições entre as novas gerações. Observou-se uma forte mobilização de memórias afetivas, com recordações de estilingues, conhecidos por eles como "atiradeira", feitos com a forquilha do galho de goiabeira ou de araçá. As lembranças evocadas durante a Roda reforçaram a necessidade de despertar nos pais a importância de compartilhar essas memórias com seus filhos, tornando-as significativas para as novas gerações. Notou-se que muitos pais dos alunos são muito jovens, com idades por volta dos vinte anos, e, por isso, não tiveram essas vivências, cabendo a transmissão dessas tradições aos avós dos alunos.

Foi também relatado um projeto envolvendo a construção de pipas, utilizando varas de bambu trazidas pelos próprios alunos de suas casas. Esse projeto ativou a memória familiar e envolveu os avós, que participaram ativamente. Para a confecção das pipas, usaram a tradicional cola de farinha, conhecida como “grude”, uma prática característica da cultura local. O projeto evidenciou as possibilidades de integrar as tradições no contexto escolar, fortalecendo os vínculos familiares e sua relação com a escola, ao mesmo tempo em que valoriza a cultura local.

O uso de materiais locais foi novamente abordado com as bonecas feitas de palha de milho e de pano, o que gerou uma rica troca de lembranças das brincadeiras de casinha, realizadas no quintal, nas quais se faziam comidinhas com panelinhas de barro, frutas e sementes colhidas. Professores provenientes de áreas urbanas, de outros municípios, relataram não ter vivenciado essas práticas no campo e se sentiram deslocados durante as trocas. Isso destaca a importância de informar os professores que chegam à escola sobre as tradições locais, oferecendo suporte para que possam desenvolver sua prática pedagógica de maneira contextualizada e respeitosa em relação à cultura da comunidade.

Figura 9 — Convite e registro da 3^a Roda com funcionários e professores do ensino fundamental II, 1º turno da E. M. Manoel Duarte



Fonte: ALVES, Giedre Aparecida [fotografia], Rio das Flores, 2023.

2.3.4.2 4^a Roda com funcionários e professores da educação infantil e ensino fundamental I da E. M. Manoel Duarte (2º turno, tarde)

A Roda de conversa ocorreu no período da tarde do mesmo dia, com a participação de cinco professores. Este grupo compartilhou suas próprias experiências e se identificou com muitas das brincadeiras e brinquedos mencionados no questionário, especialmente aqueles relacionados às vivências no campo. O professor de Paraíba do Sul destacou a diferença entre sua infância urbana e a vivência no ambiente rural, enfatizando que, enquanto sua infância foi marcada pelos brinquedos comprados, para aqueles que cresceram na roça, a confecção dos próprios brinquedos era parte integrante da brincadeira. Durante a roda, os participantes relembraram atividades como as guerras de mamona e o uso do talo dessa planta para a fabricação de bolinhas de sabão. Além disso, evocaram a memória das atiradeiras (estilingues), das bonecas de palha de milho e das panelinhas de barro, assim como as pernas de pau feitas de bambu, que eram comuns nas festas do Dia da Criança em Rio das Flores.

Após a oficina de troca de saberes, que envolveu a confecção das petecas de embira de bananeira, o grupo sugeriu a realização de um festival de peteca na Semana da Criança da escola, no qual as próprias crianças seriam responsáveis pela confecção de suas petecas. As memórias evocadas durante as trocas de saberes subsidiaram essa proposta, evidenciando a viabilidade de inserir as tradições locais na rotina escolar de forma contextualizada. Essa iniciativa demonstra como é possível proporcionar às novas gerações a vivência de práticas culturais tradicionais, garantindo que as tradições sejam preservadas e valorizadas dentro do contexto escolar.

2.3.4.3 4^a Roda com os idosos do PAC

A Roda de conversa aconteceu em outubro e contou com a participação de dez idosos, duas professoras, a orientadora e a diretora da escola. Esta última Roda, com este grupo, que foi o único a participar das quatro Rodas, representou o encerramento de um ciclo significativo de encontros, marcados por um grande envolvimento e engajamento por parte dos participantes. Durante a conversa, as brincadeiras de infância evocaram memórias que geraram um ambiente de grande alegria e afeto. Além das tradicionais brincadeiras, foram relembradas versões originais de algumas delas, como o cavalinho de pau feito com bambu⁶⁷. Esta matéria-prima, abundante na região, era utilizada na confecção de diversos brinquedos, como a perna de pau, o cata-vento e os bonecos de balaio.

Quando o tema foi as bonecas de sabugo e palha de milho, os participantes descreveram o processo de confecção, que envovia o uso do cabelo do milho, que era amarrado ao sabugo com barbante. Esses materiais foram fornecidos para a oficina de saberes, planejada para a Roda, permitindo que as idosas demonstrassem seu conhecimento e confeccionassem suas próprias bonecas (Figura 10). A oficina gerou uma rica troca de saberes, principalmente sobre as formas de confeccionar os brinquedos. A peteca, cujo material também havia sido disponibilizado, foi descrita em várias versões: de embira de bananeira, de palha de milho, com base de palha de milho e pena de galinha, e com base de embira e pena de galinha. Durante a Roda, uma peteca foi fornecida, o que deu origem a uma nova roda de brincadeira, na qual todos participaram ativamente, revivendo momentos da infância. As idosas, concentradas, continuaram a trabalhar com a palha de milho, o barbante e a embira de bananeira, confeccionando suas petecas. O modelo que criaram tinha uma base significativamente maior que o modelo original levado à Roda, o que foi prontamente identificado e apreciado por todos, pois a base maior facilitava o jogo, gerando mais entusiasmo e aprovação dos participantes. O novo modelo de peteca foi considerado um aprimoramento, demonstrando o poder de inovação mesmo dentro de tradições tão antigas.

Durante a conversa, surgiu uma reflexão sobre as dificuldades em transmitir essas tradições às novas gerações. Muitos participantes expressaram preocupações com a falta de

⁶⁷ O idoso autor da inovação contou como fazia o cavalinho de bambu, explicou que para fazê-lo quebrava o bambu para fazer a cabeça, fazia as orelhas com duas folhas de bambu, em um corte no lugar da boca colocava uma cordinha. Contou que brincava fazendo cavalinho para todos os amigos, disse que se sentia o fazendeiro distribuindo os cavalos.

comunicação e envolvimento das crianças com as brincadeiras antigas, lamentando que os netos não compartilhassem as mesmas experiências que eles viveram na infância. Para os idosos, a infância foi vista como uma época rica em experiências significativas, e gostariam que as novas gerações também pudessem vivenciar esses momentos. Foram recordados brinquedos como o cata-vento de bambu, pipas feitas com vara de bambu, bichinhos modelados no barro, brincadeiras de casinha com panelinhas de barro e pião feito de coquinho. Essas brincadeiras eram caracterizadas pelo uso de materiais locais, associados à criatividade e inventividade das crianças. A troca de relatos entre os participantes revelou que, embora as formas de confecção dos brinquedos tradicionais fossem semelhantes, cada um tinha suas próprias soluções e inovações, o que enriqueceria ainda mais a tradição e demonstraria a capacidade de adaptação das práticas culturais ao longo do tempo.

Figura 10 — Convite e registro da 4^a Roda com os idosos do PAC.



Fonte: SILVEIRA, Ludmila Cruz da [fotografia]. Rio das Flores, 2023.

2.3.5 Roda Especial com a família da educadora do MUVA

A visita à residência dos pais da educadora, ocorrida em abril no conjunto habitacional do distrito do Abarracamento, em Rio das Flores, foi uma oportunidade imprevista para expandir a pesquisa, inicialmente centrada na confecção da paçoca de Semana Santa no pilão. Embora a visita não estivesse planejada desde o início, ela proporcionou uma verificação enriquecedora da presença (ou não) dos elementos discutidos

nas Rodas de conversa, em um ambiente distinto. A visita contou com a participação da educadora, da mãe, do pai, da tia e de um casal de vizinhos, todos com uma vasta experiência no campo e em saberes tradicionais.

Como se tratava de um único encontro, os temas foram abordados de maneira integrada, por meio de relatos espontâneos dos participantes. O casal anfitrião, que foi colono em uma fazenda local até o falecimento do proprietário, contou como a mudança para o conjunto habitacional os afastou da vida rural. O casal de vizinhos, também trabalhadores rurais, compartilhou histórias semelhantes e demonstrou profundo conhecimento sobre o plantio, com relatos que ecoavam as experiências dos idosos das Rodas. Eles apresentaram uma análise crítica das transformações no campo, destacando o fim do ciclo dos cafezais, a introdução do gado leiteiro e a subsequente transição para o gado de corte. A retirada das matas remanescentes após o ciclo do café, para a ampliação das áreas de pastagem, foi apontada como um fator responsável pela escassez de matérias-primas essenciais, como a taquara para trançado, remédios naturais, frutas nativas, lenha e cipó. Essa mudança, segundo eles, também acarretou o empobrecimento da terra e as dificuldades de cultivo, agravadas pelos ataques constantes de pragas.

A perda do espaço para o cultivo após a mudança para o conjunto habitacional foi lamentada, e a mãe da educadora, que ainda confecciona a paçoca de Semana Santa, comentou sobre o uso atual de produtos do mercado, destacando, porém, que o sabor da paçoca já não é o mesmo quando feita com amendoim fresco e fubá moído no moinho. O vizinho, por sua vez, relatou que, desde a infância, aprendeu a fazer doces no tacho com uma anciã, e com orgulho afirmou seu conhecimento em diversas áreas, como a confecção de esteiras de taboa no tender⁶⁸ e seu ofício como carpinteiro. Ao enumerar suas habilidades, ele destacou ter adquirido mais de sete profissões, demonstrando uma consciência clara de seus saberes, contrastando com os idosos que, muitas vezes, não percebiam a amplitude de seus próprios conhecimentos. O pai da educadora, também presente, relatou seu trabalho com trançado de taquara e bambu⁶⁹, confeccionando balaios, cestos e cestas.

⁶⁸ O tender foi descrito como uma estrutura onde se estica os fios mestre das esteiras. Estas foram chamadas de “colchão de pobre”.

⁶⁹ Ele explicou que a diferença entre a taquara e o bambu é que este tem a poupa mais carnuda obrigando a fazer o serviço de despolpar para trançar. Além disso, ele é mais suscetível às pragas. Disse que atualmente, está difícil encontrar a taquara, por causa do desmatamento, esta é nativa e cresce juntas às matas. O bambu, por ser uma espécie exótica, se adaptou às áreas desmatadas.

Além disso, houve relatos sobre a preparação da broa no fogão a lenha, do angu e do café feitos com caldo de cana. O caldo de cana, conhecido como garapa, era produzido com uma engenhoca feita de madeira da árvore garapeira⁷⁰, que, por ser resistente, era ideal para o serviço de moer a cana. A conversa refletiu a consciência crítica dos participantes sobre os saberes adquiridos ao longo da vida e sobre as transformações que, com o tempo, levaram à perda dos meios tradicionais de manter esses conhecimentos. Não obstante, ficou claro que esses saberes estão se extinguindo, à medida que as condições que os sustentavam desaparecem. O encontro foi encerrado de forma simbólica, com uma mesa farta, oferecendo café, a tradicional paçoca de Semana Santa, bolinhos de chuva e os doces feitos pelo vizinho, representando uma verdadeira riqueza de sabores e saberes tradicionais, que, embora ameaçados, ainda resistem no cotidiano dessas famílias.

Figura 11 — Registro da Roda do Saber Especial com a família da educadora do MUVA



Fonte: PEIXOTO Jr., Hélio M. A. [fotografia], Rio da Flores, 2023

Após as quatro Rodas com cada grupo o ciclo dos encontros nas Rodas do Saber foi finalizado concluindo a etapa de pesquisa-ação. Os encontros foram enriquecedores revelando uma relação profunda com o território repleta de conhecimentos. Os participantes se envolveram com os temas compartilhando conhecimentos e reflexões que possibilitam uma análise significativa dos dados colhidos. Tal análise será desenvolvida no próximo capítulo onde serão apresentados os resultados dos questionários e sua relação com o referencial teórico.

⁷⁰ Apuleia leiocarpa, Grácia. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/231705/1/Especies-Arboreas-Brasileiras-vol-1-Grapia.pdf> Acesso em: 08 nov. 2024

3. ANÁLISE DE DADOS E CONCLUSÕES DA PESQUISA-AÇÃO

Na presente etapa da pesquisa foram analisados, tanto nas descrições dos relatos, quanto nos dados coletados nos questionários, quais dos elementos identificados são mais significativos. Através da pesquisa bibliográfica de registros históricos sobre a vida e a rotina nas fazendas de café do séc. XIX, buscou-se entender se esses possuem raízes no território. A partir do referencial teórico analisou-se quais elementos podem ser considerados como ECT passíveis de proteção.

A estruturação dos dados dos questionários baseou-se no critério de presença dos participantes nas Rodas. Foram reunidos, no Grupo 1, os indivíduos que estiveram presentes em uma ou duas Rodas, sendo estes: professores, funcionários, jovens, educadores do MUVA e a família da educadora do museu. No Grupo 2 foram estruturados os dados dos idosos do PAC, cujo grupo se manteve coeso comparecendo às quatro Rodas, mesmo que tenha havido faltas individuais ao longo da pesquisa. As ausências ao longo de toda pesquisa fazem parte da natural oscilação dos participantes nos locais e dias das Rodas, não tendo nenhuma relação direta com o aceite ou recusa em participar, ou não, na pesquisa. É importante assinalar que, em função das ausências, o número de respostas, em alguns gráficos, pode ser menor do que o número total de participantes do grupo de referência, sendo mais evidente no Grupo 1 onde o total de participantes analisados se refere a soma dos grupos pesquisados que não compareceram a todas as Rodas.

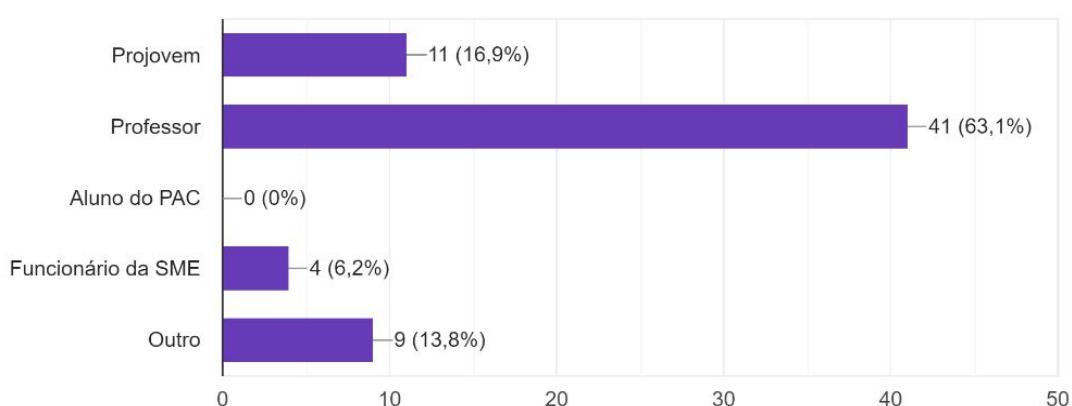
3.1 CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS PESQUISADOS

Para que se possa entender a relevância dos relatos e das respostas dos questionários, é importante compreender a realidade dos participantes com o território, bem como a dos pais e avós, quanto as questões relacionadas ao local de nascimento, onde foram criados e onde habitam atualmente. Tais dados buscam evidenciar a permanência, ou não, destes no território e das gerações anteriores a fim de compreender se os conhecimentos relatados possuem enraizamento tanto nas famílias, quanto no território. Além desses dados, ao analisar a faixa etária e o grau de escolaridade pode-se evidenciar a maturidade e o conhecimento formal dos grupos, respectivamente, e se estes influenciam e como influenciam, na relação com as expressões culturais que são foco deste estudo. Para tanto a seguir traçar-se-á as características de cada grupo a partir das respostas dos questionários.

3.1.1 Características do Grupo 1

O Grupo 1 é composto por 65 participantes, divididos em 41 professores (63,1%), 11 jovens (16,9%), 4 funcionários (6,2%) e 9 outros (13,8%). Na categoria outros estão incluídos assessores da SME, educadores do Museu e membros da família da educadora do Museu. Conforme Gráfico 1, a seguir, verifica-se que a maioria do grupo é de professores.

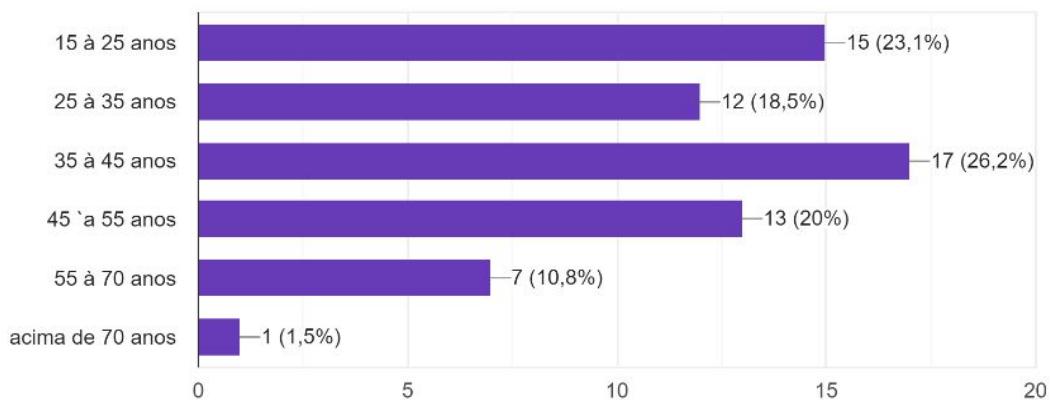
Gráfico 1 - Profissão/função dos participantes do Grupo 1



Fonte: Elaboração Própria

Quanto a faixa etária, os participantes encontram-se majoritariamente entre 15 e 55 anos, sendo desses 18,5 % na faixa etária de 25 a 35, 26,2% na faixa de 35 a 45 anos e 20% na faixa de 45 a 55. Os participantes da faixa etária de 55 a 70 somam apenas 10%. Podemos afirmar que é um grupo de adultos jovens e de meia-idade, sem ignorar a parcela de jovens citada anteriormente no gráfico 1 (16,9%) que se encontram inseridos nos 23,1% da faixa etária de 15 a 25 anos (Gráfico 2).

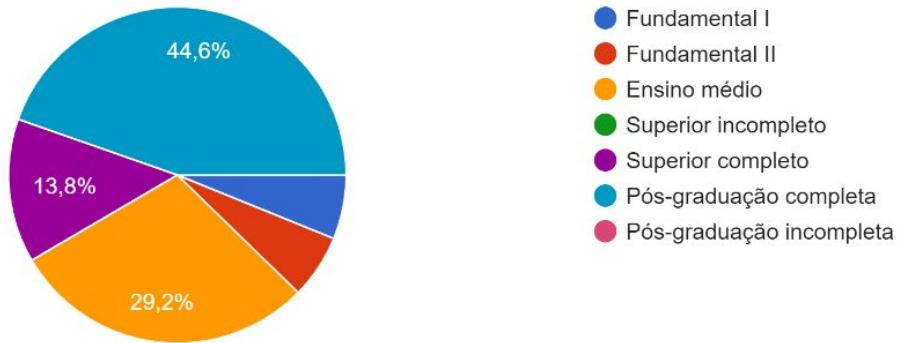
Gráfico 2 - Faixa Etária dos participantes do Grupo 1



Fonte: Elaboração Própria

Referente ao grau de escolaridade: 44,6% são pós-graduados, 29,2% estão no ensino médio, 13,8% possuem o ensino superior completo e somam 12,4% os participantes que possuem apenas o fundamental I ou II (Gráfico 3). Portanto, este grupo se caracteriza por um grau de escolaridade de padrão elevado.

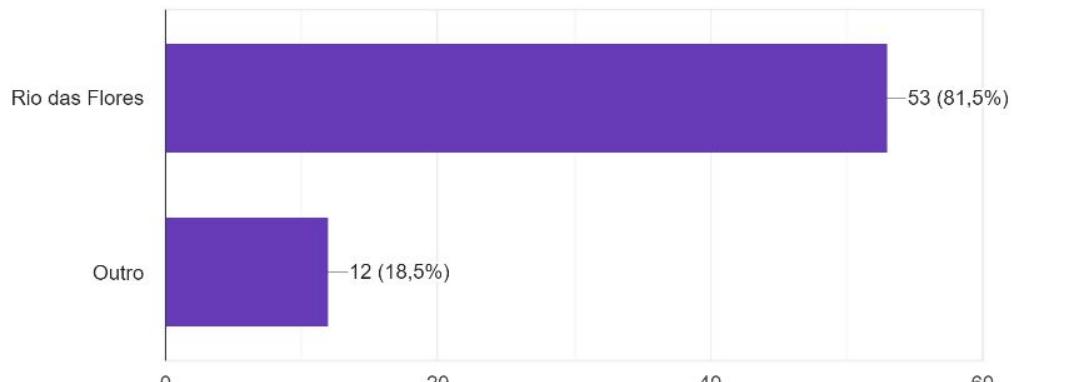
Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos participantes do Grupo 1



Fonte: Elaboração Própria

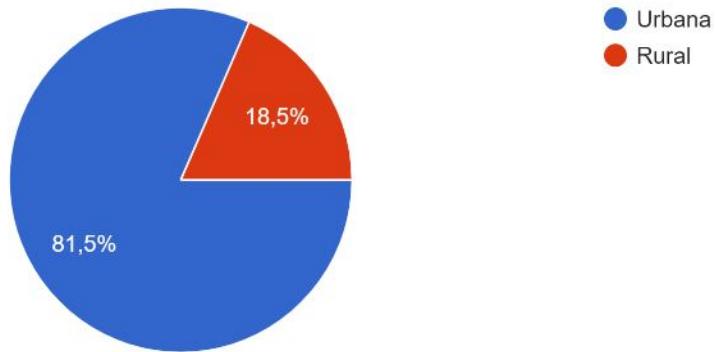
Na série de gráficos 4 a 9, observa-se o forte vínculo com o município e a região. A origem dos avós evidencia a influência mineira. Vale salientar que Rio das Flores, antes de ser constituído como município, foi um distrito de Valença, portanto os dois municípios guardam forte ligação. Nos Gráficos 4 e 5 vemos que 81,5% são moradores da área urbana de Rio das Flores. Porém os relatos revelam uma forte ligação com a área rural, havendo muitas referências à infância em propriedades rurais da família.

Gráfico 4 – Cidade onde moram os participantes do Grupo 1



nte: Elaboração Própria

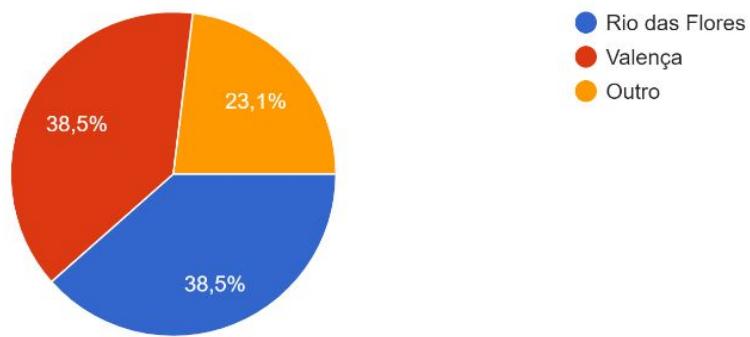
Gráfico 5 – Tipo de área onde mora os participantes do Grupo 1



Fonte: Elaboração Própria

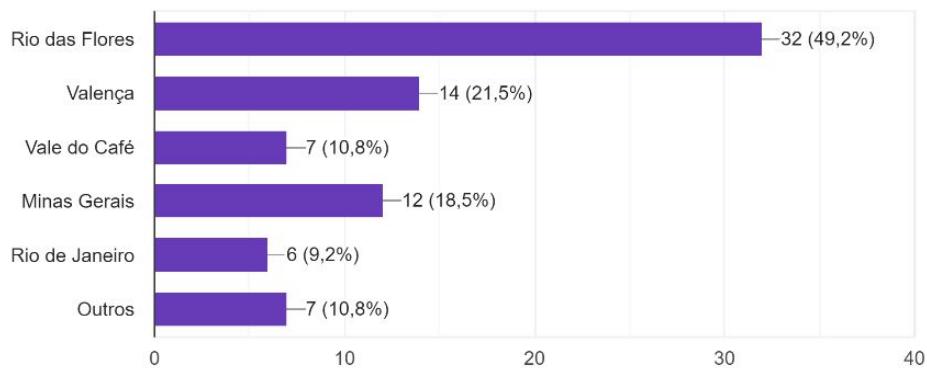
Nos Gráficos 6 a 9, observa-se que 38,5% do grupo nasceram em Rio das Flores e 38,5% nasceram em Valença (Gráfico 6). Como já mencionado Rio das Flores, antes de se emancipar, foi distrito de Valença, por este motivo os dois municípios guardam, ainda hoje, uma proximidade, tendo havido relatos de participantes que se consideram cidadãos de Rio das Flores, mas cujo nascimento se deu no hospital de Valença. Assim como, 49,2% dos pais nasceram em Rio das Flores e 21,5% em Valença (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Local de nascimento dos participantes do Grupo 1



Fonte: Elaboração Própria

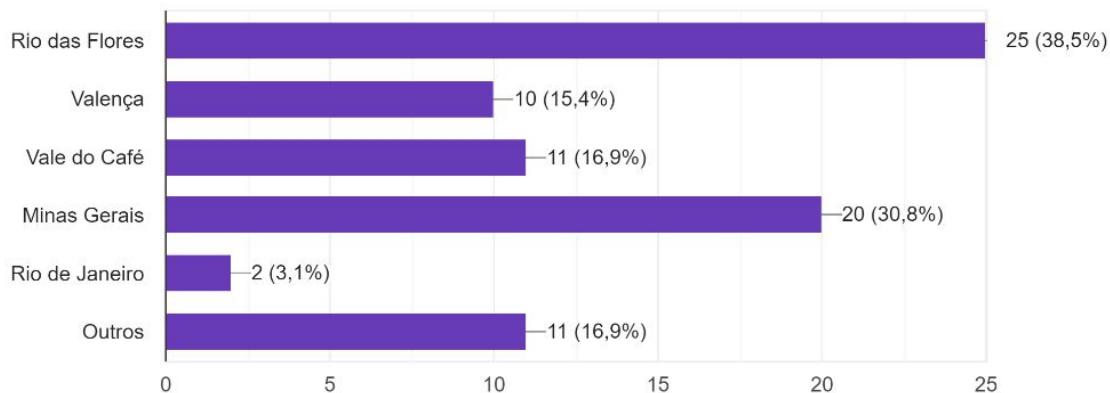
Gráfico 7 – Local de nascimento dos pais dos participantes do Grupo 1



Fonte: Elaboração Própria

Entre os avós, 38,5% nasceram em Rio das Flores e uma parcela significativa de 30,8% nasceu em Minas Gerais (Gráfico 8).

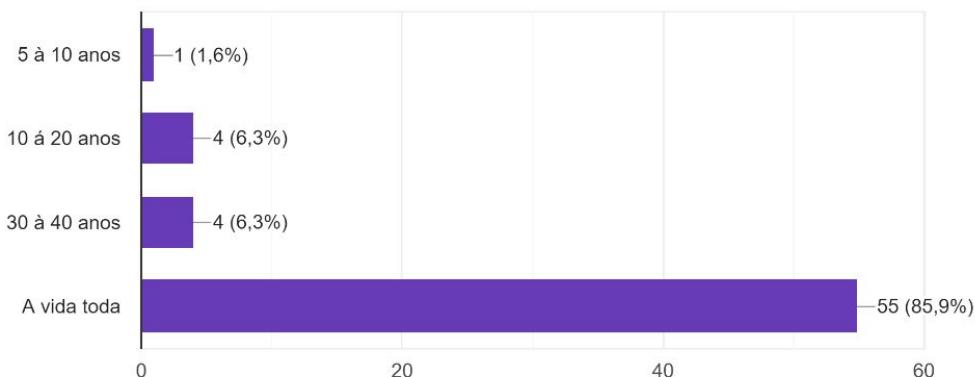
Gráfico 8 – Local de nascimento dos avós dos participantes do Grupo 1



Fonte: Elaboração Própria

Além disso, é importante notar que 85,9% dos participantes passaram a vida toda na região (Gráfico 9) o que estabelece um forte grau de identificação destes com a cultura local.

Gráfico 9 – Período de vida que os participantes do Grupo 1 vivem na região



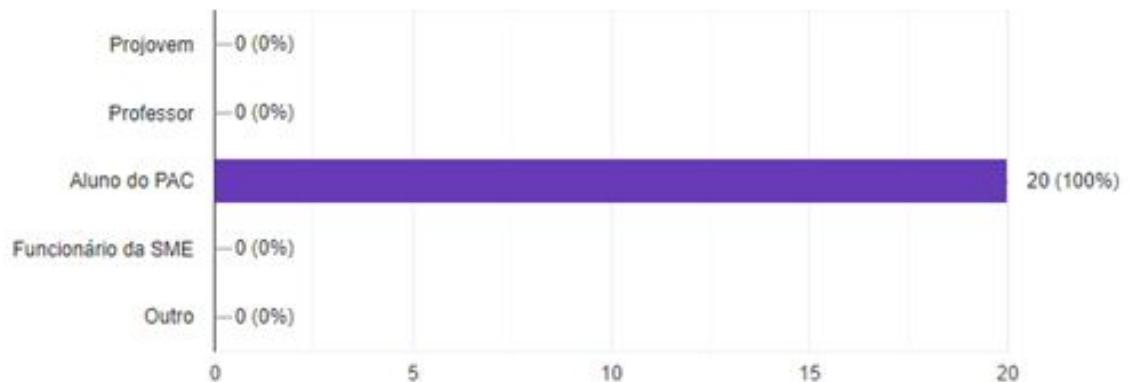
Fonte: Elaboração Própria

Pode-se afirmar que este é um grupo que se caracteriza por ser composto por adultos com boa escolaridade, moradores da área urbana de Rio das Flores, nascidos em Rio das Flores e Valença, assim como seus pais e avós nascidos em Rio das Flores e Minas Gerais. Portanto, é um grupo enraizado no território com ascendência mineira.

3.1.2 Características do Grupo 2

O grupo é composto por 100% de idosos alunos do PAC com grau de escolaridade do Fundamental I (1º ao 5º ano) conforme Gráficos 10 e 11 respectivamente.

Gráfico 10 – Profissão/função dos participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração Própria

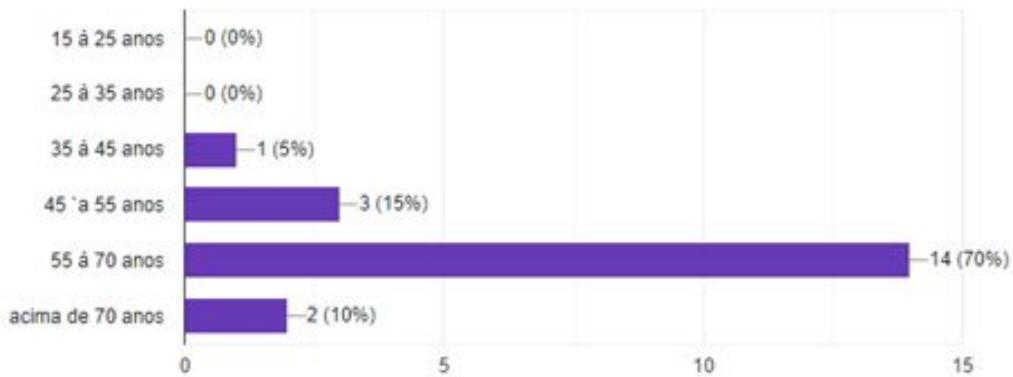
Gráfico 11 – Grau de escolaridade dos participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração Própria

No gráfico 12 verifica-se que 70% dos participantes encontram-se na faixa etária entre 55 e 70 anos.

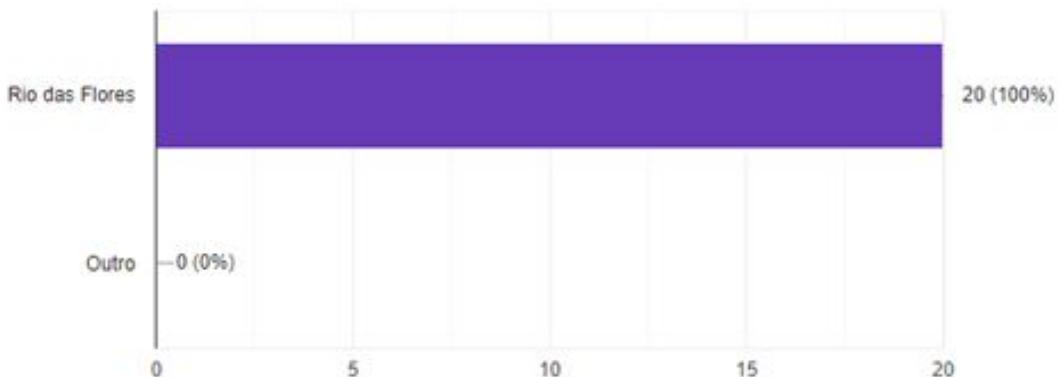
Gráfico 12 – Faixa etária dos participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração Própria

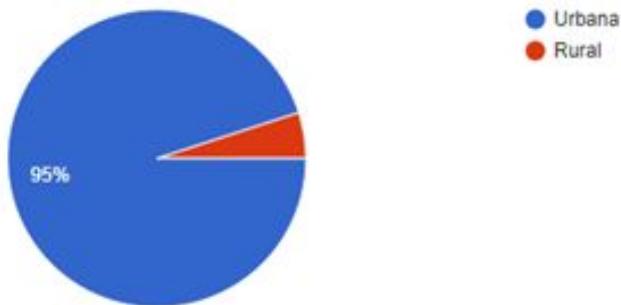
Todos são moradores de Rio das Flores sendo que 95% residem na área urbana, como pode ser constatado nos Gráficos 13e 14, respectivamente.

Gráfico 13 – Cidade onde moram os participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração Própria

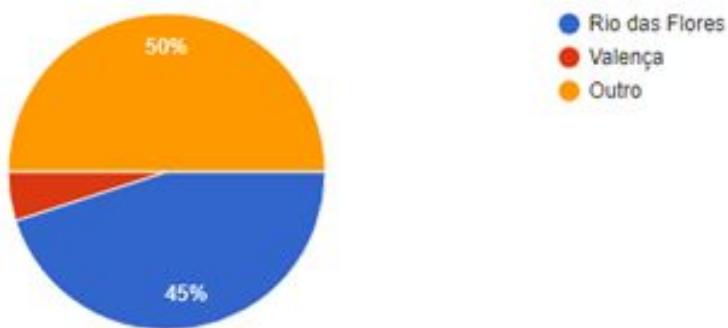
Gráfico 14 – Tipo de área onde moram os participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração Própria

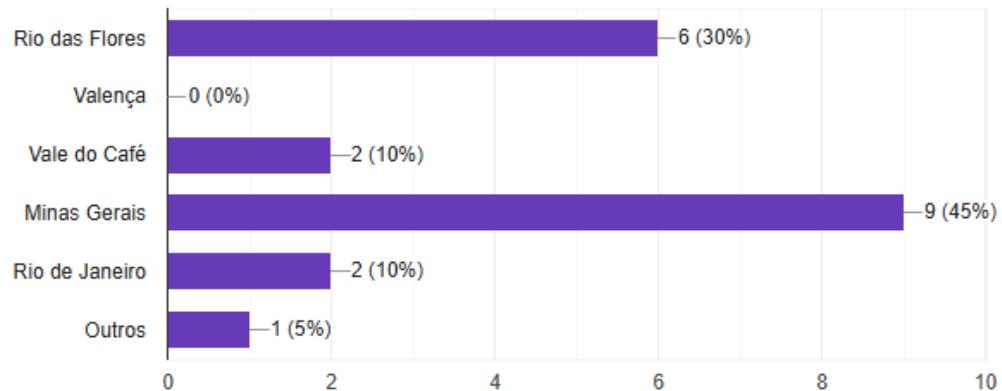
Quando analisados os dados referentes ao enraizamento no território, Gráficos 15 ao 18, percebe-se a grande migração de pessoas originárias do estado de Minas Gerais. Dos participantes 45% nasceram em Rio das Flores, 5% em Valença e 50% em outros locais, não tendo sido identificados tais lugares (Gráfico 15). Já os pais nasceram 45% em Minas Gerais e 30% em Rio das Flores (Gráfico 16). Verifica-se que em cada geração é maior o número de pessoas originárias de Minas Gerais.

Gráfico 15 – Local de nascimento dos participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração Própria

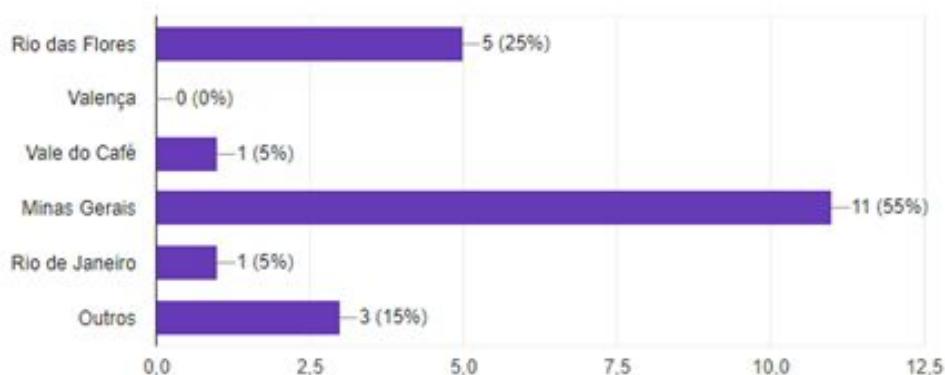
Gráfico 16 – Local de nascimento dos pais dos participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração Própria

Sendo que, na geração dos avós a maioria de 55% são de Minas Gerais e 30% de Rio das Flores (Gráfico 17). O que demonstra a influência das raízes culturais deste estado na população local.

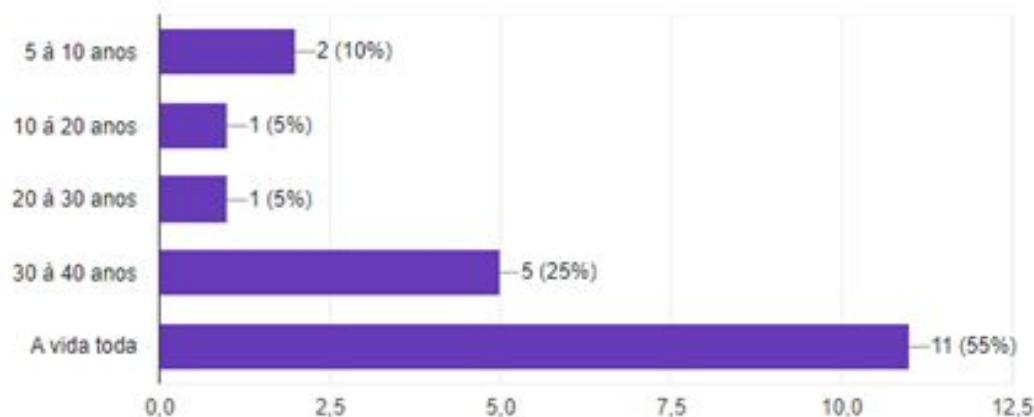
Gráfico 17 – Local de nascimento dos avós dos participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração Própria

Pode-se verificar que as gerações mais antigas são, em sua maioria, oriundas de Minas Gerais, sendo que, quase a totalidade da geração dos idosos é nascida no município e região. Destes, 55% passaram a vida toda na região (Gráfico 18). Tal característica, como foi visto anteriormente, pode ser atribuída ao fluxo migratório iniciado com o ciclo do café do séc. XIX que se estendeu ao período leiteiro do séc. XX.

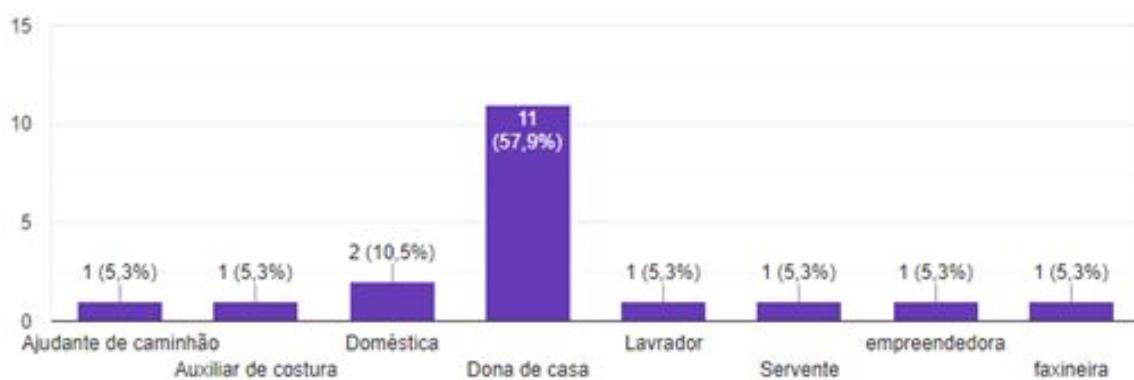
Gráfico 18 – Período de vida que os participantes do Grupo 2 vivem na região



Fonte: Elaboração Própria

Pode-se definir o Grupo 2 como um grupo de idosos de baixa escolaridade, moradores da área urbana de Rio das Flores, nascidos no território, porém com raízes em Minas Gerais. Constatava-se, pelos relatos, que existe uma origem rural e uma grande vivência como trabalhadores rurais. Quando analisados os dados do Gráfico 19, sobre as profissões, as respostas apontam a condição atual de empregabilidade, onde 57,9% são constituídas por donas de casa. Destaca-se que o grupo, em função da idade, é formado, em sua maioria, por aposentados. Não foram registradas as atividades exercidas pelos integrantes do grupo anteriores à aposentadoria. Comparando a variedade de conhecimentos e ofícios relatados nas Rodas com a restrição das respostas do questionário quanto à profissão, pode-se verificar que os saberes de trançar, plantar, cozinhar, fazer doces, entre outros não são considerados, por eles, como profissão.

Gráfico 19 – Profissões dos participantes do Grupo 2



Fonte: Elaboração própria

Resumindo e como já exposto, o Grupo 2 pode ser considerado um grupo de idosos de baixa escolaridade com raízes no território e forte ascendência mineira.

Pode-se concluir que os grupos possuem características diferenciadas quanto à idade e ao grau de escolaridade. Porém, são semelhantes quanto ao forte enraizamento no território. Partindo desta constatação, serão analisadas as respostas de ambos os grupos referente ao grau de conhecimento dos elementos elencados nos questionários de cada Roda. Buscar-se-á, juntamente com os relatos, compreender quais são os elementos mais significativos e como estes se inserem na cultura local.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS JUNTAMENTE COM OS RELATOS NAS RODAS E DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A partir da sistematização dos dados dos questionários, buscou-se compreendê-los à luz dos relatos descritos no Capítulo 2, contextualizando-os juntamente com a bibliografia de registros históricos sobre a estrutura de funcionamento das fazendas e com o referencial teórico tratado no Capítulo 1.

Nos questionários desenvolvidos e aplicados a cada Roda (Apêndices A à D), há um quadro onde os participantes assinalaram, para cada item, o grau de conhecimento, sendo estes: 1. não conheço, 2. já ouvi falar, 3. conheço e 4. conheço bem. A escolha de uma linguagem simples se deu em função dos diferentes graus de escolaridade dos participantes. A sistematização de tais dados foi feita em separado para os dois grupos e gerou gráficos que serão analisados na sequência.

3.2.1 Descrição dos elementos identificados como significativos da identidade local

Os elementos elencados como significativos para a constituição da identidade local do Vale do Paraíba Fluminense não são exclusivos dessa região e podem ser encontrados em boa parte do território nacional. Porém, partindo-se do princípio apresentado no primeiro capítulo, de que, em alguns casos, a partir dos mesmos recursos naturais se desenvolvem CT e ECT que possuem uma mesma raiz cultural, mas que apresentam particularidades em cada local.

Segundo Rodrigues Jr. (2009), esses são recursos bioculturais imateriais (RBI) ligados ao patrimônio biocultural imaterial (PBI), difundidos em todo território nacional por serem heranças ancestrais dos povos formadores do que foi caracterizado por Darcy Ribeiro (2007) como Povo Novo.

O que se pretende é contextualizar a relação desses com a história local e sua relevância na identidade local. Para tanto, buscou-se na bibliografia que registra a rotina das fazendas de café do séc. XIX, em Werneck (1978) e Andrade (1989), a correspondência com os relatos feitos pelos participantes das Rodas, encontrando-se inúmeras semelhanças que sustentam a afirmativa de Lamego (1963, p.22) sobre: “O ambiente florestoso da Serra permitindo a generalização de um gênero de cultura, deu-nos uma única paisagem humana, sobreposta a um cenário geográfico de motivos quase uniformes por todo o médio vale do Paraíba”. O autor completa:

Tão notável foi essa uniformidade cultural no período cafeeiro que, ainda hoje, tantos anos já passados e com a superposição de novos fatores de trabalho as repercussões da terra sobre o homem singularizam-se por uma idêntica fisionomia em toda a Serra (Lamego, 1963, p. 23).

Entende-se que os elementos destacados são recursos que estavam no território, sendo conhecimentos herdados dos povos indígenas que ali habitavam, somados aos que foram introduzidos para atender aos tropeiros que cruzavam a região durante o ciclo do ouro. Tais recursos foram fundamentais na sustentação da vida nas fazendas de café do séc. XIX, permanecendo no território depois que estas entraram em decadência. A partir de tais elementos se originaram cadeias de bens materiais e imateriais. Para este estudo foi feito um recorte, dentro da realidade observada durante a pesquisa-ação, que encontra lastro no que foi nomeado por Muaze (2011) como “os mundos da fazenda” e que foi descrito por Werneck (1978), Andrade (1989) e Lamego (1989).

Nos relatos feitos nas Rodas do Saber há o entrelaçamento dos quatro temas tratados: Comidas, Ofícios, Festejos e Brincadeiras, neste cruzamento encontram-se os elementos destacados. Ligados à cultura alimentar destaca-se: o milho, a mandioca, o amendoim, a cana-de-açúcar, juntamente com a criação de porcos, galinhas e gado leiteiro. Dos ofícios destacam-se os trançados de taquara/bambu e taboa. Quanto aos Festejos, evidencia-se o Patrimônio Cultural Imaterial já mapeado pelo IPHAN e que não será objeto de aprofundamento pois, possui uma literatura específica⁷¹, sendo destacadas as manifestações

⁷¹ Mais informações sobre Jongo e capoeira ver Dossiês do IPHAN 5 e 12 respectivamente. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=22&busca=&página=1> Acesso em: 19 mar. 2025 . Sobre as Folias de Reis ver inventário feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com o IPHAN . Disponível em:

culturais locais que de alguma forma fazem parte da cadeia de bens imateriais relacionadas aos recursos biosociais, quais sejam, a manifestação da Mulinha e da Roseira e os Bonecões de Zé Pereira. Esse também foi o critério usado para o tema das brincadeiras e brinquedos. Buscou-se, assim, tecer a malha que sustenta a identidade local a partir do diálogo com os recursos naturais do território.

3.2.1.1 Da Cultura Alimentar

“A comida vista em diferentes contextos revela seu poder em torno de ideias e, além disso, permite reconstruir a memória, o que possibilita redefinir identidades” (Menasche et al., 2023). Os alimentos aqui elencados não foram vistos apenas como fonte de nutrientes, mas em seu caráter sociobiocultural, como elementos significativos de uma cadeia de bens materiais e imateriais capazes de mobilizar memórias e produzir reflexões acerca da trajetória histórica da região, possibilitando ressignificações que apontem caminhos para um desenvolvimento sustentável.

Começando pelo milho⁷², nos registros históricos, este aparece como elemento fundamental na sustentação das fazendas, conforme Werneck (1978), “É este o alimento mais necessário ao lavrador de serra acima; com ele nutrem-se os escravos, a tropa, os cavalos, os porcos, os carneiros, galinhas etc. Deve-se ter o celeiro onde o guarda, bem provido” (Werneck, 1978, p.46).

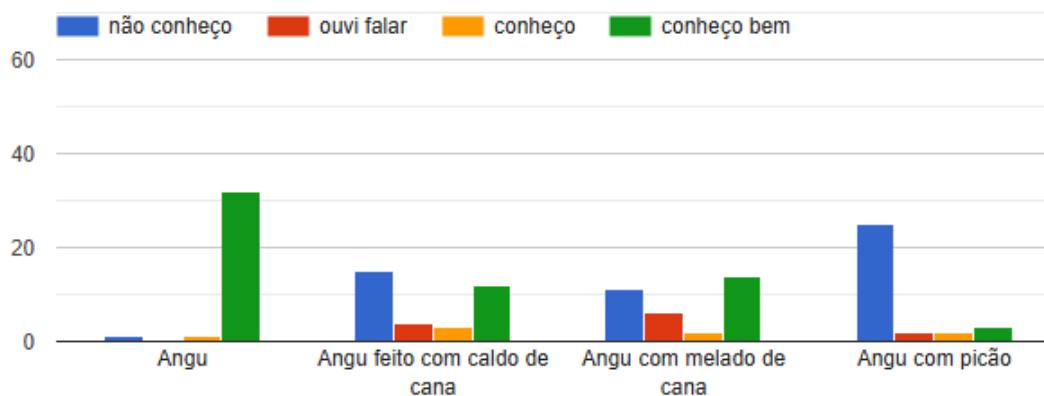
A partir dos relatos nas Rodas foi constatado que o milho permanece como base da cultura alimentar local. As diversas forma de prepará-lo fazem parte da rotina tanto do grupo 1 quanto do Grupo 2. Assim, destacar-se-á o fubá de milho como base para o preparo do angu em suas diversas formas, angu simples, angu com caldo de cana e angu com melado, como pode ser visto no Gráfico 20, referente ao Grupo 1 e Gráfico 21, referente ao Grupo 2.

Gráfico 20 — Dados do questionário da 1ª Roda, Grupo 1, tema comida, item angu

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/interagir/article/download/21032/23966/113308%20Acesso%20em%2025%20nov.2024>

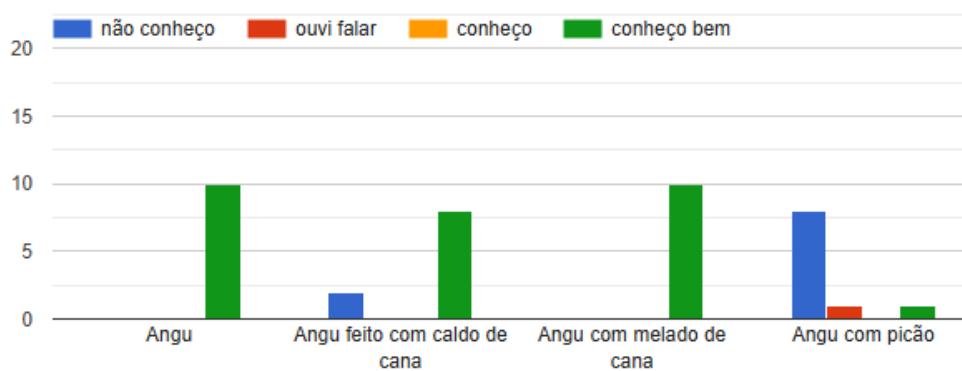
Acesso em: 19 mar. 2025

⁷² O milho (*Zea mays L.*) é uma planta que pertence à família Gramineae/ Poaceae. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/486995/1/Circ22.pdf> Acesso em: 18 fev. 25



Fonte: Elaboração própria

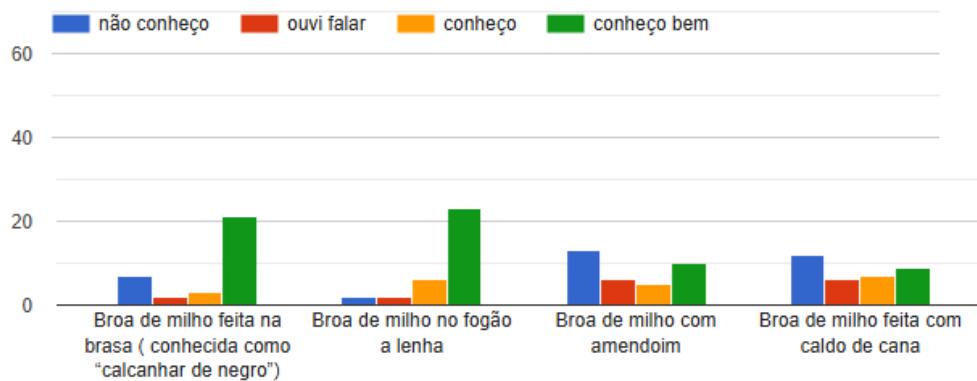
Gráfico 21 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item angu



Fonte: Elaboração própria

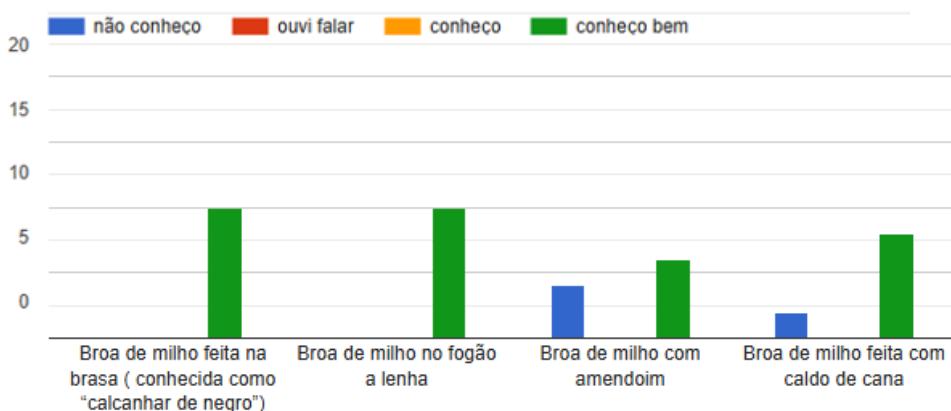
O milho na forma de fubá também é base para o preparo das broas que aparecem significativamente em suas diversas formas de preparo como vemos nos Gráficos 22 e 23, respectivamente referente ao Grupo 1 e 2.

Gráfico 22 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, item broa



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 23 — Dados do questionário da 1ª Roda, Grupo 2, tema comida, item broa



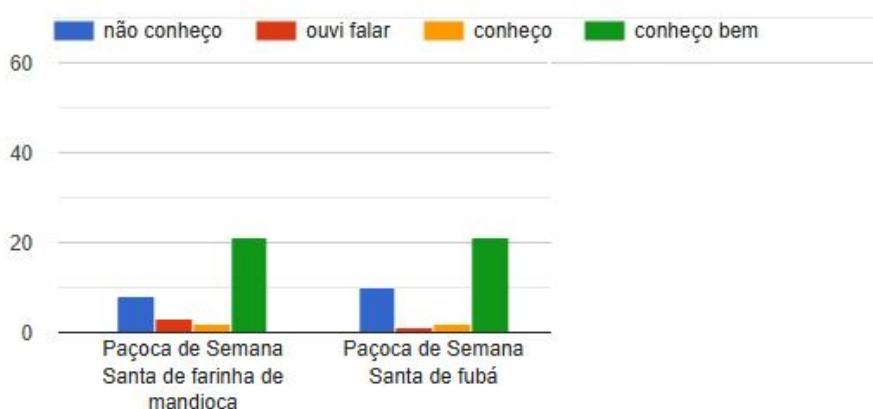
Fonte: Elaboração própria

Pode-se verificar nos gráficos que ambos os grupos “conhecem bem” tantos o angu quanto a broa em suas diversas formas de preparo. Comparando as respostas dos questionários dois grupos e os relatos se verifica uma variação no grau de conhecimento, sendo que o grupo 2, dos idosos, apresenta maior conhecimento quanto ao plantio, às variedades de milho, formas de seleção e armazenamento das sementes, além de terem vivido a rotina de plantar e levar o milho para fazer o fubá em moinho de pedra. Tal constatação evidencia que, de geração para geração, houve mudanças nos modos de vida acarretando perda de conhecimentos. Nos relatos de ambos os grupos, foi afirmado que já não se encontra tanto o milho plantado na região e que os moinhos de pedra, movidos por roda d’água, não existem mais. Assim, para o preparo das comidas tradicionais que vão da polenta à canjica doce e salgada, passou-se a usar o milho e seus derivados de grandes marcas comerciais disponíveis nos mercados da região. O que indica a vulnerabilidade dos pequenos produtores locais frente a hegemonia das marcas que dominam os mercados de alimentos.

As receitas de família e as memórias afetivas, relacionadas ao seu preparo, fazem do milho um elemento significativo no sustento da cultura local, apesar de a matéria-prima não ser mais produzida localmente.

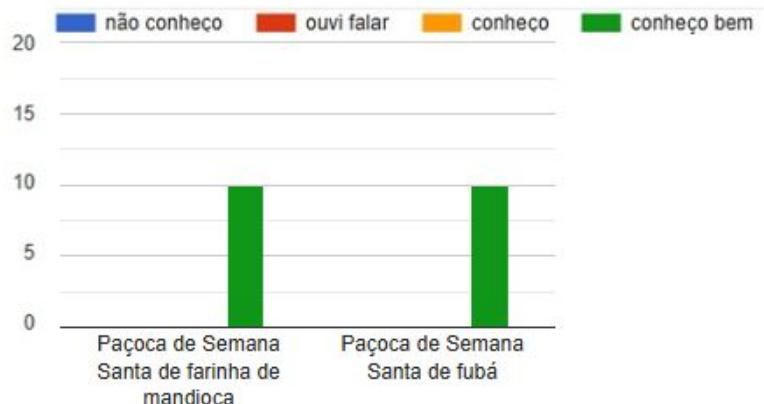
A paçoca de Semana Santa pode ser tomada como um exemplo de como algumas tradições se mantêm vivas apesar das mudanças nos modos de vida. Foi registrado o preparo com fubá torrado, juntamente com a versão feita com farinha de mandioca (Gráfico 24 e 25). Seu preparo já não é mais feito no pilão, com fubá moído em moinho de pedra e com amendoim plantado localmente, porém as famílias ainda se reúnem, durante a Semana Santa, para seu preparo e degustação, uma tradição que teve início, no passado, com o jejum da Sexta-Feira Santa. As comidas preparadas com milho são típicas dos festeiros locais e possuem um grande valor cultural.

Gráfico 24 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, item Paçoca de Semana Santa



Fonte: Elaboração própria

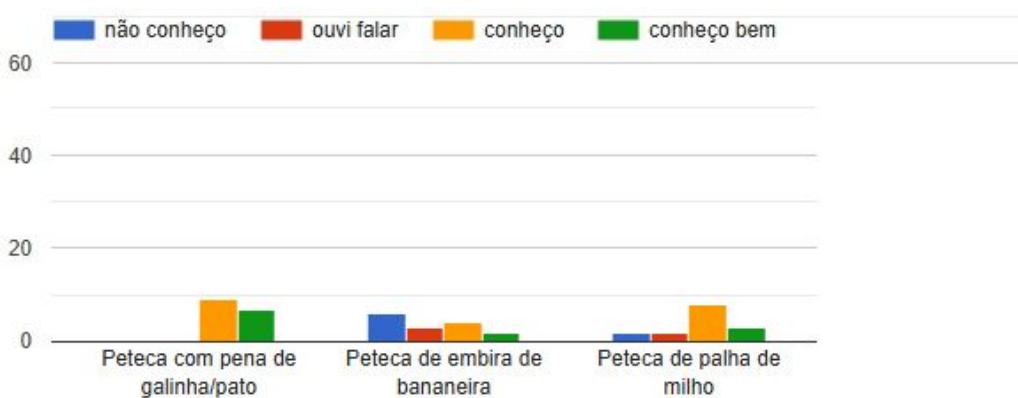
Gráfico 25 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item Paçoca de Semana Santa



Fonte: Elaboração própria

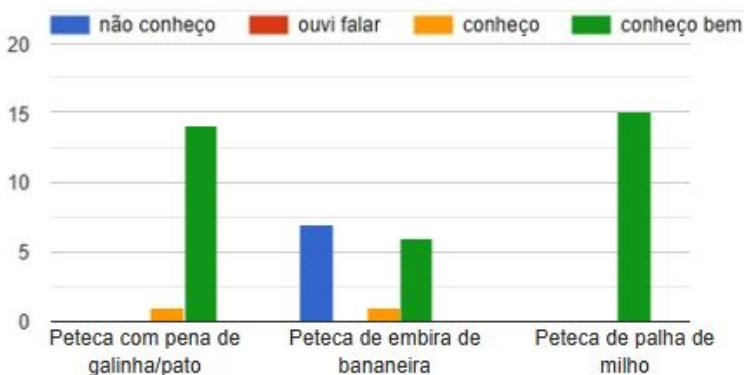
Além do uso culinário, subprodutos como a palha do milho são usados na confecção de petecas, um brinquedo tradicional da área rural, considerado como uma das heranças dos povos originários (Gráfico 26 e 27). O mesmo pode ser dito das bonecas de sabugo de milho com roupas de palha.

Gráfico 26 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras,
item peteca



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 27 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras,
item peteca



Fonte: Elaboração própria

Para o transporte do milho eram usados balaios de taquara mobilizando o ofício de balaieiro. Portanto, a diminuição da produção de milho reduz a demanda de balaios e, por consequência, acarreta no desaparecimento deste ofício ligado a um recurso natural da região.

Pode-se afirmar que o milho, desde o séc. XIX, é um elemento significativo. A partir dele, estruturam-se bens materiais e imateriais que alicerçam a cultura local.

Para melhor compreensão de como o milho se relaciona com os diversos temas das Rodas foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 2 – A relação do elemento milho com os temas das Rodas do Saber

O elemento	Comida	Ofícios	Festejos	Brinquedos	Itens relacionado
Milho	Paçoca de Semana Santa	Plantador	Semana Santa	Bonecas	Balaios
	Paçoca salgada	Cozinheira	Festas juninas	Petecas	Cestos
	Cozido	Moleiro	Confraternizações	Carrinhos	Colchões
	Angu	Trançador			Moinho
	Fubá	Quituteira			
	Canjica doce				
	Canjiquinha salgada				
	Broa no fogão a lenha				
	Broa com amendoim				
	Broa com goiabada				
	alimentação animal				

Fonte: Elaboração própria

No que concerne a Mandioca⁷³, inicia-se sua análise a partir do disposto por Werneck:

É esta preciosa planta uma das mais necessárias ao fazendeiro e a todos em geral, sua ótima farinha serve às nossas mesas como um acessório indispensavelmente necessário; nas mesas de maior luxo aparecem o seu pirão, os deliciosos bolos de sua tapioca e os saborosos mingaus e biscoitos de sua goma (Werneck, 1978, p.47 e 48).

O relato histórico coincide com os relatos ocorridos nas Rodas. Porém, não há mais a produção da farinha local. A mandioca cozida é presente tanto no café da manhã quanto nas refeições. O biscoito de polvilho é muito comum (Gráfico 28 e 29), assim como os bolos.

Gráfico 28 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, item biscoito de polvilho



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 29 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item biscoito de polvilho

⁷³ Nome científico: *Manihot esculenta* Crantz. Família: Euphorbiaceae. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/agriculturaurbana/mandioca/> Acesso em: 18 fev. 25



Fonte: Elaboração própria

A paçoca de Semana Santa em sua versão com farinha de mandioca também apareceu nos relatos e nas respostas dos questionários⁷⁴. A colheita da mandioca coincide com o período das Festas Juninas, sendo muito comum nessas, e em quermesses onde a presença das iguarias feitas com essa planta pode ser verificada, sendo o destaque dado ao bolinho de mandioca com carne moída (Gráficos 30 e 31).

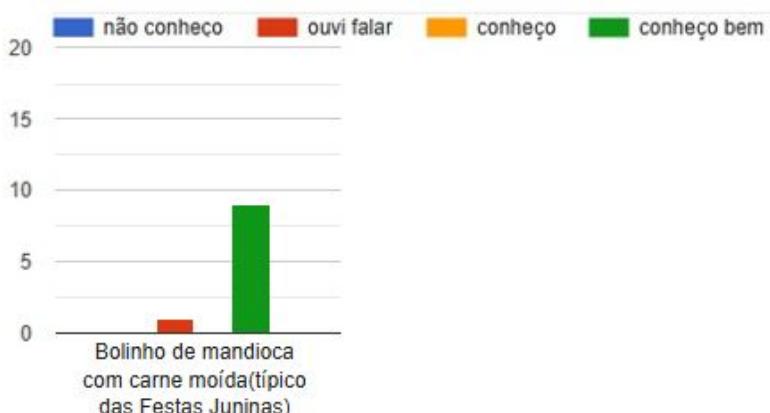
Gráfico 30 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, item bolinho de mandioca com carne moída



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 31 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 2, tema comida, item bolinho de mandioca com carne moída

⁷⁴ Ver gráficos 24 e 25.



Fonte: Elaboração própria

Assim como foi verificado anteriormente, o Grupo 2 demonstrou maior conhecimento quanto ao plantio e à colheita da mandioca. Não houve relatos quanto a subprodutos que originassem brinquedos e brincadeiras. Para a rotina de colheita são usados balaios e para o trabalho com a goma e farinha aparecem as peneiras de taquara/bambu. Da mesma forma como o milho, esse alimento relaciona-se a cadeia produtiva dos trançados.

Para melhor compreensão de como a mandioca relaciona-se com os diversos temas das Rodas, foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 3 — A relação do elemento mandioca com os temas das Rodas do Saber

O elemento	Comida	Ofícios	Festas	Brinquedo	Itens relacionados
Mandioca	Paçoca de Semana Santa	Plantado	Semana Santa		Peneiras
	Paçoca salgada	Cozinheira	Festa Junina		Cestos
	Farinha	Casa de farinha	Confraternizações		Balaios
	Bolinho c/ carne				
	Biscoito de polvilho				
	Bolo				
	alimento p/ animais				

Fonte: Elaboração própria

O amendoim⁷⁵ esteve presente nos relatos de ambos os grupos. Utilizado de diferentes formas, nas broas, biscoitos e em doces, como o pé de moleque (Gráficos 24 e 25), cujo modo de preparo foi compartilhado por uma jovem como herança de sua avó. Este é um alimento ancestral utilizado pelos povos originários e que foi muito bem assimilado pelos europeus que aqui chegaram (Freitas et al., 2003). Nas fazendas de café seu uso foi registrado por Werneck (1978): “É demasiadamente oleoso, de um sabor agradável; come-se com farinha de mandioca, torrados, crus, ou em doces, a que chamam *pé-de-moleque* em outras formas. Seu azeite serve para luzes etc.” (Werneck, 1978, p.50).

A mistura de amendoim socado no pilão junto com farinha de mandioca ou com o fubá e açúcar dá origem à tradicional paçoca de Semana Santa citada anteriormente. Mais uma vez vê-se os elementos entrelaçando-se em preparos que não são apenas a base alimentar da região, mas inseridos, também, em celebrações carregadas de significado, fazendo parte da cultura alimentar.

O esvaziamento do campo e a mudança dos modos de vida da região provocaram a redução do plantio do amendoim, tradicionalmente cultivado em pequena escala, geralmente para consumo próprio e venda local. Assim como outros, a tradição do consumo desse alimento não se perdeu, porém não é mais utilizado o produto local.

Não foi registrada nenhuma forma de uso em brinquedos e brincadeiras. Todavia, foi relatado, como memória afetiva, que era comum, durante o plantio e em alguns preparos, os mais velhos obrigarem os jovens e crianças a assobiarem para que estes não começem os grãos, agregando, a esse, um valor afetivo.

Para melhor compreensão de como o amendoim se relaciona com os diversos temas das Rodas foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 4 — A relação do elemento amendoim com os temas das Rodas do Saber

O elemento	Comida	Ofícios	Festas	Brinquedos	Itens relacionados
Amendoim	Paçoca de Semana Santa	Plantador	Semana Santa		Peneiras
	Pé de moleque	Cozinheira	Festas juninas		Balaios
	Broa	Balaieiros	Confraternizações		Cestos
	Biscoito	Trançadores			

⁷⁵ Nome científico: *Arachis hypogaea* L. Disponível em:
<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/185440/1/doc107.pdf> Acesso em: 18 fev.25

Torrado				
Cru				

Fonte: Elaboração própria

No caso da cana-de-açúcar⁷⁶, a tradição dos engenhos na região é anterior a chegada do café tendo permanecido durante e depois desse. Nas fazendas de café os engenhos revelam-se uma mostra da evolução técnica dos modos de produção: “As moendas horizontais são as melhores até hoje conhecidas; os engenhos tocados por água ou a vapor são preferíveis àqueles puxados por bestas ou bois, que não são senão um triste remédio.” (Werneck, 1978, p.45).

As engenhocas caseiras ou de pequeno porte feitas em madeira foram registradas nos relatos. O caldo de cana foi muito usado para adoçar os alimentos e bebidas, quando ainda era pouco comum o açúcar refinado. Este uso foi relatado pelos idosos de forma significativa, nos preparos de angu de caldo (Gráficos 20 e 21), de broa de caldo (Gráfico 22 e 23) e de café feito com caldo de cana (Gráficos 32 e 33).

Gráfico 32 — Dados do questionário da 1ª Roda, Grupo 1, tema comida, item café feito com caldo de cana



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 33 — Dados do questionário da 1ª Roda, Grupo 2, tema comida, item café feito com caldo de cana

⁷⁶ Nome científico: ACCHARUM OFÚCINARUM Disponível em:
<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1081370/1/SergiodosAnjosDocumento443web.pdf> Acesso em: 18 fev. 2025



Fonte: Elaboração própria

Da mesma forma, foi citado o melado comido com inhame e mandioca cozidos ou com farinha de mandioca. Já a rapadura era tradicionalmente utilizada na confecção da paçoca de Semana Santa, tendo sido substituída gradativamente pelo açúcar refinado.

A aguardente está presente no dia a dia e nos festeiros da região sendo também a base para a confecção de licores de frutas como a jabuticaba (Gráfico 34 e 35). Na região existem alambiques que produzem desde aguardentes mais comuns até aqueles cujas cachaças⁷⁷ são premiadas.

Gráfico 34 — Dados do questionário da 1^a Roda, Grupo 1, tema comida, licor de jabuticaba



Fonte: Elaboração própria

⁷⁷ Aqui o termo cachaça refere-se ao produto, sendo que este também pode ser utilizado para IG, conforme a Nota Técnica nº 01/2023, publicada no dia 31 de agosto de 2023, pelo Comitê Permanente de Aprimoramento dos Procedimentos e Diretrizes de Exame de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas (CPAPD), que esclarece: "A "cachaça" também é denominação típica de tradicional bebida brasileira, nascida nos engenhos de açúcar nos séculos passados. Adicionalmente, "Cachaça" é produto identificado com normas oficiais de identidade e qualidades específicas. Assim sendo, estabeleceu-se que o termo "cachaça" pode apresentar significados diferentes – ora indicação geográfica, ora denominação de bebida – conforme o contexto em que for aplicado". Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/inpi-divulga-nota-tecnica-sobre-termo-cachaca-em-indicacao-geografica> Acesso em: 14 abr. 2025

Gráfico 35 — Dados do questionário da 1ª Roda, Grupo 2, tema comida, licor de jabuticaba



Fonte: Elaboração própria

Para melhor compreensão de como a cana-de-açúcar se relaciona com os diversos temas das Rodas, foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 5 — A relação do elemento cana-de-açúcar com os temas das Rodas do Saber

O elemento	Comida	Ofícios	Festas	Brinquedos	Itens relacionados
Cana-de-açúcar	Caldo ou garapa	Plantador	Semana Santa		Engenhoca
	Açúcar	Operador de engenho	Festas Juninas		Balaios
	Angu de caldo	Cozinheira	Confraternizações		
	Café de caldo	Alambiqueira/o	Carnaval		
	Broa de caldo				
	Melado				
	Rapadura				
	Cachaça				
	Aguardente				

Fonte: Elaboração própria

No que tange às carnes, a de porco é importante componente da cultura alimentar local. Foi verificado seu uso para a confecção da carne de lata, muito apreciada, das linguiças, do toucinho em diferentes receitas. Sua presença na região é relatada desde antes do ciclo do café, sendo importante como alimentação nas fazendas: “São estes animais de uma necessidade urgente para o imenso consumo de uma grande fazenda, [...] Engordam

otimamente com inhame cozido em caldeira com pouco sal e algum milho; a rama da mandioca, a sua raiz” (Werneck, 1978, p.52).

As galinhas também são de suma importância tanto pelos ovos como pela carne. Há relato dos cestos de taquara utilizados para o transporte dessas em lombo de mula, os jacás. Com as penas selecionadas se fazem as petecas.

O gado leiteiro, introduzido na região após o ciclo do café, tem profunda relação com a cultura local principalmente na produção de queijo. A canjica doce feita com leite e milho branco é o principal acompanhamento da paçoca de Semana Santa, havendo relatos sobre o ritual de buscar leite nas fazendas neste período do ano quando os fazendeiros doavam o leite.

3.2.1.2 Dos ofícios

Os ofícios tradicionais sofreram com as mudanças nos modos de vida que implicam tanto na redução da demanda por produtos dos ofícios de trançado, quanto na escassez da matéria-prima, assim como com o esvaziamento do campo que afasta o artesão da matéria-prima, dificultando a manutenção de seu ofício e com a pouca relevância e valorização com que a sociedade e a mídia se referem a estes, desqualificando e provocando o desinteresse da nova geração em aprendê-los. Esses fatores contribuíram para o paulatino desaparecimento destes ofícios. Arantes (1981) descreve os fatores que acirram a desvalorização do ‘fazer’:

Nas sociedades industriais, sobretudo nas capitalistas, o trabalho manual e o trabalho intelectual são pensados e vivenciados como realidades profundamente distintas e distantes uma da outra [...] Além da discrepância entre salários e ao lado das formações profissionais diversas, há um enorme desnível de prestígio e de poder entre essas profissões, decorrente da concepção generalizada em nossa sociedade de que o trabalho intelectual é superior ao manual. Embora essa separação entre modalidades de trabalho tenha ocorrido num momento preciso da história e se aprofundado no capitalismo, como decorrência de sua organização interna, tudo se passa como se ‘fazer’ fosse um ato *naturalmente* dissociado de ‘saber’. (Arantes, 1981, p.14).

A presença de matéria-prima encontrada em seu habitat natural possibilita o desenvolvimento de saberes e a criação de soluções para a vida rural. Isso ocorre com a taquara⁷⁸/ bambu⁷⁹, como descrito por Eloy Andrade (1989): “Até para a esteira, que circulava e impedia que caísse a carga [do carro de boi], era procurada nas matas uma certa qualidade de taquara e que deveria ser cortada bem madura e na lua própria, a minguante” (Andrade, 1989, p.128). A taquara é uma espécie de bambu nativo que guarda estreita relação com as matas, pois depende dessas para sua reprodução e desenvolvimento.

O desmatamento da região gerou a escassez dessa matéria-prima abrindo espaço para o bambu exótico trazido da Ásia pelos Portugueses e que se adaptou bem às áreas desmatadas, tornando-se uma opção para os traçadores. Porém, a substituição da matéria-prima implica na perda do conhecimento referente ao recurso nativo e o desenvolvimento de novas habilidades para lidar com as especificidades do novo material. A perda da biodiversidade acarreta a perda do conhecimento tradicional (Rodrigues Jr., 2009). Não obstante, Arantes (1981, p.22) nos alerta que a cultura e o conhecimento humanos são vivos e que se adaptam às novas condições “[...] essas maneiras de pensar a cultura pressupõem ou que ela seja passível de cristalização, permanecendo imutável no tempo a despeito das mudanças que ocorrem na sociedade, ou, quando muito, que ela esteja em eterno “desaparecimento”. [...]”. Assim, a arte de trançar taquara se adaptou à escassez dela utilizando o bambu. Contudo, a relação com a mata e a forma de tratar a taquara vai além do fato desta ser matéria-prima para o trançado. A mata ganha uma importância como ambiente da taquara e a taquara tem um valor especial por sua relação com a mata, ambos os valores se dão no campo simbólico, que se soma ao produto do trabalho artesanal.

O que se constata é a redução do uso de utensílios feitos com estes materiais, acarretando a descontinuidade de transmissão do trançado de geração a geração. Não obstante, percebeu-se que alguns jovens se interessaram em conhecer tal ofício.

Este recurso natural sustenta uma cadeia de bens tanto materiais (cestarias, esteiras, construções tradicionais, alimentações), como é matéria-prima usada para expressões culturais da tradição local. A manifestação da Mulinha e da Roseira e os bonecões de Zé Pereira, também chamados em alguns locais de bonecos de balão, têm as figuras construídas

⁷⁸ Nome científico: *Olyra latifolia* L. Disponível em: <https://ala-bie.sibbr.gov.br/ala-bie/species/277256#:~:text=Olyra%20latifolia%20%20Taquara%20%7C%20SiBBr>. Acesso em: 18 de fev. 2025

⁷⁹ Há muitas espécies e cada uma tem sua utilidade, Para maiores informações ver em: <https://bambu-unesp-bauru.github.io/especies> Acesso em: 18 fev. 2025

a partir de estruturas trançadas que são adornadas. Dos 20 participantes da 3^a Roda, do Grupo 1, apenas cinco “ouviram falar” dos Bonecões de Zé Pereira e oito “conhecem” a manifestação da Mulinha e da Roseira⁸⁰. No Grupo 2, somados os que “ouviram falar” e os que “conhecem”, tem-se 60% como aqueles que possuem algum grau de conhecimento desta manifestação⁸¹. Em relação aos bonecões de Zé Pereira, neste grupo, apenas 40% possuem algum grau de conhecimento⁸². Poder-se-á supor que o desuso dos cestos e balaios feitos de taquara e o afastamento da rotina rural sejam fatores do enfraquecimento das expressões culturais alicerçadas neste material.

Assim como acontece com as manifestações, as brincadeiras a partir de brinquedos feitos com taquara/bambu envolvem o saber-fazer o brinquedo, como o caso das pipas cujos relatos revelam a presença da brincadeira, mas a perda do saber-fazer (Gráfico 36 e 37).

Gráfico 36 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, pipa de vara de bambu



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 37 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, pipa de vara de bambu



⁸⁰ Ver gráfico 41

⁸¹ Ver gráfico 42

⁸² Idem

Fonte: Elaboração própria

O Grupo 2 demonstrou conhecer a pipa de vareta de bambu havendo uma perda significativa em relação ao Grupo 1 onde apenas metade dos respondentes afirmaram conhecer em algum grau. A perda desse material não envolve apenas o brinquedo enquanto objeto ou a brincadeira, mas também o saber-fazer o brinquedo, evidenciando o enfraquecimento da experiência das infâncias em relação às brincadeiras tradicionais do território e ao conhecimento das possibilidades das matérias-primas locais. Com isso, podemos afirmar que há um empobrecimento das infâncias enquanto momento de construção de conhecimento tradicionais.

Na construção das casas, a mudança dos modos de vida e a disponibilidade de novos materiais transformou o modo de construir, sendo substituído o pau-a-pique, que utilizava a taquara na estrutura das paredes, pela alvenaria. Porém, o conhecimento dessa técnica mantém se vivo no Grupo 2⁸³, sendo que dos participantes que estiveram presentes na 2ª Rodas, cujo tema foram os ofícios, a maioria (90%) conhecia essa forma de construção (Gráfico 38). Este grupo também relatou o uso do broto de bambu na alimentação, descrevendo a forma de preparo e a época de colheita.

Gráfico 38 — Dados do questionário da 2ª Roda, Grupo 2, tema ofícios, pau-a-pique



Fonte: Elaboração própria

Para melhor compreensão de como a taquara/bambu se relaciona com os diversos temas das Rodas foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 6 — A relação do elemento taquara/bambu com os temas das Rodas do Saber

⁸³ Não há dados sobre o grupo 1, pois esse não participou da 2ª Roda.

O elemento	Comida	Ofícios	Festas	Brinquedos	Itens relacionado
taquara bambu	broto de bambu	balaieiros	Barracas de Festas Juninas	cavalinho	balaios
		Trançadores de esteira para carro de boi e forro de casa	Manifestação da Mulinha e da Roseira	perna de pau	cestos
		construtores de pau a pique	Manifestação dos bonecos de balaio ou Zé Pereira	pipas	esteiras
				violinha	peneiras
				cata-vento	cercas
				Mulinha	Treliças Cantio Tocheiro

Fonte: Elaboração própria

Para além da taquara/bambu, no campo das matérias-primas locais, encontra-se a taboa⁸⁴. “Se eram (os escravizados) esteireiros iam ao brejo e de lá traziam feixes de taboas, junco, tiririca para suas tecedoras” (Andrade, 1989, p.324). As esteiras de taboa foram amplamente utilizadas nas fazendas como cama dos escravizados, sendo essa uma arte ancestral que permaneceu no cotidiano das áreas rurais. Os relatos descrevem a rotina de confeccionar as esteiras e seu uso como cama nas casas simples de pau-a-pique cobertas com sapê. Além dos trabalhos feitos no tendal, estrutura onde se estica os fios para tecer a esteira, foram descritos os trabalhos feitos com as tranças de taboa. Tais tranças eram costuradas criando cestos, tapetes e outros utensílios. As esteiras também são usadas para forro de teto, fechamentos e decoração.

Diferente da taquara, a taboa é encontrada em abundância em brejos da região, havendo relatos desses estarem secando em função dos desmatamentos. Portanto, não foi a escassez da matéria-prima o fator determinante na redução do uso de produtos desta origem, mas sim a mudança dos modos de vida, a substituição das esteiras por colchões, assim como as bolsas e outros utensílios por similares de plástico.

⁸⁴ Nome científico: *Typha domingensis* Disponível em: <https://www.ufrgs.br/floracampestre/typha-domingensis-taboa/> Acesso em: 18 fev. 25

Da mesma forma que ocorre com o trançado de taquara, há um desinteresse, por parte dos jovens, em aprender o ofício e muitas vezes este não é visto, pelos pais, como um futuro desejável para os filhos pela desvalorização a ele associada.

Ambos os grupos relataram o uso comestível da parte inferior da planta chamada de palmito, por sua semelhança com o palmito tradicional das palmeiras. Esse é preparado cozido com frango.

Para melhor compreensão de como a taboa se relaciona com os diversos temas das Rodas, foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 7 — A relação do elemento taboa com os temas das Rodas do Saber

O elemento	Comida	Ofícios	Festas	Brinquedos	Itens Relacionados
Taboa	Palmito	Esteireiros	Festas juninas		Esteiras
		Trançadores	Decoração		Balaios
		Balaieiros			Cestos
					Bolsas

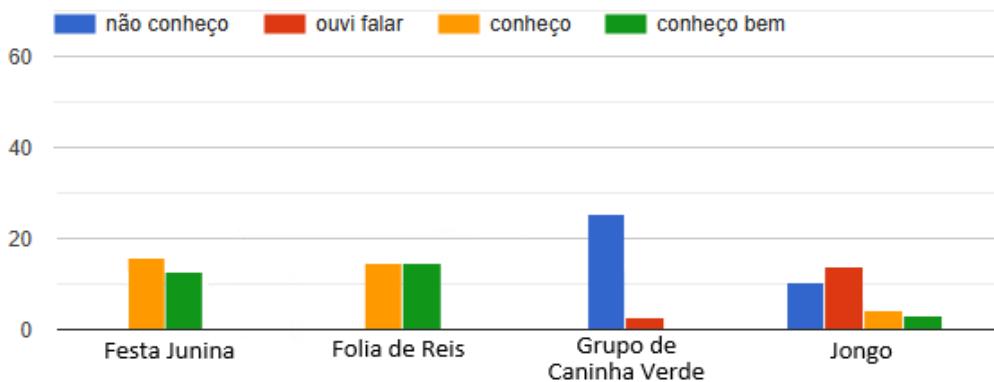
Fonte: Elaboração própria

3.2.1.3 Dos Festejos

Os Festejos locais identificados estão ligados às tradicionais datas comemorativas como Carnaval, Semana Santa, Festas Juninas e Dia de Santos Reis. Como parte das festividades, acontecem as manifestações de cultura tradicional. Dentre as mais relevantes, estão as Folias de Reis⁸⁵ (Gráfico 39 e 40). Foi relatado que existem também as Folias de São Sebastião que encerram suas jornadas no dia deste santo, ou seja, em 20 de janeiro.

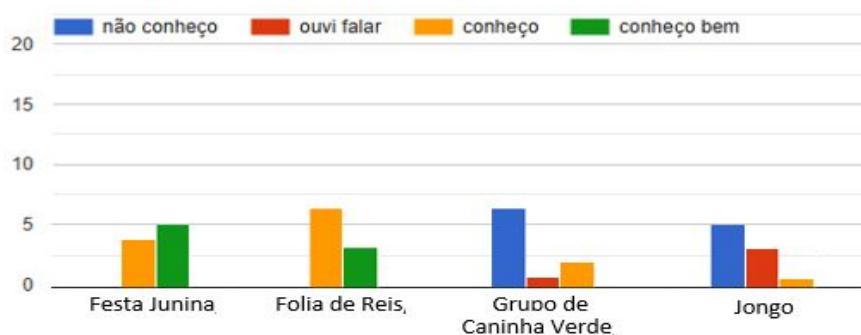
Gráfico 39 — Dados do questionário da 3ª Roda, Grupo 1, tema festejos, item Folia de Reis

⁸⁵ O pedido de registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil da Folia de Reis Fluminense foi apresentado em 2016 à Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro (Iphan-RJ) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), proponente da candidatura.” A Folia de Reis foi trazida pelos jesuítas ao Brasil e utilizada como um instrumento de catequização. A expressão é inspirada na jornada dos Reis Magos até o local de nascimento do menino Jesus. Embora de origem católica, sofreu influências indígenas e africanas. Entre 25 de dezembro e 06 de janeiro, os foliões assumem personagens e comemoram a data com o pagamento de promessas, cumprindo seus votos através de peregrinações às casas de amigos e devotos”. Disponível <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3633/folia-de-reis-fluminense-entregara-pedido-de-registro-ao-iphan-rj> Acesso em: 02 fev. 2025 . Porém este ainda não foi reconhecido.



Fonte: Elaboração própria

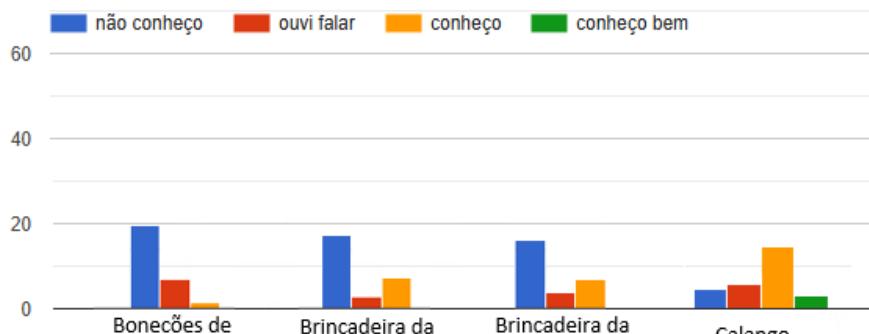
Gráfico 40 — Dados do questionário da 3^a Roda, Grupo 2, tema festejos, item Folia de Reis



Fonte: Elaboração própria

O calango, presente nos relatos e nos questionários (Gráfico 41 e 42), é relacionado às festas, às confraternizações e aos encontros de amigos. Os grupos de calango são compostos por sanfoneiros, violeiros e pandeirista. Em alguns casos, a viola de taquara ou bambu é usada para acompanhar⁸⁶.

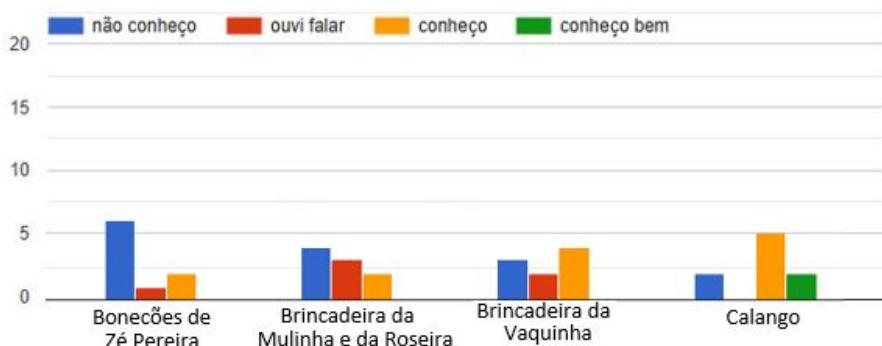
Gráfico 41 — Dados do questionário da 3^a Roda, Grupo 1, tema festejos, item Calango



Fonte: Elaboração própria

⁸⁶ Para conhecer mais sobre o calango ver documentário realizado pelo IPHAN “Calango e Calangueiros”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/169/calangos-e-calangueiros>. Acesso 03 fev. 2025

Gráfico 42 — Dados do questionário da 3^a Roda, Grupo 2, tema festejos, item Calango



Fonte: Elaboração própria

A capoeira está presente nos questionários como familiar de ambos os grupos. Nestes, 80% responderam “conhecer” ou “conhecer bem”. Contudo, os relatados demonstram que essa foi popularizada através de grupos recentes e aulas ofertadas em programas da prefeitura municipal.

Nesta pesquisa, o jongo⁸⁷ não foi identificado como relevante pelos participantes da 3^a Roda, onde 80% responderam “não conheço” ou “ouvi falar”. Porém esta manifestação é reconhecida como Patrimônio Imaterial do Brasil⁸⁸, sendo característico da região Sudeste⁸⁹.

A manifestação da Caninha Verde, de origem portuguesa⁹⁰, mostrou-se desconhecida dos pesquisados do Grupo 1, onde 90% responderam “não conhecer” (Gráfico 39) e do grupo 2 apenas 20% responderam “conhecer” (Gráfico 40). Porém, na região ela é muito popular no município de Vassouras (Monteiro, 2014), onde foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial através da Lei Municipal 235 de 8 de agosto de 2024. Tais reconhecimentos municipais não se fazem através do decreto federal nº 3551, o que os fragiliza, pois são reconhecidos apenas localmente e vulneráveis às questões de governança municipal.

A manifestação da Mulinha e da Roseira, brincadeira típica dos antigos carnavales do distrito de Manoel Duarte, foi reconhecida por 60% do grupo 2 (Gráfico 42) e 40% do Grupo 1 (Gráfico 41). Tal manifestação não foi encontrada em registros bibliográficos. Todavia,

⁸⁷ Ver gráficos 39 e 40.

⁸⁸ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Jongo_patrimonio_imaterial_brasileiro.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

⁸⁹ A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou o Projeto de Lei 5.146, que institui o dia 24 de junho como o Dia Municipal do Jongo. Da mesma forma o município de Pinheiral institui dia 07 de abril., juntamente com o município de Arrozel. Além destes o jongo está presente no Quilombo São José em Valença e nos municípios de Barra do Piraí e Vassouras. Os grupos de jongo fazem parte do movimento Jongo do Vale do Café promovendo encontros de valorização desta manifestação, sendo 13 de maio uma data importante para estes grupos de matriz africana.

⁹⁰ Mais informações sobre a Caninha-Verde .Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/883/a-caninha-verde-em-vassouras-e-tema-de-oficina-no-rio-de-janeiro> Acesso em: 03 fev. 2025

através de pesquisa local, verificou-se que há semelhanças com as manifestações do Boi e das mulinhas presentes em diversas regiões do Brasil. A Associação de artesãos de Manoel Duarte (FLORART) tem feito um movimento de resgate desta tradição. Como foi visto anteriormente, tanto nessa manifestação, quanto na manifestação dos bonecões de Zé Pereira, manifestação originária de Portugal, as figuras são construídas em taquara/bambu, tendo uma relação estreita com a presença desta matéria-prima e do ofício de trançado.

3.2.1.4 Das Brincadeiras e brinquedos

Das brincadeiras e brinquedos que utilizam recursos locais, destacam-se, a boneca de sabugo de milho conforme Gráficos 43 e 44. Esta tradição é mais significativa no Grupo 2 tendo que, inclusive, em um dos encontros pode confeccionar uma boneca. Isso ocorreu entre as idosas presentes durante a oficina de saberes da 4^a Roda (Figura 12).

Gráfico 43 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, item boneca de sabugo de milho



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 44 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, item boneca de sabugo de milho



Fonte: Elaboração própria

Figura 12 — Boneca de sabugo de milho confeccionada na 4^a Roda do Grupo 2



Fonte: Elaboração própria

Os relatos do uso dos recursos disponíveis localmente para a construção de brinquedos relacionam-se à infância própria das áreas rurais e a um momento histórico onde não havia o acesso ao “brinquedo comprado” como definiu um professor. A criatividade infantil transformava o barro em formas como panela, carros de boi, bois e cavalos. Mesmo que seja uma realidade distante, os relatos são impregnados de emoção e significados. Assim, os brinquedos feitos de barro aparecem tanto no Grupo 1 quanto no Grupo 2, porém, com graus diferentes de conhecimento, como pode ser observado nos Gráficos 45 e 46, respectivamente.

Gráfico 45 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, item fazer brinquedos de barro



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 46 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, item fazer brinquedos de barro

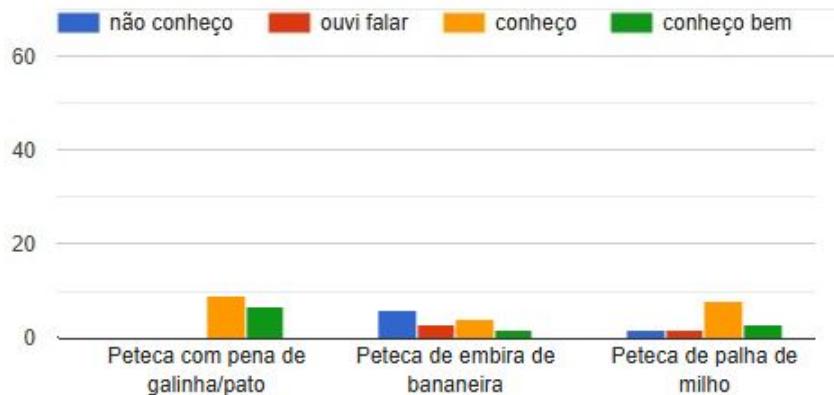


Fonte: Elaboração própria

Nos Gráficos 47 e 48, observa-se a presença da brincadeira da peteca em suas diversas formas de confecção. A mesma foi confeccionada na oficina de saberes da 4^a Roda, mobilizando os participantes de ambos os grupos a jogar e reviver suas infâncias. Tal experiência demonstra que a peteca ainda é significativa. Porém, sua confecção com

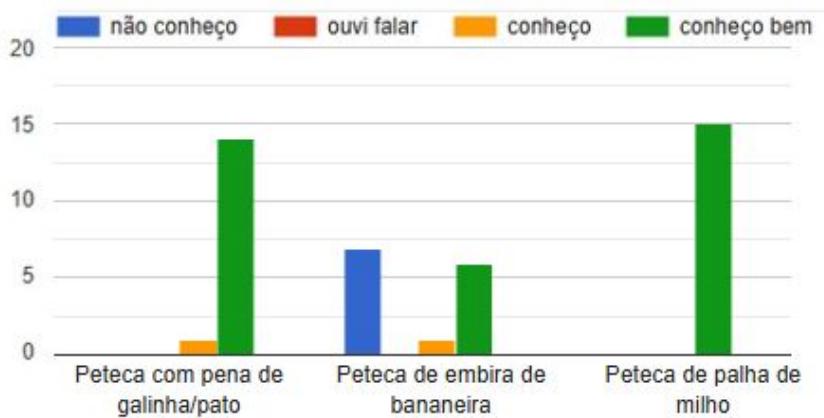
materiais locais foi substituída pela peteca industrializada, como pode-se observar pela diferença do grau conhecimento do Grupo1 e do Grupo2.

Gráfico 47 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 1, tema brincadeiras, petecas



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 48 — Dados do questionário da 4^a Roda, Grupo 2, tema brincadeiras, petecas



Fonte: Elaboração própria

Durante a oficina de saberes do Grupo 2, as idosas confeccionaram uma peteca de embira de bananeira, feita segundo sua tradição. Contudo, relataram que esta deveria receber penas de galinha para ficar completa (Figura 13).

Figura 13 — Peteca de embira de bananeira e palha de milho confeccionada na 4^a Roda do Grupo 2



Fonte: Elaboração própria

Os brinquedos e brincadeiras que se relacionam com o território apareceram nos relatos como uma memória afetiva das infâncias rurais. No entanto, foi observado, pelos participantes, que não é comum vê-los nos dias de hoje. As mudanças nos modos de brincar estão relacionadas às mudanças do modo de vida, à perda dos quintais e à chegada dos meios digitais que capturam a atenção das crianças cada vez mais cedo. Foi possível perceber que iniciativas de valorização das brincadeiras tradicionais nas escolas tiveram engajamento tanto das crianças, quanto das famílias, o que aponta caminhos possíveis para a continuidade dessas tradições.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS QUANTO A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELLECTUAL

Os elementos identificados como significativos da cultura local não possuem as características necessárias para que possam ser delimitados como ECT passíveis de proteção. Como visto no Capítulo 1, as ECT devem estar ligadas a uma comunidade tradicional específica e sua proteção deve ser demandada por esta. Salvo o patrimônio cultural imaterial já reconhecido ou em fase de reconhecimento pelo IPHAN, os demais elementos encontram-se no território inseridos na cultura local, sem, contudo, terem sido identificados, pela

comunidade, como constitutivos de uma identidade cultural comum que desejam preservar e desenvolver. A definição de comunidade tradicional foi apresentada por Rodrigues Jr. (2009 p. 21), a partir da declaração de Friburgo, Art.2(c)¹, como: “grupo de pessoas que partilha as referências constitutivas de uma identidade cultural em comum, desejando preservá-la e desenvolvê-la”. No Brasil, considera-se comunidades tradicionais: os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos e os caiçaras.

Mesmo que tenha sido comprovado que tais elementos estejam profundamente enraizados no território, não foi constatada a consciência, por parte dos grupos, de que são elementos que devem ser protegidos por serem algo que lhes pertença enquanto comunidade. O sentimento de perda é notório, mas há pouca consciência do pertencimento de tais elementos à cultura local. A naturalização das transformações ocorridas ao longo do tempo e as consequentes mudanças dos modos de vida são encaradas como um processo inevitável diante das pressões da “vida moderna”.

Porém, é sob essas pressões que ocorrem as perdas da sociobiodiversidade, a que nos alerta Rodrigues Jr. (2009), quando este autor estabelece uma relação direta entre o enfraquecimento dos vínculos com a natureza e a perda de CT e ECT.

As culturas alimentar, dos ofícios e das brincadeiras estão inseridas no dia a dia e constituem um modo de ser daqueles que, em dias de festa, são foliões, jongueiros, mestres e capoeiristas, fortalecendo a coesão social e informando aos mais jovens de onde vieram, possibilitando escolhas sobre seus futuros frente a uma sociedade cada vez mais globalizada.

A importância do patrimônio cultural de pequenas comunidades foi tratada por Lepre (2021) sob a ótica da cultura alimentar, mas que pode ser estendido a toda cadeia de bens materiais e imateriais aqui retratada. A autora alerta para as consequências da perda desse patrimônio em pequenas localidades do Brasil:

Ao mesmo tempo, essas localidades salvaguardam parte do patrimônio nacional, dentre os quais, o patrimônio cultural alimentar, expressão que habita o tangível e o intangível das inter-relações entre as diversas dimensões da vida contemporânea. Por sua onipresença em todos os assentamentos humanos e pela assunção de características locais únicas, a cultura alimentar possui potencial de fomentar o desenvolvimento sustentável de pequenas localidades, seja por contribuir para movimentar a produção de produtos relativos, quanto por estimular o turismo e o comércio centrado em serviços. Contudo, pouco valorizado e explorado no Brasil, muito deste patrimônio e sua potência como ativo para o desenvolvimento

local, está em vias de desaparecer, o que representa uma perda irreparável não apenas para as comunidades, mas para a cultura e identidade nacional e para a diversidade cultural como um todo (Lepre, 2021, p.9).

Apesar dos elementos identificados, em si, não poderem ser reconhecidos como ECT passíveis de proteção pela PI, se forem tomados como ponto de partida para uma conscientização da riqueza cultural presente na região, podem ser elaborados e ressignificados, dando início a um ciclo consciente de valorização onde a PI pode ser uma aliada no desenvolvimento sustentável.

Como visto no Capítulo 1, mesmo as ECT reconhecidas acabam por lançar mão de modos tradicionais de proteção inseridos na categoria de propriedade intelectual como as marcas, marcas coletivas e as IG. Assim, acredita-se que se for feito um trabalho de conscientização, estímulo e valorização, tais elementos podem gerar produtos e serviços que encontrem nas marcas e marcas coletivas, formas de proteção para que possam se colocar no mercado. Ao serem resgatadas e estruturadas, as tradições do território, caso alcancem notoriedade, podem vir a demandar o reconhecimento como indicações de procedência. Ou ainda, serem identificados fatores de diferenciação atrelados ao território que sustentem uma denominação de origem. Não descartando a possibilidade de patentes, em especial, daquelas compreendidas como modelos de utilidade, para invenções que venham a se desenvolver neste processo.

3.4 DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS DA PESQUISA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DAS FLORES

Em agosto de 2024, em reunião com a equipe da SME, foram expostos os primeiros resultados encontrados: a riqueza de conhecimento compartilhado, as inquietações quanto à continuidade das tradições, as dificuldades dos idosos em transmitir seus conhecimentos aos mais jovens, a falta apontada pelos mais jovens de contato maior com o conhecimento dos mais velhos, a percepção das dificuldades dos professores em transmitir seus conhecimentos em sala de aula.

Foram apresentados os elementos detectados como significativos e o contexto em que eles apareceram, sendo a falta de valorização um dos fatores relevantes para perda de

tradições. Apontou-se o importante papel da escola em apresentar as tradições, de forma contextualizada, fortalecendo o vínculo com a comunidade local. Neste processo, a iniciação aos conceitos de PI foi apontada como uma importante aliada na valorização e na compreensão das formas de proteção das tradições. Além de trazer novos conhecimentos aos professores, construindo um caminho para, no futuro, as crianças já estarem familiarizadas com tais conceitos e serem capazes de buscar seus direitos, assim como não os desrespeitar.

A partir da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), foi sugerido que se desenvolvesse um material paradidático direcionado ao 3º ano do Fundamental I, momento em que os professores das disciplinas integradas de geografia, história e ciências (DDI) trabalham com os alunos o pertencimento ao município e sua história. Foi ressaltado que nessa idade, entre oito e nove anos, as crianças costumam estar mais vinculadas aos avós, o que facilita uma interação intergeracional, uma vez que a pesquisa apontou que são os avós os maiores detentores das tradições e que atualmente encontram dificuldades em transmitir seus conhecimentos às novas gerações.

Para a construção do material paradidático, buscou-se um elemento que servisse de fio condutor de uma narrativa lúdica capaz de apresentar, tanto as tradições, quantos os direitos de PI. Foi identificada a paçoca de Semana Santa como uma tradição, cujo entrelaçamento com os diversos temas e presença viva no território, como o elemento capaz de mobilizar diversos conteúdos previstos na BNCC, além de propiciar a introdução dos conceitos básicos de PI. O material desenvolvido como complemento dessa pesquisa encontra-se no Apêndice G.

CONCLUSÃO

Ao analisar a cultura rural, a partir do caso do Vale do Paraíba Fluminense, sob a ótica da PI, com ênfase nas ECT, este trabalho buscou identificar formas de abordar a introdução de conceitos de PI nas escolas utilizando o repertório local, visando promover a salvaguarda dos saberes tradicionais e delinear caminhos para sua proteção. A partir dessa abordagem, percebeu-se que o estudo se insere em um campo de alta complexidade, onde uma série de fatores se interconectam.

Esses fatores transcendem as questões práticas, envolvendo questões significativas em áreas como sociedade, cultura, educação, meio ambiente e economia. A análise, portanto, não se limita a uma única esfera de estudo. Ao contrário, ela engloba uma pluralidade de perspectivas e camadas, que atravessam dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, educacional e da PI, evidenciando a necessidade de uma abordagem integradora e abrangente.

O conceito de ECT, tal qual descrito pela OMPI, trata do âmbito das comunidades tradicionais. Dentro deste universo, a delimitação necessária, para que se possa lançar mão das formas de proteção da PI, encontra dificuldades frente a um conhecimento tradicional de cunho coletivo e em constante transformação. As questões que são postas neste trabalho vão além das comunidades tradicionais, abrangendo conhecimentos e expressões culturais que, por possuírem uma matriz cultural comum, espalham-se por uma região ou mesmo um país. A discussão abrange ainda a compreensão do que se entende por cultura popular, conforme tratada nesta pesquisa, e ainda sua importante e necessária diferenciação do folclore. Portanto, a complexidade do tema dificulta, em alguns casos, o reconhecimento, pelos próprios detentores, do valor de seu patrimônio cultural. Pois, mesmo que este possa ser comum a um grande grupo humano, as expressões da cultura ganham particularidades em cada localidade.

Tais particularidades se desenham a partir da relação das pessoas com o meio onde vivem, em um determinado momento histórico, e que envolve elementos tangíveis e intangíveis únicos e sensíveis às interferências, influências e pressões internas e externas. Essas localidades, mesmo que inconscientes de seu patrimônio, guardam saberes, práticas, memórias, histórias que compõem a diversidade cultural do Brasil e do mundo.

Desta forma, a complexidade da pesquisa desenvolvida relaciona-se também à pouca disponibilidade de estudos acadêmicos com essa temática. Porém, as ações de pesquisa podem auxiliar que as localidades identifiquem suas potencialidades, abrindo espaço para ações de valorização cultural, de crescimento social, econômico e de empoderamento. No entanto, mesmo que haja algum estímulo externo inicial é necessário que tal identificação e conscientização possam acontecer de forma endógena, a partir de iniciativas da própria população desde o início. É importante que esse processo seja feito de maneira estruturada e que a população esteja informada quanto às formas de proteção de suas expressões culturais, garantido que estas não sejam apropriadas de forma indevida por terceiros.

Portanto, a conscientização e despertar para suas potencialidades requer um trabalho contínuo, envolvendo diversas instâncias da gestão pública, bem como agentes locais. Neste sentido, entende-se que a escola, ao adentrar de forma sistemática e estruturada em contato com seu território, explorando, junto com os alunos, as particularidades da localidade de entorno, torna-se um instrumento poderoso de valorização e conscientização de toda a comunidade. Tal iniciativa, quando associada aos conceitos de PI e amparada por pesquisas acadêmicas, pode promover a verdadeira inovação social, feita com ética, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, visando a preservação da diversidade cultural local. Para tanto, os professores devem estar embasados tanto dos conceitos de PI como daqueles do patrimônio cultural para, a partir destes, orientarem seus alunos na jornada de conhecimento pelo território.

Este trabalho apresentou a experiência das Rodas do Saber, desenvolvida junto à rede municipal de educação do município de Rio das Flores, na região do Vale do Paraíba, RJ, que contou com a participação direta da equipe da Secretaria Municipal de Educação, professores e alunos da rede. Tal experiência demonstrou como o universo escolar, sendo um recorte do território, apresenta potencialidade para descortinar a riqueza cultural local. Visando a possibilidade de ampliar tal experiência, foi elaborado um material paradidático, o Almanaque Rodas do Saber, a partir do repertório local prospectado, que apresenta um roteiro para os professores iniciarem a jornada de descoberta do território, ao mesmo tempo que introduzem os primeiros conceitos da PI. Esse material, apesar de ter sido elaborado para a realidade da região do Vale do Paraíba Fluminense, pode ser adaptado às diversas realidades locais.

Para que as comunidades locais possam ter em suas expressões culturais um instrumento de desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável é necessário que a complexidade do tema seja abordada de forma ampla e multidisciplinar visando proteger, valorizar e conscientizar sobre a sociobiodiversidade das localidades.

Sugestões para pesquisas futuras

Não se teve o intuito de esgotar o tema, mas iniciar uma jornada que possibilite muitos outros trabalhos, aprofundando os pontos tratados, aperfeiçoando e preenchendo as diversas lacunas que, por diversos motivos, não puderam ser sanadas neste estudo. Afinal, como o assunto pertence a um campo de alta complexidade, como antes mencionado, foram detectadas diversas possibilidades de desdobramento para pesquisas futuras, tais como: de que forma as modalidades de PI mais vinculadas aos territórios, como IG e Marcas Coletivas, podem contribuir para a conscientização e valorização da identidade local no ambiente escolar; aprofundamentos em comunidades tradicionais diferentes, tais como quilombolas do Vale do Paraíba; o necessário desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico para avaliar a viabilidade do uso de elementos da cultura local no fortalecimento do desenvolvimento sustentável; identificação de inovações tecnológicas passíveis de proteção por PI aplicadas às cadeias produtivas da sociobiodiversidade passíveis de promover o desenvolvimento sustentável de comunidades locais; criação de materiais didáticos que permitam introduzir o tema nos cursos de graduação em pedagogia, dentre outros afins; ou ainda, reforço do Programa PI nas Escolas que poderá vir a colaborar ainda mais para a valorização da cultura local no ambiente escolar; entre tantos outros.

A dificuldade de encontrar uma literatura específica para as questões aqui tratadas demonstra a relevância desta dissertação para uma área que se inicia, a PI nas Escolas, a partir da qual, se possa tratar de forma transdisciplinar e multidisciplinar as questões complexas da diversidade cultural humana. Ao se levar as questões da PI para dentro do universo escolar, promove-se a inserção desse tema nos debates, ampliando a participação da sociedade não só nas decisões sobre as formas de proteção, mas também sobre o porquê e o que se deve proteger, assim como para quem proteger, na busca de soluções para um desenvolvimento economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente equânime, ético e justo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eloy. **O Vale do Paraíba.** RJ, Rio Real Gráfica Editora, 1989.

ARANTES, Antônio A. **O que é Cultura Popular.** Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Editora Brasiliense, 3^aed. 1982.

ARTESANÍAS DE COLOMBIA. La artesanía y el derecho de autor. Artesanías de Colombia. Ministerio de Comercio, Industria y Turismo. Bogotá (2010). Disponível em: <https://www.artesaniasdecolombia.com.co/propiedadintelectual/artesanía-derecho-autor.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024

ARTESANIAS DE COLOMBIA. Implementación de los Derechos de Propiedad Intelectual de las Artesanías Emblemáticas de Colombia (2011). Bogotá, Colombia. Disponível em: <https://www.artesaniasdecolombia.com.co/propiedadintelectual/>. Acesso em: 15 dez. 2024

BELLINGERI, Julio Cesar. Água de beber: a filtração doméstica e a difusão do filtro de água em São Paulo. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.12.p. 161-191. jan./dez. 2004.

BRANDÃO, Carlos R. O que é folclore. Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Editora Brasiliense, 13^a ed., 2000.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C.. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BARRERA, G., QUIÑONES, A. e JACANAMIJOY, J.. Riesgos y tensiones de las marcas colectivas y denominaciones de origen de las creaciones colectivas artesanales indígenas. APUNTES, vol. 27, núm. 1, p. 36-51 . Bogotá, Colombia , enero-junio 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.APC27-1.rtm> . Acesso em: 14 dez. 2024

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 02 ago.2024

_____. Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/sisgen/files/2018/05/MP-2001-biodiversidade.pdf> Acesso em: 04 ago.2024

_____. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 _Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm Acesso em: 05 ago.2024

_____. Decreto 5.753 de 12 de abril de 2006 _ Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/decreto/d5753.htm Acesso em: 01 ago. 2024

CARBONI, Guilherme; COELHO, Daniele M. T.. **A proteção das expressões culturais tradicionais pela propriedade intelectual e sua transformação em mercadoria.** Revista Eletrônica do IBPI, nº 7, 2013. Disponível em: https://ibpieuropa.org/?media_dl=371, acesso em: 21 out. 2024

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Inventariando saberes, criando patrimônios .**Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tecap/article/view/12640>. Acesso em: 28 out. 2024.

CENTRO NACIONAL DO FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro.** Anais VIII Congresso Brasileiro de Folclore, Salvador, 1995.

FRANÇOIS, Etiene. **A fecundidade da história oral.** In: FERREIRA, M de M. e AMADO, J. (org.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FREIRE, P..**Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra, 2002.

Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Fábio de O.; PEÑALOZA, Andréa desl P. de S.; VALLS, José F. M..Amendoim contador de história. Brasília. Embrapa recursos genéticos e biotecnologia, 2003. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/185440/1/doc107.pdf> Acesso em: 04 fev. 2025

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1^aed. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GUEVARA, M. Orígenes del patrimonio cultural inmaterial: la propuesta boliviana de 1973. **Apuntes: Revista de estudios sobre patrimonio cultural**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revApuntesArq/article/view/8849>. Acesso em: 14 dez. 2024.

GUTIERREZ, M.A. **El derecho de propiedad intelectual y el desarrollo de los pueblos indígenas en el Perú.** Tese de licenciatura, Universidad Privada del Norte. Repositorio de la Universidad Privada de Norte. 2022. Disponível em: <https://repositorio.upn.edu.pe/bitstream/handle/11537/33307/Gutierrez%20Evanan,%20Maria%20Antonella.pdf?sequence=1> . Acesso em: 14 dez. 2024.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Tenrence. **A Invenção das Tradições.** São Paulo Paz e Terra, 2009.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências;** tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p.

INDECOP. Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual. **Seminario Subregional “Marcas colectivas como herramientas de competitividad”.** Lambayeque, Peru. 05-06 nov. 2018. Disponible em:
https://escuela.indecopi.gob.pe/images/publicaciones/pdf/2019/SEMINARIO_SUBREGIONAL_MARCAS_COLECTIVA_LAMBAYEQUE.pdf Acesso em: 14 dez.2024

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> Acesso em: 28 out.2024

KINUPP, Valdely F.; LORENZI, Harri. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas.** Instituto Plantarum de Estudos da Flora, São Paulo, 2014.

LAMEGO, R. ALBERTO. **O Homem e a Serra.** RJ, Edição da Divisão Cultural, 1963.

LEITE, Rogério P. **Modos de vida e produção artesanal: entre preservar e consumir.** In: SAMPAIO, Helena (Org.). Olhares itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo de tradição. São Paulo: Artesanato Solidário, 2005. p. 27-41.

LEPRE, Priscilla Ramalho. **Design para a Cultura Alimentar: uma proposição das relações possíveis para o desenvolvimento local sustentável de comunidades brasileiras de pequeno porte.** Recife: Tese. Programa de Pós-Graduação em Design. Universidade Federal de Pernambuco. 545 pg., 2021.

MENASCHE, Renata; ALVAREZ, Marcelo; COLLAÇO, Janine (org.). **Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Disponível em:
chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ufrgs.br/gepac/arquivos/livros/dimensoes_socioculturais.pdf Acesso em: 01 fev. 2025

MONTEIRO, André J. M., **Festas e espaços em transformação: a Caninha Verde em Vassouras-RJ, Ponto Urbe** [Online], 15 | 2014. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/pontourbe/2500> Acesso em: 03 fev. 2025

MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial”. In: LERNER, Dina; MISZPUTEN, Francis (Orgs). (Org.). *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense - fase III*. 1ed. Rio de Janeiro: INEPAC/ Instituto Cidade Viva, 2011, v. 3, p. 293-340; Disponível em: https://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf . Acesso em: 04/11/2023

MUÑOZ ROJAS, T. M.; GIRALDO BUILES, J. y LÓPEZ GÓMEZ, M. d. S. **Mecanismos de protección de los conocimientos tradicionales: el caso de Colombia**. En Revista Derecho del Estado, Universidad Externado de Colombia. N.º 43, mayo-agosto de 2019, 235-264. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-98932019000200235&script=sci_arttext . Acesso em: 15 dez.2024

NOVAES, A.. **A paisagem da fazenda cafeeira através da iconografia no século XIX**. In: LERNER, Dina; MISZPUTEN, Francis (Orgs). (Org.). *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense - fase III*. 1ed.Rio de Janeiro: INEPAC/ Instituto Cidade Viva, 2011, v. 3. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/25_adriano-novaes.pdf acesso em:15/03/2024

Sobre a interpretação de uma experiência: museu de história regional padre sebastião de silva pereira. Artigo apresentado para conclusão de curso de Museologia pelo Claretiano Centro Universitário. Orientador Prof. Ms Rodrigo Touso D Lopes. Batatais, 2021.

PEREZ, Raquel Román. **El folclore como objeto de propiedad intelectual: derechos de los autores y derechos conexos**. Revista Actas de derecho industrial y derecho de autor. Tomo XXXII (2011-2012).

PÉREZ, O. A.; CASTRO, S. S. (2023). **Desafíos de la protección de los conocimientos tradicionales mediante la propiedad intelectual en Ecuador**. *Revista de Ciencias Sociales (Ve)*, XXIX(1), enero-marzo 2023, p. 262-276. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8822440> .Acesso em: 14 dez. 2024

PORTELLI, A. “**O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944) mito e política, luto e senso comum**”. In: FERREIRA, M de M. e AMADO, J. (org.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

OMPI. Comissão Intergovernamental sobre a Propriedade Intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos Tradicionais e o Folclore (IGC). **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual**. wipo-pub-rn2023-5-1-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/pubdocs\(pt/wipo-pub-rn2023-5-1-pt-traditional-knowledge-and-intellectual-property.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs(pt/wipo-pub-rn2023-5-1-pt-traditional-knowledge-and-intellectual-property.pdf) Acesso em: 03 out.2024

Comissão Intergovernamental sobre a Propriedade Intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos Tradicionais e o Folclore (IGC). wipo-pub-rn2023-5-2-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://tind.wipo.int/record/47864?ln=en&v=pdf> Acesso em: 16 dez. 2024

Desenvolvimento de uma Estratégia Nacional sobre Propriedade Intelectual, Conhecimento Tradicional e Expressões Culturais Tradicionais. wipo-pub-rn2023-5-3-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-3-pt-developing-a-national-strategy-on-intellectual-property-traditional-knowledge-and-traditional-cultural-expressions.pdf> Acesso em: 29 jul.2024

A propriedade intelectual e o artesanato tradicional. Wipo-pub-rn2023-5-5-pt. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-5-pt-intellectual-property-and-traditional-handicrafts.pdf> Acesso em: 29 jul.2024

la propriété intellectuelle et les expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore. wipo_pub_913. Genebra, Suíça, 2005. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/tk/913/wipo_pub_913.pdf Acesso em: 29 jul. 2024

Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual. wipo_pub_tk_1. Genebra, Suíça, 2016. Disponível em: <https://tind.wipo.int/record/40464?ln=en&v=pdf> Acesso em: 09 jul.2024

La protection des expressions culturelles traditionnelles ou expressions du folklore: objectifs et principes révisés. WIPO/GRTKF/IC/9/4. Genebra, Suíça, 2006. Disponível em:
https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/fr/wipo_grtkf_ic_9/wipo_grtkf_ic_9_4.pdf Acesso em: 09 jul.2024

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU, de 14 de março de 2024, **sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proteção legal de desenhos ou modelos (reformulação)** (COM(2022)0667 – C9-0395/2022 – 2022/0392(COD)). Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2024-0165_PT.pdf acesso em: 26 ago. 2024

RODRIGUES Jr., Edson B.. A proteção internacional do patrimônio biocultural imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, faculdade de direito, São Paulo, 2009.

UNESCO. Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Ratificada pelo Brasil em março de 2006. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf> . Acesso em: 28 out.2024

URQUIDI, Edwin. Propiedad Intelectual y conocimientos tradicionais em Bolívia. Ver. Bol. Der., Santa Cruz de la Serra, nº 13, p. 154-170, enero 2012. Disponível em:.

http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2070-81572012000100009. Acesso em: 14 dez. 2024.

WERNECK, Luiz p. de L., **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**. In: BRAGA, Greenhalgh, H. Faria (Org.). *De Vassouras: Histórias, Fatos, Gente*. Rio de Janeiro, Ultra-set Ed., 1989.

APÊNDICE A — Questionário aplicado com participantes da 1ª Roda do Saber

**RODAS DE PROSPECÇÃO – RODAS DO SABER: A IDENTIFICAÇÃO DOS SABERES LOCAIS
DE RIO DAS FLORES E DO VALE DO CAFÉ.**

Este questionário faz parte da pesquisa, cujo título está disposto no cabeçalho, e integra às atividades desenvolvidas no âmbito do mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), tendo por metodologia a “pesquisa-ação”, da mestrandona Beatrix Vidal, sob a orientação da Dra. Patrícia Peralta.

A participação neste projeto é voluntária e os dados por ele coletados serão usados exclusivamente para esta pesquisa.

Dia: / /2023				
Nome:		Idade:		
Onde mora:	Rural:	Urbano:	Município:	
Onde nasceu:				
Seus pais nasceram onde:				
Seus avós nasceram onde:				
Há quanto tempo vive na Região do Vale do Café:				
Estudos: Fundamental I:	Fund. II:	Médio:	Superior:	Pós:
Profissão:				
Tel. de contato:	email:			

1ª Roda: Não basta comer, tem que se alimentar: as comidas típicas do Vale do Café.

Alimento	Não conheço	Já ouvi falar	Conheço	
			pouco	bem
Angu				
Angu de caldo				
Angu c/ melado				
Angu com picão				

Amendoim (plantado na região)				
Pé de moleque				
Araruta (plantada na região)				
Brevidade de araruta				
Mingau de araruta				
Biscoito de araruta				
Biscoito de polvilho				
Bertalha				
Beldroega				
Bolinho de chuva				
Bolinho de chuva c/ banana (Benhê)				
Bolinho de mandioca c/ carne moída (típico das festas juninas)				
Bolo de mandioca				
Broa de milho feita na brasa (conhecida como “calcanhar de negro”)				
Broa de milho no fogão a lenha				
Broa de milho com amendoim				
Broa de milho de caldo de cana				
Café de caldo de cana				
Café de tição				
Canjica de milho salgada				
Canjica de milho doce com leite e amendoim				
Cará				
Curau de milho				
Carne conservada na banha de porco				
Compota de jambo				
Doce de leite talhado				
Doce de abóbora na cal				

Doce de limão cravo (galego)				
Doces de goiaba				
Farinha de mandioca (feita na região)				
Farinha de mandioca puba				
Fécula de araruta (polvilho)				
Fécula de mandioca (polvilho)				
Fubá de milho branco				
Fubá feito no moinho de pedra				
Inhame de dedo				
Inhame branco (trazido da África)				
Inhame cozido no café da manhã				
Jenipapo (come como fruta)				
Jenipapo cristalizado				
Jussara _ palmito				
Jussara_ suco (tipo açaí)				
Licor de jabuticaba				
Licor de jenipapo				
Manteiga de garrafa				
Melado				
Mingau de mandioca puba				
Ora pro nobis				
Paçoca de Semana Santa de farinha de mandioca				
Paçoca de Semana Santa de fubá				
Paçoca de Semana Santa de fubá branco				
Palmito de taboa				
Polenta de milho				
Taioba				

Tapioca				
---------	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B — Questionário aplicado com participantes da 2ª Roda do Saber

RODAS DE PROSPECÇÃO – RODAS DO SABER: A IDENTIFICAÇÃO DOS SABERES LOCAIS DE RIO DAS FLORES E DO VALE DO CAFÉ.				
<p>Este questionário faz parte da pesquisa, cujo título está disposto no cabeçalho, e integra às atividades desenvolvidas no âmbito do mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), tendo por metodologia a “pesquisa-ação, da mestrandona Beatriz Vidal, sob a orientação da Dra. Patrícia Peralta.</p>				
<p>A participação neste projeto é voluntária e os dados por ele coletados serão usados exclusivamente para esta pesquisa.</p>				
Dia: / /2023				
Nome:			Idade:	
Onde mora:	Rural:	Urbano:	Município:	
Onde nasceu:				
Seus pais nasceram onde:				
Seus avós nasceram onde:				
Há quanto tempo vive na Região do Vale do Café:				
Estudos: Fundamental I:	Fund. II:	Médio:	Superior:	Pós:
Profissão:				
Tel. de contato:	email:			
<p>2ª Roda: Saberes e Fazeres: ofícios que construíram o Vale do Café.</p>				
<p>Queremos saber o que você conhece dos ofícios típicos da Região do Vale do Café</p>				
Alimento	Não conheço	Já ouvi falar	conheço	Sei fazer
Alambiqueiro/a				

Arreeiro de tropa: Broaca, picuá, cangalha, cestos para galinha				
Boiadeiro				
Bordadeiras/os				
Canoeiro/a				
Construtor/a de canoa				
Costureira/Alfaiate				
Criador de mula (Muares)				
Entregador de pão nas casas				
Esteira de taquara/bambu para () carro de boi ou () forro de casa				
Fabricante de gaiola				
Fazedores de esteira () tear () cambão				
Fazer carvão				
Fazer casa de adobe				
Fazer casa de pau-a-pique				
Fazer casa de taipa de pilão				
Fazer colcha de retalho				
Fazer colchão de palha				
Fazer crochê () bordado () tricô				
Fazer engenhoca de caldo de cana (garapa) , () quebra peito () moenda				
Fazer luminárias de lata (candieiro)				
Fazer óleo de mamona				
Fazer pilão				
Fazer queijo				
Fazer ralador de lata				
Fazer sabão de cinza				
Fazer tapete				
Fazer telhado de sapê				

Fazer tijolo e telha				
Fazer viola de taquara/bambu				
Ferreiro/a				
Marceneiro/a ou carpinteiro/a				
Mateira/o				
Muladeiro/a				
Oleiro/a ou torneiro/a de olaria				
Padeiro				
Paneleiras/os				
Parteira				
Pescador/a				
Plantadores: diga o que planta				
Raizeira/o				
Repentista				
Repentista				
Rezadeira/o				
Sanfoneiro/a				
Tecelã/o				
Trabalhador/a no moinho de pedra				
Trabalhadores/ras de taboa: diga o que faz				
Trabalhar no tear: tapete, colcha, panos...				
Trabalharo/a da ferrovia				
Trabalhos com fibra de banana (embira)				

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C — Questionário aplicado com participantes da 3^a Roda do Saber

RODAS DE PROSPECÇÃO – RODAS DO SABER: A IDENTIFICAÇÃO DOS SABERES LOCAIS DE RIO DAS FLORES E DO VALE DO CAFÉ.				
3^a Roda: Folclore e tradições: alegrias compartilhadas no Vale do Café				
Folclore	Não conheço	Já ouvi falar	conheço	conheço bem
Auto de Natal				
Bloco de fantasia feita com barba de bode				
Bloco dos bate bola				
Blocos de Sujo				
Bonecões de Zé Pereira				
Brincadeira da Mulinha e da Roseira				
Brincadeira da Vaquinha				
Calango				
Cantigas de pilão				
Cantigas de trabalho				
Capoeira				
Contadores de causos				
Festa Juninas				
Folia de Reis				
Grupo de Caninha Verde				
Jongo				
Maculelê				
Quadrilhas				
Roda de viola				
Sanfoneiro				
Conhece outras tradições?				

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE D — Questionário aplicado com participantes da 4^a Roda do Saber

RODAS DE PROSPECÇÃO – RODAS DO SABER: A IDENTIFICAÇÃO DOS SABERES LOCAIS DE RIO DAS FLORES E DO VALE DO CAFÉ.				
4^a Roda: Brinquedos, brincadeiras de rua e Brincadeiras de quintal: O lúdico no Vale do Café				
Brinquedos e brincadeiras	Não conheço	Já ouvi falar	conheço	conheço bem
Andar com lata nos pés				
Barquinho de papel, de folha...				
Bodoque ou estilingue				
Boneca de palha de milho				
Boneca de pano				
Boneca/o de sabugo de milho				
Brincadeira de empurrar a roda com a vara				
Brincadeira de Roda/ cantigas de Roda				
Carrinhos de lata				
Contar história				
Fazer brinquedos de barro				
Fazer fantoche e teatrinho de fantoche				
Fazer teatro				
Máscara de papel e cola de farinha				
Pegar carona no trem				
Perna de pau				
Pescar com vara de bambu				
Peteca com pena de galinha/pato				

Peteca de embira de bananeira				
Peteca de palha de milho				
Pião				
Pipa com vara de bambu				
Pique				
Pular corda				
Soldado de chapéu de papel				
Subir em árvore				

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE E — Entregável**ALMANAQUE RODAS DO SABER:**

Expressões Culturais e o diálogo educacional com a Propriedade Intelectual

Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1G4MhBa2f3h4t8B4cvbN67pLOpUTj8CEm/view>

ANEXO

LISTA DE REGISTRO RODAS DO SABER E OFICINAS DE FAZERES

PERÍODO de abril de 2013 a abril de 2019

ANO	RODA	DATA	TÍTULO	OFICINA
2013	1 ^a	27 de abril	Tropeirismo	Paçoca de Semana Santa no pilão
2013	2 ^a	25 de maio	O negro que nos colonizou	Café de caldo pilado
2013	3 ^a	22 de junho	Festa junina, uma tradição milenar	Mandioca e ralo de lata
2013	4 ^a	17 de julho	Tá na hora do café	Café de caldo
2013	5 ^a	31 de agosto	O índio, onde está?	Pintura corporal com urucum, jenipapo e uso da mandioca
2013	6 ^a	25 de outubro	Tropeirismo a tecnologia que desbravou o Brasil (como parte da Semana Nacional de Ciências e Tecnologia de Vassouras)	Paçoca de Semana Santa no pilão
2013	7 ^a	30 de novembro	Eervas medicinais, a sabedoria da tradição	As ervas e seus usos
2014	8 ^a	25 de janeiro	De outros carnavais	Cabeçudos de Zé Pereira
2014	9 ^a	29 de março	Ver de novo Verde	Troca de sementes e mudas
2014	10 ^a	26 de abril	Estrangeiros no Vale	Não teve
2014	11 ^a	31 de maio	Mão-na-massa, construções tradicionais	Pau-a-pique
2014	12 ^a	28 de junho	Construções tradicionais _ adobe	Adobe
2014	13 ^a	26 de julho	Tá na Hora do café 2014	Café pilado
2014	14 ^a	30 de agosto	Histórias do folclore local	Não teve
2014	15 ^a	27 de setembro	Afinal, e o Português?	Não teve

2014	16 ^a	25 de outubro	Quando eu era criança...	Brinquedos tradicionais
2014	17 ^a	29 de novembro	Manifestar-se uma tradição	Caninha-verde
2015	18 ^a	31 de Janeiro	O Carnaval Chegou!	Máscaras de papel e cola de farinha
2015	19 ^a	28 de fevereiro	Ver de novo Verde	Taboa
2015	20 ^a	28 de março	Águas de março fechando o verão...	Causos de pescador
2015	21 ^a	25 de abril	EufrásiaS	Artes de Eufrásia
2015	22 ^a	30 de maio	BARRO + fogo +água + ar = ARTE	Cerâmica, Raku
2015	23 ^a	27 de junho	Memória em construção	Construções tradicionais
2015	24 ^a	25 de julho	Tá na hora do café_2015	Café pilado e Café de caldo
2015	25 ^a	29 de agosto	É coisa de Barão	Dança dos Bailes do séc. XIX
2015	26 ^a	26 de setembro	158 primaveras de uma jovem princesa	Não teve
2015	27 ^a	31 de outubro	Jardins Históricos e Histórias de jardins	Jardinagem com mudas doadas
2015	28 ^a	29 de novembro	Sustentabilidade, nosso presente para o amanhã	Peteca, cerâmica e paçoca.
2016	29 ^a	27 de fevereiro	Ver de novo Verde, caminhos	Taboa
2016	30 ^a	30 de abril	Três anos e muita história para contar	Peteca, taboa, cerâmica
2016	31 ^a	28 de maio	Caminhos de Ferro	Não teve
2016	32 ^a	25 de junho	Chegou a hora da fogueira	Bandeirolas rendadas e brincadeiras de festa junina
2016	33 ^a	28 de julho	Tá na hora do café 201	Café de caldo e angu de caldo

2016	34 ^a	27 de agosto	Não basta comer...	Comida de verdade com a Chefe Malu Paes Leme
2016	35 ^a	4 de setembro	Alimento Local	Feira local
2016	36 ^a	29 de outubro	Um povo, uma raiz	Mandioca Puba
2016	37 ^a	26 de novembro	Ver de novo verde	Apresentação do documentário _ “O Vale” de João Moreira Salles
2017	38 ^a	11 de fevereiro	Vamos fazer a Roda!	Não teve
2017	39 ^a	25 de março	Saúde, o que é?	Eervas medicinais
2017	40 ^a	27 de maio	Educação, navegar em tempos líquidos	Paçoca de pilão
2017	41 ^a	4 de junho	Em homenagem a São João!	fogueira com batata doce e milho assado
2017	42 ^a	29 de julho	Raízes do café	Oficinas das tradições
2017	43 ^a	26 de agosto	Queimada não é legal!	Bombas de sementes
2017	44 ^a	30 de setembro	É tempo de semear!	Bombas de sementes
2017	45 ^a	28 de outubro	Se a chuva não chega...!	Bombas de sementes
2017	46 ^a	25 de novembro	Festas e Religiosidades!	Não teve
2018	47 ^a	27 de janeiro	Vamos fazer o carnaval	Máscaras de papel e cola de farinha
2018	48 ^a	20 de fevereiro	Os sabores da roça de volta à mesa_ PANCs	PANCs
2018	49 ^a	24 de março	A casa da avó	Não teve
2018	50 ^a	05 de maio	Junto do fogo...como fazem os índios	Peteca e pintura corporal
2018	51 ^a	26 de maio	Ver de novo Verde	Identificação de sementes
2018	52 ^a	30 de junho	É tempo de coletar sementes	Identificação de sementes
2018	53 ^a	28 de julho	Vamos falar das Rodas	Encontro musical

			<p>– Roda comemorativa dos 5 anos de Projeto e 15 anos de Barro&arte, Centro Cultural Cazuza, dentro da Exposição “Um encontro com a nossa terra, através da nossa gente”</p>	
2018	54 ^a	25 de agosto	Uma Roda de todos os sons, um encontro da diversidade musical	Sarau
2018	55 ^a	22 de setembro	Plantadores de Floresta Abertura da Exposição “Um encontro com a nossa terra, através da nossa gente” na sede do PESC	Caminhada e plantio no PESC junto com os alunos da Ziza academia.
2018	56 ^a	27 de outubro	Ser Criança, a infância ontem, hoje e amanhã	Cerâmica, peteca e Caninha-verde
2018	57 ^a	24 de novembro	O Rodas vai ao Vale Verdejante (participação do plantio anual de árvores nativas e comemoração dos 10anos do Vale Verdejante)	Bombas de sementes
2019	58 ^a	13 de abril	Beneditas, Marianas e Eufrásias, o feminino no Vale do Café (comemoração do aniversário de Eufrásia Teixeira Leite)	Palestra de Mariana Ribeiro

Fonte: Secretaria do Movimento Rodas do Saber

LISTA DE REGISTRO DAS EXPEDIÇÕES CAMINHOS DO TROPEIRO

PERÍODO de 2013 a 2015:

ANO	EXPEDIÇÃO	DATA	TÍTULO
2013	1 ^a	20 de novembro	Estrada do comércio
2014	2 ^a	14 de junho	Estrada do Abaracamento _ Rio das Flores
2014	3 ^a	24 de agosto	Além de Rio das Flores_ São José das Três Ilhas e Belmiro Braga
2014	4 ^a	19 de outubro	Na trilha dos índios_ Valença e Conservatória
2015	5 ^a	21 de março	Seguindo na trilha dos índios_ Paty do Alferes (Fazenda Pau Grande)
2015	6 ^a	13 de junho	Caminho das ruínas_ São João Marcos

Fonte: Secretaria do Movimento Rodas do Saber

LISTA DE REGISTRO DAS RODAS DO SABER ESPECIAIS

PERÍODO de 2013 a 2017

ANO	RODA	DATA	TÍTULO	PÚBLICO ALVO
2013	1 ^a	19 de setembro	Um pouquinho de cada um	Formação de professoras Escola CEC Arco-Íris, Vassouras
2014	2 ^a	30 de abril	Um pouquinho de cada um	Formação de professores da Rede Municipal de Ensino de Vassouras
2014	3 ^a	22 de maio	Arte Africana e a contemporaneidade	Alunos do Programa Mais Educação da Rede Municipal de Ensino de Vassouras
2014	4 ^a	28 de agosto	Construções Tradicionais Pau-a-pique	Alunos da Escola CEC Arco-Íris, Vassouras
2014	5 ^a	17 de outubro	Identidade local como fator de desenvolvimento social, parte da programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia Vassouras	Alunos da Rede Municipal de Ensino de Vassouras
2015	6 ^a	23 de setembro	Saberes e Fazeres dos índios do Vale do Café como parte da programação da Primavera dos Museus	Alunos da Rede Municipal de Ensino de Vassouras

			Museu Casa da Hera – Vassouras	
2015	7 ^a	25 de outubro	Cerâmica e criação como parte da programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	Alunos da Rede Municipal de Ensino de Vassouras
2016	8 ^a	19 de março	Plantio Voluntário no Parque Estadual da Serra da Concórdia	Frequentadores das Rodas do Saber
2016	9 ^a	15 de abril	Um brinde a Eufrásia parceria com o Mara Palace Hotel	Público em geral
2017	10 ^a	22 de abril	Plantas Medicinais Palestra Prof. Luciana Oliveira	Público em geral

Fonte: Secretaria do Movimento Rodas do Saber